



# NORDESTE



"São os do Norte que vêm..."

## I CENTENÁRIO DE PEREIRA DA COSTA

HÉLIO VIANA

A 16 de dezembro de 1851 nasceu no Recife, na rua Bela, sendo batizado na Matriz de Santo Antônio, o menino Francisco Augusto, filho de Manuel Augusto Menezes Costa e de Maria Augusta Pereira da Costa.

Fêz estudos primários no Colégio de Nossa Senhora do Bom Conselho. Por dificuldades financeiras dos modestos pais, teve de interromper, mais de uma vez, os estudos de Humanidades, necessários à desejada matrícula na Faculdade de Direito. Suspendeu-os, afinal, aos 16 anos de idade, para empregar-se como caixeiro de uma livraria da Rua do Imperador. Ali se uniam os intelectuais dessa época de fins da guerra do Paraguai Abreu e Lima, Franklin Távora, Soares de Azevedo, Feitosa, Torres Balleira, Vitoriano Palhares, Joaquim Portela, Antônio Joaquim Melo, Lopes Machado e outros. Ouvindo suas conversas, interessou-se pelos temas que debatiam, inclusive os históricos. Fêz-se sócio-subscritor do Gabinete Português de Leitura, engolfando-se nesse excesso de descobrimentos literários que tantas vezes é o início de uma vocação. Adquiriu um exemplar da *Síntese ou Dedução Cronológica dos Fatos mais Notáveis da História do Brasil*, de Abreu e Lima, e a *Galeria Pitoresca dos Homens Célebres*. Esta última compra indignou o seu pai, que julgou melhor adquirir-se um livro de escrituras mercantis. Incentivado por Abreu e Lima, Antônio Joaquim de Melo e cônego Rochael de Medeiros (que lhe apontava o exemplo do estadista Visconde de Sousa Franco, também antigo caixeiro), prosseguiu nos estudos, mesmo depois de deixar a livraria e de empregar-se numa casa comercial atacatista.

Aos vinte anos ingressou no funcionalismo provincial, passando pelas repartições das Obras Públicas, Conservação dos Portos, depois à Secretaria do Governo e a primeiro oficial da Câmara dos Deputados, onde chegou a diretor-geral da Secretaria, cargo em que se aposentou.

Do ano seguinte, 1872, data o início de sua colaboração no *Diário de Pernambuco*, mantida por pouco mais de meio século, até o mês de sua morte, quando ainda comemorou o 98.º aniversário do velho órgão da imprensa recifense.

Não tardou que outros trabalhos escrevesse, dando-lhe direito à admissão, em 1876, como sócio efetivo do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, onde já havia sido amanuense, e seria, mais tarde, sócio benemérito, secretário, vice-presidente e, finalmente, redator da Revista. Eram esses primeiros escritos o *Estudo Histórico e Biográfico do Padre João Ribeiro Pessoa*, Mártir da Revolução de 17, Esta-

belecimento de *Tipografia em Pernambuco* (que depois ampliaria para *Estabelecimento e Desenvolvimento da Imprensa em Pernambuco*), *Cultura do Café em Pernambuco e Estudo sobre a Biblioteca Pública* — que também assiduamente frequentava e perfeitamente conhecia.

Recebido no Instituto por Maximiano Lopes Machado, seu discurso de posse "foi uma profusão de fé histórica", despertando "acirrada polémica" a maneira pela qual considerou o período de invasão holandesa e a figura do Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1).

Da instituição fazia parte até a morte, por 47 anos, tornando-se um dos mais distintos e assíduos colaboradores de sua Revista, em que publicou mais de 50 trabalhos históricos, muitos dos quais também aparecidos em volumes isolados.

Destes, o primeiro de vulto foi o *Dicionário*

de Carvalho, Artur Orlando, Oliveira Lima, Manuel Cicero e outros" (3).

Apenas numa ocasião deixou Pereira da Costa de servir em sua província, fazendo-o na do Piauí, como secretário do Governo, na presidência de Raimundo Teodoro de Castro e Silva, em 1884-1885. Organizou, então, o Arquivo a seu cargo, separando os documentos de caráter histórico e reunindo-os em seção especial. Colaborou na imprensa de Teresina, inclusive com artigos sobre o governo de D. João de Amorim Pereira (1797-1799 e 1803), a independência do Piauí, suas repartições, estabelecimentos e instituições públicas. Incumbido pela presidência, de ordem do governo imperial, redigiu uma *Notícia sobre as Comarcas da Província do Piauí*, trabalho que também já havia feito quanto a Pernambuco, a fim de servir de base à nova classificação oficial das comarcas, por entrân-

no, foram eles em 1942 trasladados, com os de André Vidal de Negreiros, da Concatedral da Madre de Deus para a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, nos montes Guararapes, por iniciativa do Instituto Arqueológico (4).

Era Pereira da Costa, naquele tempo, convicto abolicionista. Pertencia à Comissão Central Emancipadora do Recife, que o encarregou de descrever as festas pernambucanas em homenagem à libertação dos escravos no Ceará. O produto da venda desse opúsculo de 1884 — *Pernambuco ao Ceará*, destinou-se à redenção de cativos. Em 1887, no Teatro de Variedades, na Nova Hamburgo, pronunciou conferência sobre *A Idéia Abolicionista em Pernambuco*, reivindicando prioridade na matéria para sua terra natal, o que mereceu calorosos elogios de Maciel Pinheiro no jornal *A Província* (5). Depois de proclamada a República, formou-se Pereira da Costa em Direito, quase aos quarenta anos de idade, realizando antiga aspiração. Surgiu alguns anos mais tarde, a oportunidade para versar outro tema de sua predileção, a expansão da capitania de Pernambuco no período colonial. Publicou, em 1896, a proposta da reivindicação pernambucana da antiga comarca do São Francisco ou do Sertão, a documentada obra intitulada *Em Pro da Integridade do Território de Pernambuco*, que mereceu transcrição nos *Anais do Senado Federal*, amplos elogios da imprensa e de historiadores, mas também algumas contestações que não diminuíam o seu valor (6), sendo ainda reeditada em 1918. Contribuiu, com o descobrimento da sepultura de João Fernandes Vieira e o exame dos arquivos públicos de Olinda, por incumbência do Instituto Arqueológico, para sua elevação à categoria de sócio benemérito da instituição (7). Intelentemente devotado à História, mas prezando sobretudo a verdade dos fatos, não deixou de lembrar que a prioridade do descobrimento do Brasil compete ao espanhol Pinzón, que a 26 de janeiro de 1500 atingiu terras pernambucanas do cabo de Santo Agostinho, antes, portanto, da chegada da frota de Cabral a Porto Seguro, a 22 de abril do mesmo ano (8). Mas igualmente não deixou de propor que o Instituto Arqueológico comemorasse o quarto centenário do descobrimento oficial português, encarregando-se, ele mesmo, de elaborar o ensaio intitulado *Pero Vaz de Caminha — Primeiro Cronista do Brasil*, que serviu de prefácio à edição pernambucana da famosa Carta ao Rei D. Manuel, em 1900. Como "apêndice", preparou-lhe Pereira da Costa outros substanciais estudos relativos a *Pedro Álvares Cabral — A Frota Portuguesa do Descobrimento do Brasil — O Monte Pascoal, a Terra da Vera-Cruz, o Brasil — A Primeira Missa no Brasil — D. Frei Henrique Soares* (9).

Tendo sido membro do Conselho Municipal do Recife, foi eleito deputado estadual em 1901, e teve o mandato sempre renovado, apesar das alterações políticas posteriores. Embora infenso à oratória, era verdadeiro órgão consultivo da Câmara, a ele recorrendo com proveito os colegas.

Do Instituto Arqueológico recebeu nova homenagem no ano seguinte: a inauguração de seu retrato na galeria existente no Salão de Honra da associação. Em resposta aos discursos então proferidos pelo 1.º vice-presidente, desembargador Antônio Pedro da Silva Marques, e pelo orador oficial, Artur Muniz, disse que o Instituto fora a sua escola, a sua tenda de trabalho. Evocou, então, os companheiros dos primeiros tempos, Nascimento Feitosa, Antônio Joaquim da

(Continua na pg. 8)



O escritor Hélio Viana lendo, no I. A. H. G. P., a conferência que publicamos nesta página.

*Biográfico de Pernambucanos Célebres*, duas centenas de biografias, contidas em pouco mais de 800 páginas. Para sua impressão contribuiu a província com o auxílio de 2.000\$000, votado pela Assembleia. Apesar "de suas falhas e defeitos, próprios de um trabalho tão difícil", na opinião do desembargador Adelino Antônio de Luna Freire, deu causa à admissão de Pereira da Costa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (2).

Apresentada a proposta em 1883, mediante parecer de Olegário Hercúlo de Aquino e Castro, Joaquim Norberto de Sousa Silva e M. D. Moreira de Azevedo, foi aprovada três anos depois, mas somente em 1908, por ocasião de sua primeira viagem à capital do país, pôde tomar posse, como sócio correspondente da instituição, o historiador do Recife. Saudando-o, em sessão presidida pelo Barão do Rio Branco, disse o orador oficial, Conde de Afonso Celso, que ele iria "aumentar o grupo dos pernambucanos eruditos e laboriosos do Instituto: Alfredo

de Carvalho, Artur Orlando, Oliveira Lima, Manuel Cicero e outros" (3). Apenas numa ocasião deixou Pereira da Costa de servir em sua província, fazendo-o na do Piauí, como secretário do Governo, na presidência de Raimundo Teodoro de Castro e Silva, em 1884-1885. Organizou, então, o Arquivo a seu cargo, separando os documentos de caráter histórico e reunindo-os em seção especial. Colaborou na imprensa de Teresina, inclusive com artigos sobre o governo de D. João de Amorim Pereira (1797-1799 e 1803), a independência do Piauí, suas repartições, estabelecimentos e instituições públicas. Incumbido pela presidência, de ordem do governo imperial, redigiu uma *Notícia sobre as Comarcas da Província do Piauí*, trabalho que também já havia feito quanto a Pernambuco, a fim de servir de base à nova classificação oficial das comarcas, por entrân-



Capa do 1.º volume dos "Anais Pernambucanos", de Pereira da Costa, publicação do Arquivo Público Estadual, lançada no Centenário do nascimento do historiador pernambucano.

# TÓPICOS

## O GOVERNO DE PERNAMBUCO E A CULTURA

Nos derradeiros dias do ano findo, o Governador do Estado, professor Agamenon Magalhães, sancionou a Lei n.º 1328 que "autoriza a concessão de uma subvenção anual de Cr\$ 100.000,00 destinada à publicação de livros".

A publicação da lei n.º 1328 foi recebida com irresistíveis aplausos de todas as camadas culturais do Estado, tendo-se em conta as dificuldades editoriais com que lutam os escritores provincianos. A sugestão de u'a lei que viesse solucionar, em parte, o angustiante problema da falta de editoras entre nós, partiu do nosso companheiro, escritor Aderbal Jurema, que, em vários de seus rodapés dominieiros para o "Jornal do Commercio", procurou despertar o interesse do legislativo estadual para o problema. As suas sugestões concretas foram transformadas pelo deputado Luiz de França em um projeto de lei que aprovado, unanimemente, pela Assembléa Legislativa, subiu à sanção governamental sob a forma de lei n.º 1328.

Para mais ampla divulgação, fora do Estado, passamos a transcrever na íntegra a Lei n.º 1328, de 28 de dezembro de 1951:

**Autoriza a concessão de uma subvenção anual de Cr\$ 100.000,00 destinada à publicação de livros.**

Faço saber que a Assembléa Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

ART. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma subvenção anual de cem mil cruzeiros (Cr\$ 100.000,00), que obrigatoriamente será incluída no Orçamento do Estado, destinada a proporcionar a publicação anual de cinco livros, de autores locais, premiados em concurso devidamente realizado, sendo um de romance, um de poesia, um de ensaios, um de caráter científico e um de obras teatrais ou de contos.

ART. 2.º — No início de cada ano realizar-se-á o concurso destinado à escolha do melhor livro de cada uma das especialidades a que alude o artigo anterior.

ART. 3.º — Fica instituída uma Comissão destinada a julgar o melhor livro de cada especialidade, constituída pelo Secretário de Educação e Cultura e mais quatro membros, indicados, dentre os seus sócios, respectivamente, pela Academia Pernambucana de Letras, Associação de Imprensa de Pernambuco, Associação Brasileira de Escritores e Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, comissão essa que dirigirá, igualmente, os trabalhos de publicação e venda dos livros.

ART. 4.º — Fica assegurado, como prêmio, a cada autor das obras editadas, os direitos autorais da edição, ou seja dez por cento sobre o preço de cada livro vendido, devendo o restante da venda líquida ser aplicado na publicação de novos livros.

ART. 5.º — A Comissão a que alude o art. 3.º terá plenos poderes para receber a subvenção ora instituída, dando-lhe o destino conveniente.

ART. 6.º — No ano de 1952, a despesa a que alude o art. 1.º, correrá pela dotação adicional do Orçamento, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em 28 de dezembro de 1951.

(Ass.) Agamenon Sérgio de Godoi Magalhães  
João Arruda Marinho dos Santos  
Irineu de Pontes Vieira.

— Com essa Lei, o Governo de Pernambuco deu um grande passo em favor das letras pernambucanas.



## CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE PEREIRA DA COSTA

Revestiram-se de invulgar brilhantismo as comemorações realizadas no Recife por ocasião do I Centenário do Nascimento do historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa. O Governo do Estado foi o promotor dessas justas comemorações e contou com a colaboração do Arquivo Público, da Biblioteca Pública do Estado, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Academia Pernambucana de Letras, Museu do Estado, Liceu de Artes e Ofícios, Diretoria de Documentação e Cultura, da Prefeitura do Recife e Universidade do Recife.

Na sessão de encerramento no Teatro Santa Isabel, sob a presidência do Governador Agamenon Magalhães, falaram os srs. Olimpio Costa Júnior, diretor da Biblioteca Pública do Estado, Luiz da Câmara Cascudo e Carlos Pereira da Costa, este último, filho do homenageado, que agradeceu, em nome da família, ao

governo e povo de Pernambuco as homenagens prestadas à memória de seu pai.

O ponto mais alto das comemorações foi o lançamento do 1.º volume dos "Anais Pernambucanos", obra inédita de Pereira da Costa, em edição oficial e que foi distribuída pelo Arquivo Público no início da Semana Pereira da Costa. O Arquivo também realizou uma exposição dos livros de Pereira da Costa e promoveu uma recepção à imprensa e rádio para entrega dos primeiros exemplares, tendo falado nessa oportunidade o seu diretor, escritor Jordão Emerenciano e, em nome da imprensa, o nosso confrade Mauro Mota.

Hélio Viana, Câmara Cascudo, Gilberto Osório de Andrade, Fernando Mota, Aderbal Jurema, Humo Passos pronunciaram conferências e palestras oficiais durante a Semana Pereira da Costa, os três primeiros a convite do Governo de Pernambuco e os três últimos como representantes da Academia, do Instituto e do Liceu de Artes e Ofícios, respectivamente.

## 90.º aniversário do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

No dia 27 de janeiro deste ano, o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, numa sessão solene, comemorou o seu 90.º aniversário e mais a data da Restauração Pernambucana. Ao abrir a sessão, o seu presidente, sr. Luiz Estêvão de Oliveira destacou a alta significação das comemorações que o Instituto realizava naquela data. Em seguida falou o professor Amaro Quintas sobre os sócios falecidos em 1951.

A conferência do dia esteve a cargo do professor Mário Lacerda de Melo que dissertou sobre as causas do fracasso da colonização holandesa no Nordeste. No próximo número desta revista publicaremos o trabalho do professor Mário Lacerda de Melo que é uma contribuição nova para os estudos históricos e sociológicos sobre aquele período da nossa história.

## LETRAS DEL ECUADOR

Mais três números da revista "Letras del Ecuador", que se publica em Quito, chegaram à redação de "Nordeste". Trata-se de uma publicação de alto nível literário e artístico que reflete a pujança cultural do Equador nas letras sulamericanas.

"Letras del Ecuador", órgão oficial da Casa da Cultura Equatoriana, é uma publicação mensal em grande formato, tipo "Nordeste", com riqueza de apresentação gráfica e selecionada colaboração em prosa e verso.



Entrará em execução, sem demora, a Lei n.º 1328

"Nordeste" pode informar, em primeira mão, que a Lei n.º 1328, sobre a publicação de livros através de concursos literários, entrará em execução. Ainda este mês o dr. Arruda Marinho, secretário de Educação, promoverá a primeira reunião da Comissão de representantes das entidades culturais, mencionadas na Lei n.º 1328, para que seja organizado e publicado o regulamento dos concursos literários deste ano.

## CONTRAPONTO

Em edição especial tivemos em fins de 51 mais um número da revista de arte "Contraponto" sob a direção do escritor Waldemar de Oliveira, num 2.º volume dedicado ao I Centenário do Teatro Santa Isabel.

"Contraponto", numa magnífica apresentação gráfica e fartamente ilustrada, publica colaborações de Hercílio Celso, Mário Melo, Pedro Muniz do Aragão, Leitão de Barros, Olga Obry e Gilberto Peres, além de valioso documentário sobre as atividades do Teatro Santa Isabel nestes últimos cinquenta anos. Ilustrações de Manuel Bandeira e Zuleño Pessoa.

"Contraponto" é uma revista de arte que honra Pernambuco.



Última edição "Nordeste"

Francisco Julião — CACHAÇA — Recife, 1951.

A edição de "Nordeste" de fins de 51 foi o livro de contos "Cachaça", de Francisco Julião, que Gilberto Freyre em prefácio considera uma estréia auspiciosa. O livro de contos de Francisco Julião insere 11 ilustrações originais de Lad-jane.

## Edições Globo

De Guy de Maupassant, em tradução de Vidal de Oliveira, a Editora Globo acaba de lançar em circulação o volume "Novelas e contos" na coleção "Biblioteca dos Séculos".

Também na mesma biblioteca, a Editora Globo publicou "Contos e Novelas", de Voltaire, com notas de Roger Bastide.

## Exposição Elezler Xavier

Em dezembro de 1951, o conhecido pintor pernambucano Elezler Xavier realizou uma exposição anual de pintura num dos salões do I. A. P. C.

O artista pernambucano expôs cerca de sessenta telas a óleo e aquarelas que despertaram grande interesse entre os aficionados das artes plásticas entre nós.

## Nova fase de "Cia"

Após interrupção de um ano, volta a circular a revista cearense "Cia" sob a direção de Fran Martins e tendo como secretário, Aluizio Medeiros.

O número 11 de "Cia", correspondente a dezembro de 1951, insere trabalhos de Jader de Carvalho, Artur Eduardo Benevides, Lúcia Martins, Jairo Martins Bastos, Mozart Soriano Aderaldo, Mário Barata, Moreira Campos, Braga Montenegro, João Climaco Bezerra, Fran Martins e J. Stênio Lopes. Publica, também, nesse número uma novela completa do romancista João Climaco Bezerra, intitulada de "Longa é a noite".



Aurélio Buarque de Holanda no Recife

A convite da D. D. C. para realizar uma conferência no Recife, esteve nesta capital, depois de prolongada ausência, o escritor Aurélio Buarque de Holanda que foi recepcionado por seus amigos e admiradores com um almôço no "O Flutuante". No auditório da D. D. C., Aurélio Buarque de Holanda, apresentado pelo sr. Célio Regueira Costa, pronunciou uma viva e inteligente palestra sobre poesia brasileira que despertou invulgar interesse entre os intelectuais pernambucanos.

# CENTENÁRIO DE PEREIRA DA COSTA

Jordão Emerenciano

RECIFE, dezembro — Celebra-se hoje 16 de dezembro, em todas as cidades pernambucanas, em todo o território de Pernambuco, o Centenário de Pereira da Costa. Dir-se-á que Pernambuco inteiro se une ao seu governo, à Assembléa Legislativa, ao Tribunal de Justiça, à Prefeitura do Recife, à Reitoria da Universidade do Recife, às suas instituições culturais, para exaltar uma memória. A unanimidade consagradora e comovida dessa homenagem se deve a um homem, modesto e humilde, que não foi nem estadista nem herói. Foi um silencioso e discreto pesquisador.

O mais belo e o mais comovedor de tudo isso é que Pereira da Costa lembrou, sempre, em ser um cronista modesto e humilde. O que se está assistindo hoje, na majestade da festa pública, no brilho das solenidades oficiais, é o triunfo da humildade, da pobreza, da dedicação, do sacrifício de um homem que consagrou sua vida ao estudo, à pesquisa, à investigação. De um homem que renunciou a tudo para ser, apenas, o cronista da sua província.

Pernambuco, pelo que tem de oficial, de culto e de mais representativo, está hoje resgatando uma dívida da posteridade para com um varão ilustre que, sem ruídos nem exhibições, serviu às letras históricas da sua terra como poucos. Vivendo pobremente ele assiste hoje do seu túmulo ao brilho e à riqueza das comemorações oficiais; renunciando a tudo para ser apenas um cronista ele é hoje consagrado como o que reuniu maior soma de informações para a história da sua terra e da sua gente; dedicando sua vida à preparação dos "Anais Pernambucanos" ele vê hoje a sua obra máxima com a publicação, iniciada pelo Ar-

quivo Público. Não sendo estadista nem herói ele recebe hoje da posteridade o público reconhecimento de ser um filho ilustre deste Pernambuco que ele tanto amou.

Por que essa consagração unânime e oficial de um homem obscuro, pobre e humilde? Não é preciso salientá-lo quanto de grandeza e de encanto pode haver no obscuro, no pobre e no humilde. Salienta-se, apenas, que a sua obra é daquelas que conferem ao seu autor a imortalidade. Não é preciso salientá-lo o que significa para o conhecimento do passado, da história e da vida de Pernambuco o Dicionário de Pernambucanos. Célebres, o Folclore Pernambucano, o Vocabulário Pernambucano e as inúmeras monografias que Pereira da Costa escreveu sobre temas pernambucanos. O que é preciso salientá-lo é essa sua pernambucanidade. Sua obra, quase toda, é inspirada em temas e assuntos de interesse da economia, da administração, da história e da vida social de Pernambuco.

Pernambuco é a grande constante, a grande presença na obra de Pereira da Costa. Essa obra, aliás, tem o caráter de uma verdadeira "pernambucana". Comove, enterneca e edifica sentir e experimentar através das páginas das suas monografias o amor, a ternura, a paixão de Pereira da Costa por esta sua, por esta nossa terra de Pernambuco. Eis porque se comemora o seu centenário e porque se conseguiu tão esplêndida unanimidade em torno do seu nome honrado, modesto e humilde mas glorificado pela justiça da Posteridade.

A parte mais pernambucana mais duradoura e mais comple-

(Continua na pg. 10)

## Livros Nacionais e Estrangeiros

Literatura - Livros escolares, técnicos e científicos

LIVRARIA DA

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

RUA DA IMPERATRIZ, 43  
TELEFONE, 2726

Atendemos pelo Serviço de Reembolso

RECIFE

PERNAMBUCO

# NORDESTE

REVISTA DE CULTURA  
Editado pela Empresa JORNAL DO COMMERIO S. A.  
Redação e gerência: RUA DO IMPERADOR, 163  
3.º andar — Recife — Pernambuco

Diretor: Esmarardo Marroquim  
Redator-chefe: Aderbal Jurema  
Secretário: Yvonildo de Souza

— Solicitamos permuta com as publicações congêneres.  
— Todos os livros enviados a esta revista serão registrados independentemente de crítica assinada.

Número avulso ..... Cr\$ 4,00  
Número atrasado ..... Cr\$ 6,00  
Nos Estados ..... Cr\$ 5,00

REPRESENTANTES — João Cabral de Melo Neto (Londres Inglaterra) • Cicero Dias (Paris-França) • Artur Coelho (New York-E. U.) • José Condé (Rio de Janeiro-D. F.) • Alcântara Silveira (São Paulo) • Silvio de Macedo (Maceió-Alagoas) • João Soares (Salvador-Bahia) • Gambarra Filho (João Pessoa-Paraíba) • Erico Veríssimo (Porto Alegre-R. G. S.) • Heitor Galvão (Natal-Rio G. do Norte) • Alphonso Guimarães Filho (Belo Horizonte-Minas) • Dalton Trevisan (Curitiba-Paraná) • Salim M. F. (Fortaleza-Ceará) • Antônio Girão Barreto (Florianópolis-Santa Catarina) • J. Pedrosa (Campina Grande-Paraíba) • Lyrio Neves (Caruaru-Pernambuco).



# O CAMPONÊS E A NOVA CIVILIZAÇÃO RURAL

ARNÓBIO GRAÇA

A necessidade da nutrição levou o homem às atividades de uso das plantas e animais e, consequentemente, à agricultura e ao pastoreio. O ser inteligente e livre conseguiu dominar a natureza e tirar desta os meios indispensáveis à vida. Mantendo-se nessa posição de superioridade, chegou a conhecer mais e melhor a natureza e assim pôde também compreender o que ele próprio é e o que vale na obra da criação. Diz Spranger que o homem passou, analogicamente, da cultura das plantas para a do espírito ou cultura animi. Se a primeira

mo farmacêutica, mas as tentativas que se fazem em prol da saúde do camponês são ainda precárias, de maneira que o número de doentes e de óbitos é grande. As condições de trabalho, alimentares, de habitação, de vestuário e higiene da população rural do Nordeste brasileiro são desoladoras. As farinhas de mandioca ou pão nacional, cujo valor nutritivo foi "ingenosamente" exaltado por alguns autores, a carne seca, os peixes apimentados, a escassez de legumes, o feijão de má qualidade, a água impura dos rios e outros elementos de baixo padrão

da aristocracia latifundiária e da guerra desencadeada pelos inimigos do novo regime, uniram-se os trabalhadores, racionalizou-se o crédito, suprimiram-se as deficiências técnicas e melhorou o padrão de vida das classes agrícolas.

Foi sem dúvida um movimento de proporções amplas, especialmente tendo-se em vista, a situação anterior da economia mexicana tão bem exposta pelo professor universitário Moisés de la Peña:

"When the period of the armed revolution in Mexico ended in 1920, the struggle begun in 1910 to break the old pattern of economic and political feudalism which had subsisted with few fundamental variations as an anachronistic heritage of Spanish domination, the economic and social situation of the country could not have been more deplorable. The principal sources of wealth were in the hands of absentee owners (railways, electrical industry, oil, mines, foundries, textile industry, forestry, smaller industries, wholesale trade and part of the retail business...). The country's rural population was disposed of its farm lands; the railway network was weak, disjointed, unfinished and in a state of bankruptcy since before the revolution... (A New Mexico: some observations in general problems and on man and the earth — The Social Sciences in Mexico and South and Central America — vol. I — N.º 3 — 1948).

No terreno pedagógico, as missões culturais foram um prodígio de idealismo. A tarefa mostrou-se árdua, como todas as lutas pelo triunfo do bem. Eram as missões mexicanas, verdadeiras "escolas normais ambulantes" e se compunham:

- a) de um educador, "encarregado da filosofia pedagógica, da organização e administração das escolas";
- b) de um técnico em agricultura e de um professor de educação física;
- c) de uma visitadora social e de três instrutores de pequenas indústrias derivadas;
- d) de um mestre de música e de artes plásticas;
- e) de um médico.

Percorrendo o interior do México, as missões culturais ensinaram às populações camponesas, economia, artes domésticas, pequenas indústrias, enfermagem, puericultura, higiene, música e artes plásticas. Em todos os lugares, fundaram-se escolas onde crianças e adultos aprenderam a viver e a amar a terra como fonte suprema do útil, da beleza e da felicidade. Escolas para a formação do homem telúrico e não do homem urbano com seus vícios, sua cultura e sua civilização tomadas por empréstimo do mundo ocidental. Eis aí uma nova concepção sociológica do ser pensante, que ocupa uma enorme parte ecológica das Américas em cujas imensas regiões sulinas, Hermann de Keyserling fez curiosas observações. Esse homem telúrico não destruirá o homem das áreas urbanas industriais e mercantis. Completando a longa história das cidades do Ocidente, surgirá a civilização camponesa cujos traços fundamentais não deverão ser atingidos de sangue, como aconteceu na União Soviética.

Desde a antiguidade, o homem rural tem desenvolvido uma luta titânica pelos seus direitos. Em Roma, por exemplo, houve leis agrárias contra os ricos proprietários de terras: *cassia*, *licínias*, *flaminia*, *semptrônia*, *servília*, *cláudia* e *júlia*. Destas, as mais famosas e mesmo as mais revolucionárias foram as que receberam os nomes de *cassia*, *licínias*, *semptrônia* e *júlia*. Na idade média, a peleja continuou nos

regimes da servidão e do colonato. Em nosso livro, *Princípios de Economia Política*, sustentamos que o colonato, instituído no Baixo Império Romano, não deu os resultados que se esperavam. Gerou uma classe rica e poderosa — a dos monopolizadores das terras — e outra, pobre e explorada — a dos colonos. O servo era preso à gleba, pagava o foro, a capitação ou imposto pessoal, e a *taille* ou imposto arbitrário; sujeitava-se à *corvée*, jornada de trabalho gratuito, que Marx considera uma das formas da mais-valia. A servidão armou o latifúndio medieval e consolidou o feudalismo.

O mundo moderno foi a era dos mercados europeus, estendendo os seus negócios até a África, a Ásia, as Américas e servindo-se do mar atlântico, o mar das caravelas temerárias, como o inevitável caminho da colonização. Os afortunados negociantes estabeleceram normas de política, instituíram o mercantilismo, as companhias de comércio e de navegação. Entretanto, no século XVIII, as coisas mudaram com a revolução francesa que produziu singulares consequências históricas. Fundou-se a propriedade individual-burguesa no Ocidente, porém no século XX, a Rússia, destruindo os valores da ordem criada à sombra das ideias do liberalismo implantou violentamente uma civilização rural de base coletivista e muito mais avançada do que a civilização telúrica da nação mexicana.

A revolução russa foi um misto de sonho e de rebelião de um povo. Efeito da opressão czarista e dos erros do capitalismo, movimento de multidões atormentadas pela fome e pela miséria de uma sociedade sem crimes, sem leis injustas e sem sofrimentos, o bolchevismo arrastou a "sexta parte da superfície da terra" a uma experiência sem precedentes, fortalecida pelas profecias de Marx, pelo oportunismo de Lenine e pelo espírito de organização militar que Trotsky pôs a serviço do novo regime.

Nas suas reflexões sobre a nossa época e especialmente sobre a revolução russa, Harold Laski mostra-se parcimonioso e talvez perseguido por aquele medo de que tanto fala e que aflige também os socialistas brancos ou inocentemente liberais. Para ele, o extremismo no julgamento do movimento francês de 1789 e tão perigoso, como os exageros emocionais ocasionados pelo bolchevismo: "A revolução russa, na verdade, como sua predecessora francesa, tornou-se um assunto sobre o qual muitos poucos homens podem raciocinar calmamente, tão imensos são as esperanças e os temores baseados no seu advento" (*Reflexões sobre a Revolução de nossa Época* — São Paulo — 1946 — pag. 97).

Todavia, essa revolução tem revelado amplo sentido rural por força das convicções de Lenine, que a modificou numa "revolução camponesa", a despeito da teoria industrial de Marx e Engels. Estes não pensaram para a União Soviética, mas para um mundo essencialmente diverso, evoluído, onde não houvesse o problema do latifúndio, da cultura extensiva, do rendimento agrícola e da ausência de técnica. Daí, a fórmula descoberta pelo oportunista Lenine: ditadura dos operários e camponeses.

Vencidos os obstáculos, a Rússia ingressou no socialismo agrário, porém o caminho que tiveram de seguir os camponeses, não o traçaram os utopistas da Inglaterra e da França, pois as suas obras não continham a força de sedução capaz de impulsionar milhões de trabalhadores para o triunfo sobre o regime czarista. Repetiu-se, por exemplo, o controverso sistema de Henry George que defende, entre outras coisas, a criação do imposto único sobre as terras, a conservação temporária da propriedade particular do solo e a socialização da renda. Assim diz ele: "Não é necessário confiscar a terra; basta confiscar-lhe a renda ou socializá-la pela

(Continua na pg. 12)



O clichê é de produtos naturais do município de Moreno, grande centro têxtil do Estado de Pernambuco. A política de amparo aos pequenos produtores levada a efeito pela Secretaria de Agricultura, beneficia também essa região do agreste pernambucano.

supõe modificações de meio ambiente e o aparelhamento agrário, toda cultura subjetiva exige uma atmosfera psíquica e somente é possível dentro de uma cultura objetiva, de sorte que ambos os conceitos se acham intimamente unidos, como os de estrutura anímica e vivência.

Salienta o professor Chouard que a agricultura pode ser encarada sob as formas econômica e técnica. Economicamente, fornece gêneros de primeira necessidade, é mercado das indústrias que, por sua vez, precisam das matérias primas de origem agrícola. Tecnicamente, por sua vez, precisa das matérias primas de origem agrícola. Tecnicamente, a agricultura deve ser considerada uma atividade não-específica, "uma indústria cujas máquinas são a planta e o animal, cuja energia é a luz do sol e cuja matéria prima são a água, o ar e o solo". Eis uma visão primária e inaceitável do problema, que examinaremos, oportunamente. A agricultura é uma colaboração hierarquizada dos seguintes elementos: o homem e o seu trabalho, a natureza, o capital e a técnica, a organização e o Estado. Compreende a fitotécnica ou produção vegetal, a zootécnica ou produção animal e a tecnologia agrícola ou rural, como no caso da usina, que abrange a cultura da cana e a transformação desta em açúcar e álcool.

Meditando sobre o tema, diz um professor francês que, nos séculos anteriores, a agricultura foi para o camponês, um gênero de vida e não propriamente uma função econômica e social. Representava ele, o papel de ser obscuro e atrasado, cheio de superstições, de hábitos por vezes lamentáveis e esmagado pela tristeza, penúria e isolamento, porém isso está desaparecendo e, no julgamento do sociólogo citado, há amplos caminhos do progresso rural em nosso tempo: maquinismo agrícola, fisiologia da estimulação e da inibição, físico-química da armazenagem e das transformações das matérias primas orgânicas (P. Chouard — *Progress Technique et Evolution Sociale en Agriculture* — Lyon 1953 — pags. 15 e segs.).

Para Grandin, um dos representantes da escola humanista de Lebert, o camponês era considerado a força existencial do país, ora pela sua ligação com a terra e importância demográfica, ora pela sua capacidade produtiva e expressão econômica e social. Entrou na história, fazendo-se operário-cidadão, soldado ou marinheiro e não como homem rural. Hoje o camponês está se modificando em muitas nações razão por que é verdadeira, a crença de que ele será o futuro cidadão do mundo e unirá a agricultura e a indústria num bloco poderoso. Então, vencerá a fórmula do camponês-cidadão, civilização única de amanhã. Por isso, escreveu Grandin: "Voilà le paysan, l'homme du pays, devenu citoyen du monde et ceci résume tout" (Paul Grandin — *De l'Etat Paysan au Métier d'Agriculteur* — Lyon — 1951 — pags. 5 e segs.).

No Brasil, por exemplo, o camponês não tem evoluído como em outros países. Na região nordestina, ele vive mal; não tem a assistência de que necessita e as doenças o dizimam sem que lhe chegue o caro auxílio da medicina urbana. É certo que na zona açucareira, como a de Pernambuco, as usinas mantêm serviço de assistência médica, hospitalar, dentária e até mes-

tornaram-se causas ordinárias dos constantes distúrbios intestinais, das moléstias da pele, da cárie dentária, da falta de cálcio e vitaminas no organismo.

Quem percorre o interior dos Estados nordestinos para conhecer de perto a vida dos seus habitantes, vê cousas e fatos que oprimem o coração. Na zona agrária, erguem-se palhoças, casebres infectos, ocupados por homens, mulheres e crianças semi-nús, famintos, e até animais domésticos numa bárbara promiscuidade.

Tudo isso, porém, é o retrato ainda imperfeito de uma velha civilização rural cheia de problemas estruturais, como o monopólio das terras, os processos de cultura, a técnica, o regime de trabalho, em síntese, problemas da organização econômica e social da vida no campo. Alguns países como o México e a Rússia Soviética, reagiram violentamente contra ela, chegando ao extremo que nós brasileiros precisamos evitar. Essa velha civilização que tem servido de objeto à sociologia histórica e cultural de Roberto Simonsen, Gilberto Freyre, Antônio Gonçalves de Melo Neto, Manuel Diegues Júnior e outros, não é a que nos interessa, quando temos de fixar ideias e planos para a solução dos problemas econômicos da vida rural na hora presente. Mas para melhor compreendermos o sentido que deve posuir a nova civilização camponesa, é mister analisarmos em suas principais linhas de construção, as revoluções agrárias do México e da Rússia que constituem os maiores exemplos deste século. Dois movimentos que têm gerado tão forte entusiasmo no espírito de muitos críticos, que destes não se cansam de proclamarem os resultados, manifestando uma exaltação que toca as raízes do fanatismo ideológico.

A transformação da economia do México se iniciou em 1910. Estudando-se e firmando nas pesquisas de autores ilustres, Carneiro Lledo nos oferece o quadro da repartição das terras mexicanas, de 1915 a 1926:

Número de ejidos entregues à comunidade	2.246
" " pessoas interessadas	452.529
Superfície distribuída em hectares	5.046.041 (1)

Com efeito, de 1915 a 1934, foram entregues 8.150.841 hectares de terras a 793.442 camponeses. Esse movimento repartitivo chegou ao seu ponto mais alto no governo de Lázaro Cárdenas com o plano sexenal cujos benefícios foram salientados pelo sociólogo Paulo Pinto de Carvalho: o plano, que foi executado com impeto revolucionário, modificou a economia "latifundiária e colonial" do México numa economia organizada consoante os princípios da democracia anti-burguesa (Diretrizes para uma Política Rural e Econômica — São Paulo — 1944).

Diz Francisco Flora que o planejamento de Lázaro Cárdenas extinguiu latifúndios, distribuindo em quatro anos, 15.468.197 hectares de terras. Multiplicou e protegeu as pequenas propriedades familiares que se tornaram uma das formas básicas da vida rural da grande república (Artigo publicado na Revista do Trabalho — Rio — abril de 1939). Apesar da reação



Produtos do interior pernambucano, desde a cana de açúcar aos trabalhos de cerâmica e madeira. É valioso também, nestes setores da produção, o incentivo da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco

# LIVROS NOVOS

(Continuação da pg. 17)

torna a sua obra diferente de todas as outras. Assim, entramos nas páginas de "Em Busca do tempo Perdido" como num reino inteiramente fora do comum. A obra, que consta de sete romances, pode comparar-se a uma sinfonia. Os grandes temas, surgidos desde o início ou apenas insinuados aqui e ali, são mais tarde retomados e desenvolvidos inteiramente, dentro da unidade do conjunto para o qual contribuem. Grande psicólogo, Proust é também um grande escritor e, sobretudo, artista. Seu problema foi salvar alguma coisa do fluxo do tempo, transmutar para a eternidade da arte aquilo que tinha vivido, observado e até esquecido. Para isso, havia, por certo, a memória; mas esta coleciona mais do que unifica e não dá apenas um amontoado de fragmentos esparsos e dissemelhantes. Proust resolveu o problema por meio de uma experiência essencialmente mística, pela descoberta de que para ele era possível uma memória diferente da comum. Assim por meio de uma extraordinária série de aventuras psicológicas, o passado é finalmente recapturado — não apenas lembrado mas totalmente evocado e torna-se, no processo, Arte.

Quanto a este segundo volume, merece especial referência a esplêndida tradução de Mário Quintana. A proposta da tradução de "No Caminho de Swann", também devida à pena do admirável poeta gaúcho, assim se manifestou a autorizada ensaísta que é Lúcia Miguel Pereira: "Confesso que fui céptica quando soube que se preparava em Porto Alegre a tradução de Proust, tanto me pareceu difícil o trabalho de transpor para o português, sem prejudicá-lo, o romance tecido de sutilezas, no qual cada frase, cada vocábulo se desdobra em sugestões e é essencial à harmonia do conjunto. Pois dela se desincumbiu com admirável senso de adaptação ao espírito da obra o poeta Mário Quintana. Quem ler Proust na sua tradução não perderá do original senão aquilo que é absolutamente intraduzível".

Os mesmos conceitos se podem aplicar à versão de "A Sombra das Raparigas em Flor", roman-

ço completo em si mesmo, mas que faz parte de um conjunto mais amplo integrado pelas seguintes obras: "No Caminho de Swann", "A Sombra das Raparigas em Flor", "Albertina Desaparecida" e "O Tempo Encontrado".

## GILBERTO FREYRE NO ORIENTE

Encontra-se atualmente em Goa, colônia portuguesa na Índia, o ilustre sociólogo Gilberto Freyre, que prossegue na sua visita ao império ultramarino lusitano. De Goa, onde pretende demorar-se em estudos e observações, Gilberto Freyre partirá para Macau, na China, de onde regressará a Lisboa após uma excursão que o levou a conhecer todas as possessões portuguesas na África e no Extremo Oriente. Essa viagem do grande mestre de Sobrados e Mucambos, realizada a convite do ministro do Ultramar do governo português, certamente proporcionará a Gilberto Freyre oportunidade de aprofundar os seus estudos sobre a expansão lusitana no mundo, tão extraordinária na sua missão civilizadora, no seu arrôjo, no seu determinismo histórico e cultural. Por outro lado, durante sua permanência em Lisboa, antes da partida para a África e o Oriente, Gilberto Freyre teve a satisfação de apreciar o lançamento de dois livros seus em edições especialmente organizadas para Portugal e colônias — *O Mundo que o português criou e Interpretação do Brasil* — com que os círculos intelectuais do país amigo quiseram marcar a visita do grande sociólogo e escritor, que tantas vezes tem defendido o patrimônio comum da cultura luso-brasileira, nas suas grandes manifestações do passado e do presente. Por sua vez, a Livraria José Olympio Editora anuncia para breve o lançamento da 1.ª edição de *Casa Grande & Senzala*, que será assim uma espécie de boas vindas ao seu ilustre autor quando regressar ao país.

Quando esta revista estiver em circulação, é provável que Gilberto Freyre já se encontre de regresso à pátria.

## Editora Revista "NORDESTE"

Ultimo Lançamento:

Francisco Julião -- **CACHAÇA** -- (contos) prefácio de Gilberto Freyre e ilustrações de Ladjane.

Proximos Lançamentos:

Aderbal Jurema -- **PROVINCIANAS** -- 2. série de critica literária.

Moacir de Albuquerque -- **Baudelaire e outros ensaios**.

E a série de "**Cadernos da Provinciana**", com Mario Lacerda de Melo, Fernando Mota, Gláucio Veiga, Gilberto Osório de Andrada e outros.



— Se seguíssemos o trajeto desta rede de distribuição passaríamos, certamente, pela sua casa, meu caro consumidor. No trajeto encontraríamos postes, fios, transformadores e nossos homens poderiam ser vistos examinando as condições da referida rede.

Tôdo esse conjunto de materiais, imprescindíveis ao meu trabalho, está custando cada vez mais caro — são milhões de cruzeiros, portanto, aplicados para proporcionar-lhe um serviço que tão barato lhe custa — diz "Seu" Kilowatt, o criado elétrico.

PERNAMBUCO TRAMWAYS AND POWER CO. LTD.

## Lojas Paulistas 40 ANOS

Tecidos Resistentes á todas as provas



CÓRES QUE NÃO DESBOTAM



# Pereira da Costa na Assembléa

ANDRADE LIMA FILHO

CONTATE-SE que Sainte Beuve, eleito senador de França, entrou nas côrtes todo vestido de preto. E, indagado porque assim o fazia, respondeu que era "por ter morrido para as letras".

Assim não fez, porém, esse bom pernambucano que foi Francisco Augusto Pereira da Costa, naquele dia remoto do mês de março do ano de 1901, quando aqui chegou, deputado pelo 2.º Distrito, para ocupar uma cadeira nesta Casa. Não, senhores, o velho Pereira da Costa não trairia o seu destino. Não seria nunca, como na definição de Benda, "um clérigo traidor". Durante os vinte anos em que por aqui perambulou, entre questões de ordem, disputas de interesses e disputas regimentais, viária-se sempre o homem dos arquivos, o pesquisador beneditino dos nossos papéis velhos do garimpo tenaz do misterioso e profundo rio da História, sobre quem jamais aquele Taques, de uma citação recente de Costa Pinto, poderia repetir o que dissera do "ôco e bulhento" Rocha Pitta: que escrevera a História sem a "lição dos cartórios". Porque essa foi, sem nenhuma dúvida, a perene lição de sua vida. E daí porque, se aqui não deixou aquele enganoso brilho que, efêmero, se extinguiu como o clarão do meteoro, deixou, contudo, um segredo e intenso fulgor de eternidade.

Era nos tempos áureos do rosismo. Pernambuco, na expressão do autor de "Pinheiro Machado e seu tempo", apresentava-se como um "remanso tranquilo". Do Rio — diz Costa Pinto — "Rosa e Silva manejava os cordões da política, dava ordens aos chefes locais e estas dominavam o eleitorado amorfo que sua linha, democraticamente, a continuidade do marretismo". E "ninguém discutia se a orientação de Rosa e Silva era boa ou má, se consultava, ou não, os interesses da coletividade. Era o chefe e bastava".

Foi nesse ambiente que Pereira da Costa, já cinquentão, guindado por aqueles cordões do Conselho, veio para aqui, numa indumentária política de marreta que, todavia, lhe ficava mal assentada, como uma roupa adquirida no "Vucco-Vucco" do mercado de São José. Não era um político: era um pesquisador. Mas, assim mesmo, naquela tarde de março de 1901, ele chegou com as suas calças listradas, seu fraque preto, sua bengala e seu chapéu côco. Eleito e logo incluído no rol dos deputados "líquidos e não contestados", conforme a pitoresca expressão da época, recebeu o seu diploma e aqui tomou o seu lugar. Teve, porém, a impressão que o fez, tranquilamente, humildemente, sem a menor sombra de vaidade, sem a mais leve prosopéia. Com aquele mesmo ar bonacheiro e aquela mesma adoração à disciplina com que, às vezes, segundo o testemunho visual de Aníbal Fernandes, parava "junto aos tabuleiros de bolo, à rua 1.ª de Março, e ali mesmo comia alguma lambança".

Paupérrimo, de origem modesta, filho de um professor de música e ex-empregado de livraria, Pereira da Costa, quando aqui veio parar com o seu mandato, não era, contudo, um estranho. Vinha agora feito deputado sim. Mas aqui já estivera, antes, como diretor da secretaria. Voltando eleito, não mudou nada. O mandato popular não lhe alterara os hábitos. Era o mesmo homem, bom, simples, cordial, manso de espírito e de coração, a quem se referem com simpatia os testemunhos dos contemporâneos. Aquela homem "magro, baixo, recurvado, enfiado", e, nada obstante, um "prodígio paradoxal de energia", que o neto Atílio Joffily via "debruçado à mesa de trabalho, onde passava várias horas do dia, escrevendo, com uma caneta de menino de escola, consultando livros antigos, examinando com a lente um documento esmaecido pela ação do tempo". Ou, então, aquele patriarca na colheita de roupas caseiras e de boné, com uma colher de pedreiro preparando os canteiros de breço que ele plantava e regava com amor e carinho" ou "levando restos de comida a um caixão de gualumina na cova, colocado num recanto do alpendre".

Mas, perguntaria comigo, que vinha fazer aqui aquele homem estranho e indiferente ao tumulto de uma assembléa política? Eis a questão que, generosa, mas temerariamente, me impusiste.

Percorrendo os Anais desta Casa, através de todo o longo período em que Pereira da Costa foi deputado, uma impressão logo nos domina: ele não era o homem da tribuna. Não se dava com o rumor do plenário. Timido, silencioso, arredio, mergulhava no trabalho silencioso das comissões técnicas, que mais se consoavam com o seu temperamento de homem de gabinete, menos preocupado com os ouropéis da retórica do que com a pesquisa do fato — pesquisa que foi, esta sim, a grande, a absorvente paixão de sua vida.

Acompanhámo-lo, entretanto, na sua estranha aventura.

## O LÍQUID

COMO estreou Pereira da Costa nos Anais? De maneira bastante curiosa, ao sabor da época. Na segunda reunião preparatória, realizada em 2 de março de 1901 para a instalação da primeira sessão ordinária da quarta legislatura, teve ele, como já foi dito, o seu diploma reconhecido. Estava entre os "líquidos".

Instalada a ordinária, já na reunião do dia 8, propõe o líder João Elísio um voto de soli-

dariedade a Rosa e Silva. Era coisa muito comum naquele tempo e pretextos não faltavam. A chegada do chefe, o embarque do chefe ou o aniversário do chefe, que quase sempre, aliás, era chamado de incito ou adjetivo de igual força, criavam encharcadas tais pronúncias em que se comprazia o oportunismo bajulatório da época. Mas, naquele dia, o voto de João Elísio teve um aditivo. E eis que chega à Mesa um requerimento do teor seguinte: "Requeiro que o voto de solidariedade política a S. Excia. o Sr. Conselheiro Rosa e Silva, que acaba de ser votado, seja transmitido a S. Excia. telegraficamente." Assinava-o Pereira da Costa. E essa foi, na conformidade dos estilos, a sua estreia nos Anais.

O trabalho do bisonho deputado, já o dissemos, era nas comissões técnicas. Integrou Pereira da Costa, nas várias legislaturas a que serviu, as de Constituição, Legislação e Justiça, Instrução e Saúde Pública, Contas e Despesas do Estado, além da de Redação de Leis, em que permaneceu mais tempo. E os Anais estão cheios de pareceres de sua autoria, versando as mais diversas questões.

No plenário, porém, onde comparcia com uma irreprochável assiduidade, sentava-se numa destas cadeiras do primeiro semi-círculo à direita, segundo o testemunho do sr. deputado Afonso Ferraz, seu contemporâneo na legislatura de 22, e que vem assim, como se vê, de prisas eras que bem longe vão. O mundo, em redor, podia vir abaixo. Ele não estava se incomodando com isso. Não saía dos seus cuidados. Era, contudo, aquele velhinho silencioso e modesto, segundo o depoimento de um homem da época, o jornalista Mário Melo, uma espécie de consultor da Casa, a quem se ouvia em todas as questões, menos as de política. Assombrava-se, na sua quase imobilidade, a um ídolo, mas, para muitos, possuía a sabedoria de um Ithama.

De longe em longe, como para dar um vago sinal audível de sua presença, um aparte. Mas, quase sempre, um aparte curto e inexpressivo, como se incompleto ou surruido a modo. Discursos, dois ou três, foi o que viu nos Anais, no longo das cinco legislaturas. E, dessa timidez de Pereira da Costa, há expressivos episódios. Na discussão, por exemplo, do projeto de orçamento, sessão de 19 de junho de 1902, aparece uma emenda subscrita por Bianor de Medeiros, Artur Muniz e Pereira da Costa, mantendo uma subvenção de dois contos de réis anuais para o Instituto Arqueológico, de que os três sinatários eram sócios. João Elísio, na tribuna, depois de afirmar que "assistir, impassível, a uma perfeita aclamação de subvenções", lembra que "a necessidade tem cara de herdeiro" e que "a situação difícil que atravessa o Estado nos obriga a sopitar os impulsos caritativos dos nossos corações para atendermos à necessidade pública".

Bianor de Medeiros defende, veementemente, a emenda em favor do Instituto. Um aparte, Artur de Albuquerque, assevera que a emenda é uma "que não merece ser aprovada". Nesse ponto, dá-se uma intervenção de Pereira da Costa. Mas, para quê? Para exclamar, apenas, numa tímida ironia, que "o sr. Artur de Albuquerque é pernambucano!" E foi só. A emenda foi rejeitada.

Significaria essa inibição, porventura, demérito? Não, meus senhores. Absolutamente. E a prova disso, tamo-á, na sessão de 21 de maio do mesmo ano, através da palavra de Faria Neves Sobrinho. Fazendo restrição a um detalhe do projeto n.º 11, também da autoria de Artur Muniz, Bianor de Medeiros e Pereira da Costa, e que mandava considerar o Instituto de utilidade pública, Faria Neves, a certa altura, acentua: "Fazem parte desta Casa três membros do Instituto e membros conspícuos, cuja amizade muito me penhora; e, entre estes, está o ilustre historiador e distinto literato, dr. Pereira da Costa, cujo nome não posso deixar de citar (apoiados) e o faço propositadamente para que se acentue, para que fique claro, manifesto, que é demasiada a modestia a que se acolhe S. Excia. (apoiados). E esse era, de fato, o conceito da Câmara sobre o grande pernambucano.

Fato curioso, entretanto, ocorreu na sessão de 10 de março de 1910, ainda revelador da timidez de Pereira da Costa. Saíndo dos seus cuidados, o autor dos "Anais Pernambucanos" entendeu de fazer uma retificação à ata. Ele era, afinal, o homem do pormenor e parecia-lhe errada, ou incongruente, a redação de um certo trecho. A ata em questão, depois de declarar que Rosa e Silva Júnior se retirara do recinto, apresentava-o, sem assinalar-se o regresso, como encaminhando à Mesa um requerimento. Pereira da Costa levanta-se e faz a retificação. Mas Estácio Coimbra, então presidente, contesta a retificação e explica que o sr. deputado Rosa e Silva Júnior "naturalmente" apresentara o requerimento depois de ter segurado, isso porque — palavras textuais — "não podia usar da palavra senão voltasse ao recinto". Aquela "naturalmente" soava como moeda falsa de lógica sofisticada. Não era isso o que se dizia na famosa ata. Mas o fato é que Pereira da Costa, acolhendo-se àquela sua "demasiada modestia", não insistiu. E venceu assim o sofisma de Estácio.

Outro episódio: da discussão, na sessão de 2 de abril de 1916, de um projeto que beneficiava o "Liceu de Artes e Ofícios" com a isenção da contribuição de esgoto. Combateu-o, tenazmente, o deputado Costa Neto. Saiu-lhe em defesa Sant'Ana Castro que, a propósito, lembrou o trabalho de Pereira da Costa, o qual

— disse o orador — "em um brilhante volume de 300 páginas, fez, brilhantemente, o histórico dessa instituição". Era um chamado à fala. Mas Pereira da Costa, que presente estava, calado ficou. Não deu sinal de vida. O amigo do Liceu não defendeu o Liceu.

Caso semelhante, também expressivo dessa timidez, dessa inibição tribunicia do grande historiógrafo, ocorreu na sessão de 29 de março do mesmo ano Turiano Campelo, o tabelião-deputado, fez violenta crítica a um o pároco da Comissão de Justiça. E chegou mesmo a afirmar, com a brilhante agressividade de um Osvaldo Lima Filho da época, que a Comissão ou "errara crassamente" ou "assinara de cruz" o parecer. Presentes estavam dois sinatários: Eutrópio Silva e Pereira da Costa. O primeiro defendeu-se. Mas o velho Pereira, quase continuado, no seu canto, como se não tivesse nada com aquela maledicção do Turiano. E não tinha mesmo. Aquilo, afinal, não era a História e ao ela lhe interessava. Porque ele bem poderia dizer da História o que Silas dissera de sua amada: "Tú foste a só".

## O LEÃO E O TRIBUNO

ENTRETANTO, quando se tocava naquilo que afetava a sua paixão predileta, o seu "culto santo", aí, meus senhores, a calma planície de sua timidez se arrebata toda em ondulações bruscas e impensadas num temperamento bisonho como o dele. A História era a sua grande emoção, o seu ponto sensível; era, por assim dizer, o seu "calcanhar de Aquiles". Porque aí, sim, ele se sentia vulnerado, como o grego.

Foi assim, por exemplo, na sessão de 15 de maio de 1911 a mais emocionante, talvez, de sua longa e silenciosa carreira parlamentar. Era o ano das grandes decisões políticas, da queda de Rosa e Silva e da ascensão de Dantas, da primeira fuga de Estácio Coimbra e da famosa "Vassourinha", a cujo ritmo libertário o povo, em delírio, fez o "passo" nas ruas desta indomável Recife.

No meio de todo aquele redemoinho de paixões, e nada obstante o seu reconhecido horror à tribuna, Pereira da Costa a ela se dirigiu naquele dia. Para quê? Para apresentar, porventura, uma indicação, uma moção, um requerimento de conteúdo político? Não, senhores. O velho Pereira, como se diria hoje, não era de orilha. Quando a tempestade soprava, ele deixava-se ficar de lado, embalando-se nos braços de sua doce companheira, a História. Que ia, então, fazer aquele homem na tribuna? Ia submeter à consideração dos seus pares, com longa e minuciosa justificação escrita e duas representações gráficas, um projeto, que tomou o número 45, dispondo sobre a reforma do escudo d'armas do Estado e a criação da bandeira de Pernambuco. A justificação, que ocupa onze páginas dos Anais, é a encaminhou à Mesa, excusando-se da leitura. E minudente, detalhada, cheia dessa riqueza de pormenor, muito comum nos trabalhos de pesquisa do grande historiógrafo. E onde Pereira da Costa exibia, também, vastos conhecimentos de heráldica.

Mas o projeto provocou aceso debate. Artur Muniz, seu colega de Instituto, toma a palavra, na sessão de 9 de junho, e o comete vivamente. No exórdio, como que para amaciar o terreno, faz um caloroso elogio a Pereira da Costa, a quem chama "o maior trabalhador dos nossos dias dos domínios da história de Pernambuco". Depois, passa a defender a permanência do escudo adotado pela lei n.º 75, de 25 de maio de 1895. Censura o prurido reformista do projeto. Acusa o autor de empregar termos técnicos que não estavam ao alcance de todas as camadas sociais. Crítica o excesso de cor vermelha no escudo pejetado e considera-o inestético.

Foi um discurso agressivo, contundente, quase brutal. Falando sobre a questão da cor, por exemplo, diz o feroz tribuno, em tom pílherico, que "achou o motivo, depois duma investigação psicológica demorada, de aparecer tanto vermelho no projeto do escudo de S. Excia.; além de se manifestar um repulso vermelho, um *non-culotte*, pela voz do sangue e por uma reminiscência, gratíssima do seu coraço, não olvidou descender da família Costas ou da família Costas de Apedrinha, famílias portuguesas que tiveram seus braços onde o vermelho era a cor tonante, segundo verificamos no trabalho heráldico de Sanchez de Baena". "Quanto ao dourado — continua Muniz — explica-se pelo nosso pendor para tudo quanto é grande, pelo desejo de vivermos mergulhados no Pacto ambicionado, pela nossa megalomania inocente e inofensiva". Mas, acrescenta, "ao desarmos esquecer que o vermelho significa crueldade, cólera, vingança; e o dourado significa riqueza, poderio, fausto; cores estas que não ficam bem ao nosso caráter político e ao nosso caráter financeiro...".

O mais curioso, porém, é que quando o inflamado orador impugna o leão do escudo proposto no projeto Pereira da Costa. Depois de citar o já referido Sanchez de Baena e mais César Cantá e Maquiavel, Artur Muniz, que estava com o diabo no couro, assim arremete contra o pobre animal:

"Este leão em atitude agressiva, numa altanerha chocante, de cauda enrijada e juba molenga, arremetendo para o vácuo, com um gládio romanesco e os membros de desassonhadas, língua espalhada no vento, faz recordar um tipo indelével usado, sem distinções de oportunidade, da expressão do célebre general francês perante os dois generais ingle-

ses, expressão afamada pelos sociólogos de "Os Miseráveis", expressão que é representada "pelas cinco letras da energia popular, que War-tello fez heróicas, Hugo fez épicas e Zola clássicas", no dizer de Raul Pompeia".

Era demais. Artur Muniz, como se vê, estava possesso, não de um, mas de mil demônios. E, não satisfeito, o bárbaro, acusa ainda o inocente leão de Pereira da Costa de "leão descorrete, sem galanterias diplomáticas numa época do pacifismo". E chega a lhe parecer, o leão, "um impulso em plimimino de temibilidade extraordinária", motivo porque o entrega a Otávio Tavares — "o criminalista desta Casa, que conhece as páginas sobre a criminalidade entre os animais, escritas por Lacaze-sagne, os estudos de Buchner sobre a vida psíquica dos animais e os de Houzeau sobre as faculdades mentais dos animais comparadas às dos homens".

Fôra longe o fero Muniz. Pereira da Costa ouvia, calado, desabar-se aquela tempestade de desaforos sobre o seu pobre leão. Depois, levantando-se, defende com sereno vigor o projeto, num discurso breve, em que acentua que a assunção "não é dadas que a retórica pode, com vantagem, substituir". E, em tom satírico, conclui:

"S. Excia. insurgiu-se contra o simbolismo de Pernambuco, o leão rompete, por achar indecente estar de boca aberta com a língua de fora. Pois bem, Sr. Presidente, tirem esse atributo de leão rompete; cortem-lhe também a cauda e as unhas, e deixem o meu glorioso Estado representado por um leão diformado, como assim é classificado em heráldica".

E sentou-se. Não sabemos se Artur Muniz quis fazer as vezes de "manicure". Mas a verdade é que a Câmara nunca viu Pereira da Costa tão vivo, tão vivo, tão acima da inibição costumeira. Artur Muniz, com efeito, tocara-lhe no "calo de estimação".

As vezes, aliás, Pereira da Costa saía dos seus cuidados para fazer uma plubéria. Pelo menos, na resenha da sessão de 6 de maio de 1903, há notícia de uma plubéria. Discutia-se o recurso interposto por um certo Cristóvão Alvares dos Prazeres, de Vitória de Santo Antão, que pretendia ver-se reconhecido como legalmente eleito juiz do 4.º Distrito daquele município. Gonçalves da Rocha, na tribuna, discute o caso e lê, a certa altura, um documento. Mas há confusão sobre a patente do supracitado Cristóvão, que ora é chamado de coronel, ora de capitão. E isso desagrada a Pereira da Costa, que é o homem do pormenor. Daí a pergunta, o aparte inesperado. Quer saber se o tal Cristóvão é, afinal, capitão ou coronel. E o orador explica que "é capitão, tem a patente de capitão, mas não lhe o tratamento de coronel". Diante dessa resposta, o velho Pereira, provocando risos, arremata, zombeteiro:

— "É lá uma espécie de um coronel muito conhecido..."

E voltou ao natural.

## OS SUBSÍDIOS

ENTRAMOS, agora, num capítulo para o qual proponho, desde já, e à guisa de prefácio, aquela conhecida advertência atribuída ao rei Henrique VIII: *O Henri soi qui mal y pense*. É que trago aqui a notícia, não de uma convocação extraordinária, como andou assaolhado, previamente, a malícia de um cronista parlamentar, mas de uma prorrogação de sessão legislativa que ficou famosa nos Anais desta Casa.

Foi em 30 de maio de 1902. Chega à Mesa o projeto n.º 35 que manda prorrogar a sessão legislativa até 30 de junho, isto é, por mais um mês. Subscrevem-se quatro deputados: Severino Montenegro, Samuel Farduan, Pereira da Costa e Artur Muniz. Este último, integrante da Comissão de Fazenda, declara que assinara o projeto "para tornar bem patente a sua solidariedade com os colegas". E, porque, tendo de votar-se o orçamento, entende "dever ser ele bem discutido".

João Elísio, líder de maioria, segunda-a, afirmando que a proposta orçamentária chegara atrasada e "impossível de todo fora à Comissão concluir seus trabalhos em tão curto prazo". Ferreira Muniz, entretanto, que era o "espinha de garganta" da época, mostra-se contrário à prorrogação e envia à Mesa a declaração seguinte: "Declaro que voto contra o projeto prorrogando a atual sessão legislativa até 30 de junho vindouro".

Era o único. Mas João Elísio, o líder, quemouse. "S. Excia. — diz ele, referindo-se a Ferreira Muniz — compreende que precisamos estar bem com a consciência, em perfeita harmonia com as nossas aspirações e que qualquer perturbação, qualquer estreitamento, qualquer mal-entendido, em suma, nos impressiona seriamente". E termina pedindo que o colega discordante dê "explicações à Casa a respeito da atitude que acaba de assumir".

Ferreira Muniz não aceita a interpeção do líder. Levanta-se, no meio da expectativa geral, e encaminha à Mesa nova declaração. Sem um comentário. E a declaração dizia apenas isto: "Renuncio o mandato de deputado ao Congresso Legislativo do Estado." Mais nada. Nem nada mais lhe foi perguntado, nem porque o impetuoso e ativo representante retirou-se e não mais voltou.

Esse episódio ocorreu há meio século e isso prova que as prorrogações de sessões legisla-

(Continua na pg. 12)

# PEREIRA DA COSTA

(Continuação da 1a. pg.)

Melo, Tórres Bandeira, Lino do Monte Carmelo, Aprigio Guimarães, Tavares Belfort, José Higino, Soares Brandão, Regueira Costa. Não esqueceu, porém, os que ali estavam mostrando a continuidade de sua missão, e escolheu Alfredo de Carvalho para representar a nova geração (10). Outras homenagens regebera mais tarde Pereira da Costa. Mas basta uma para que se possa avaliar o valor de sua contribuição à história pernambucana e brasileira. Um artigo de Oliveira Lima no *Diário de Pernambuco* de 17 de julho de 1917, escrito em apoio a uma das frequentes correções históricas de nosso biógrafo, começava pelas seguintes palavras: O Dr. Pereira da Costa, que é o mestre de todos os que estudamos a história pernambucana... (11). Era a consagração. Não será necessário insistir na matéria. Assim reconhecido pelo mais credenciado de seus pares, encerrou sua passagem pela terra a 21 de novembro de 1923, merecendo, ainda, os louvores unânimes da imprensa e dos oradores das instituições de que fazia parte, a Câmara dos Deputados pela voz do presidente Otávio Tavares, o Instituto Arqueológico também por intermédio de seu presidente Pedro Celso Uchoa Cavalcanti (12). Na mesma ocasião dele posteriormente se ocuparam os oradores Samuel Campelo e França Pereira (13). No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez o necrológico de Pereira da Costa o orador oficial Barão de Ramiz, que salientou os méritos do "trabalhador indefesso, investigador assíduo e metucioso da nossa História e particularmente da História de seu torrão natal" (14).

\* \*

Vista assim, embora rapidamente, a vida do historiador cujo centenário de nascimento agora se festeja, vejamos, a seguir, de modo tanto quanto possível sistematizado, a sua obra.

Salientamos, em primeiro lugar, aquilo que nos parece ser a predominante característica do seu trabalho de meio século: o constante apreço pelo documento, o amor ao fato acompanhado de provas. Numa época em que tantos falsos historiadores afirmavam por simples convicção, por partidarismo e até por simpatia ou antipatia a determinados temas — constituiu honrosa exceção esse provinciano auto-didato, que antepôs-se a diretrizes científicas muito mais tarde fixadas, baseava-se em dados concretos para a elaboração de seus julgamentos. Assim procedeu, por exemplo, ao descer João Fernandes Vieira do pedestal em que o colocaram seus panegiristas, num "estudo cuidadosamente traçado sob uma severa documentação, e sem uma proposição, sequer, que não venha comprovada com a indicação das fontes originárias" (15).

Desde 1880 encarregara-o o presidente Franklin Dória (depois Barão de Loreto), de coligir documentos nos arquivos públicos da província, a fim de figurarem na Exposição de História do Brasil, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Resultado: Pernambuco obteve o primeiro lugar no magnífico certame (16).

No Piauí, quando secretário do governo, viu a sua atividade nesse setor. Acrescentou-se, porém, que outros documentos daí encaminhados à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, a que também pertenciam, relativos aos rios Parnaíba e Tocantins e a duas tribos indígenas ainda existentes em 1827 em seu território (17).

Em Pernambuco, também já mencionamos o Relatório sobre as Bibliotecas dos Conventos do Recife e de Olinda, ainda em fins do Império, e o Relatório em que deu "conta da sua incumbência de examinar os Arquivos Públicos de Olinda, e escolher os documentos mais interessantes à História" (18), este já nos primeiros tempos da República. Daquelas Bibliotecas, graças ao levantamento feito por Pereira da Costa, foram obtidos para a Biblioteca Pública mais de cem volumes, inclusive raras edições dos séculos anteriores.

Menos feliz tarefa, no mesmo setor, foi a que também lhe coube, no sentido de escolher os papéis relativos à escravidão que deveriam ser

queimados, conforme resolução do governo federal (19).

Outro aspecto essencial das atividades de Pereira da Costa foi o de corretor de erros históricos. Missão das mais necessárias, entre nós, tantas e tão graves as errôneas que por aí circulavam e ainda circulam, aceitas como verdades comprovadas e indiscutíveis, não só pelos leigos mas também por muitos que tinham o dever de não ignorar o passado nacional.

Já vimos como coube a Pereira da Costa localizar com exatidão os restos mortais de João Fernandes Vieira, corrigindo anteriores interpretações de seu testamento. Já vimos, também, que um de seus primeiros trabalhos referia-se ao Estabelecimento de Tipografia em Pernambuco. Aparecendo, a propósito, em 1897, um artigo no *Jornal do Comércio* carioca, em que se atribuía a prioridade desse acontecimento ao Rio de Janeiro — logo o Instituto Arqueológico encarregou Pereira da Costa de dar-lhe resposta, a fim de que fosse confirmada a primazia pernambucana no caso (20). Mencionamos igualmente, sua honestidade em não negar a prioridade espanhola no descobrimento de Pernambuco e do Brasil, embora sem desprestígio para o descobrimento oficial português, ligeiramente posterior.

Outra questão em que sua tese obteve completa vitória, foi a relativa à naturalidade pernambucana do segundo índio Camará, herói da luta contra os holandeses. Demonstrando-a com irresponsáveis argumentos, em 1903, com o apoio, por exemplo, de Alfredo de Carvalho, acrescentou-lhe, como tiro de misericórdia, uma *Última Verba*, em 1908 (21). Apesar do caráter inapelável de seu julgamento, insistiu um partidário da opinião adversa, conseguindo que a respeito se pronunciasse, como árbitro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escolheu este, para decisivamente julgar o pleito, um historiador dos mais competentes: João Pandiá Calógeras. E sua sentença, favorável à naturalidade pernambucana de D. Antônio Felipe Camará, Pereira da Costa inteiramente não teve ocasião de conhecer, pois já era falecido (22). Também já aludimos à questão dos méritos de João Fernandes Vieira, muito exaltados por seus panegiristas, mas que sofrem grandes descontos quando examinados com imparcialidade. O trabalho de Pereira da Costa — João Fernandes Vieira à luz da História e da Crítica (23), constitui ampla demonstração de sua coragem, na luta pela verdade histórica, contra as mentiras geralmente aceitas e o habitual respeito aos heróis. Despertou essa revisão de julgamentos a atenção do Conde de Afonso Celso, quando recebeu o seu autor como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Salientou o futuro presidente perpétuo da instituição, então orador oficial, que Fernandes Vieira havia sido um homem muito feliz, quando vivo, e mais ainda, depois de morto, graças à auréola de que o cercaram seus interessados biógrafos. "Pois o Dr. Pereira da Costa, tranquilamente, implacavelmente, formidavelmente armado de documentos inconcussos, fez isto: apeliou João Fernandes Vieira do alto pedestal onde campeava, há dois séculos e meio, desatou-lhe a auréola, arrebatou-lhe a formosa máscara colada à figura pela tradição, exonerou-o de grande homem, arrancando-lhe uma a uma as vistosas penas com que em nossos anais pavoneava". Foi além, o Conde de Afonso Celso. Usando expressões da joia política então em curso, acrescentou que João Fernandes Vieira era, assim, o fundador entre nós, do adensado, homem da cavacão, mestre máximo do avanço, inventor e cultivador genial do engrossamento e do auto-engrossamento. Mas concluiu, honestamente, que tendo examinado essa violenta opinião outro esclarecido per-

nambucano, o ponderado conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, achou este, em carta a Pereira da Costa, que se João Fernandes Vieira amou talvez demasiadamente o dinheiro, "em lance decisivo para o Brasil, arriscou vida e haveres, mostrando amar também a terra em que se domiciliara" (24). Assim também pensamos. Outro erro, embora de menor vulto, mas nem por isso de pequena repercussão também eliminou Pereira da Costa, conseguindo, como sempre, o apoio de notáveis historiadores brasileiros. Apesar de todo respeito que lhe mereciam Antônio Joaquim de Melo e Abreu e Lima, corrigiu-os, como sempre baseado em sólidos documentos, quanto à data do rompimento da Confederação do Equador, a 2 e não a 24 de julho de 1824. Fe-lo em trabalho apresentado ao Instituto Arqueológico em maio de 1903, mas somente publicado em 1908 (25). Continuando, entretanto, o costume das comemorações oficiais a 24 de julho, reabriu a questão, a 17 de julho de 1917, o já citado artigo de Oliveira Lima no *Diário de Pernambuco*, publicado sob o título — "2 ou 24 de Julho?". Não concordou o mestre de Parnamirim com aquele que considerava o mestre de todos os estudiosos da história pernambucana. Tanto bastou para que no Instituto Arqueológico a sentinela alerta das glórias de Pernambuco, o sr. Mário Melo, logo propusesse que com a intervenção do governo estadual fosse modificada aquela data errada. Compreendendo à discussão, novos argumentos trouxe ao debate o próprio Pereira da Costa. Nomeada uma comissão para opinar a respeito, naquela sessão apresentou parecer favorável ao dia 2, o qual, comunicado ao governo, entrou em imediata aplicação, mediante a comemoração, pelo Instituto, pela primeira vez naquela data certa, no mesmo ano de 1917. No *Jornal A Província* opôs-se, entretanto, à correção, seu redator-chefe, Gonçalves Maia, em vários artigos. Responderam, pelo *Diário de Pernambuco*, os srs. Mário Melo e Oliveira Lima, este em artigo significativamente intitulado — "História e histórias". Tendo o governo do Estado aprovado a sugestão do Instituto, insistindo Gonçalves Maia em sua crítica, mandou Oliveira Lima os artigos em questão ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para que sobre eles opinasse. Fe-lo, em nome da instituição, o sr. Basílio de Magalhães, em parecer sobre "A verdadeira data da Confederação do Equador", também favorável à tese de Pereira da Costa. Discordou, ainda, Gonçalves Maia, havendo réplica; mas o Instituto do Rio de Janeiro, para terminar a questão, entregou-a ao mais alto juiz que então poderia apresentar o país, jurista que não desdenhava a História, Pedro Lessa. Inútil será acrescentar que ainda uma vez a irrecorível sentença de 16 de julho de 1918 foi favorável à correção de Pereira da Costa, hoje de incontestada aceitação (26).

A mais importante das correções históricas do historiador reficene não será, porém, nenhuma das citadas, nem mesmo a relativa a João Fernandes Vieira que aliás já havia sido esboçada por Varnhagen. Será a que fez quanto ao início do devassamento do território do Piauí, atribuindo-o ao bandeirante vicentino Domingos Jorge Velho, em 1662 ou 1663, de acordo com Documento do Arquivo da Secretaria do Governo de Pernambuco, incluído pela primeira vez em sua *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, publicada em 1909. Contestava, assim, a corrente que desde Sebastião da Rocha Pitta, em sua *História da América Portuguesa*, de 1730, atribua essa prioridade ao entradista baiano-português Domingos Afonso Mafrense ou Domingos Afonso Serão, rendeiro da famosa Casa da Torre, que teria atingido o interior hoje piauiense em 1674. De tanta importância para o caso foi a contribuição do historiador pernambucano que

desde a sua publicação nela preferentemente se apoiou os defensores da prioridade de Domingos Jorge Velho. E, para todos os efeitos, considerado decisivo o intitulado "documento de Pereira da Costa". Aceitaram-no, como tal, Anísio Brito, na "Síntese Histórica" do Estado do Piauí, incluída no *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (27) e o maior de nossos historiadores vivos, o sr. Afonso de Escrivão Taunay, na *História Geral das Bandeiras Paulistas* (28). Rejeitaram-no, porém, apenas naquele sentido modificador de datas, não quanto ao interesse e fidelidade, outros estudiosos de hoje, inclusive os srs. Pedro Calmon (29) e Barbosa Lima Sobrinho, este autor de todo um erudito volume dedicado ao assunto — *O Devassamento do Piauí* (30).

Quanto a nós, como já tivemos de opinar na matéria, quando de nosso concurso para a cátedra de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, aqui não a podemos calar. Então, sob a presidência do sr. Afonso de E. Taunay, e tendo como outros dos examinadores o sr. Pedro Calmon, representantes, portanto, das duas correntes opostas, sustentamos outra tese, que é a de Rodolfo Garcia em nota à *História Geral do Brasil*, de Varnhagen (31). O documento de Pereira da Costa, como opina o sr. Barbosa Lima Sobrinho, é confuso, discorda de outros papéis contemporâneos (32). Tem, em branco, pela impossibilidade da leitura do manuscrito autógrafo, cinco trechos da introdução, entretanto essencial à interpretação quanto às datas, parte em que merece contestação. De modo que, se pudéssemos contar o período de residência dos vicentinos no interior piauiense, "de vinte e quatro ou vinte e cinco anos", a partir da data citada no texto para a sua saída, 1687, então seria exata a hipótese de Pereira da Costa, de que Domingos Jorge Velho lá teria chegado em 1662 ou 1663. Mas, à vista das omissões do texto, de sua evidente falta de clareza, julgamos mais prudente a interpretação de que aquele prazo deve ser contado a partir da data das assinaturas dos pedidos de sesmarias, isto é, de 1704, e, consequentemente, os vicentinos lá teriam chegado em 1679 ou 1680, depois, portanto, do Mafrense. Ficamos, assim, com a corrente tradicional de Rocha Pitta e Varnhagen, de Capistrano de Abreu, Oliveira Lima e Rodolfo Garcia, embora sem desprezar a revelação de Pereira da Costa.

O terceiro aspecto sob o qual queremos examinar a obra do historiador pernambucano é o do prestígio catalogador, o do utilíssimo e modesto trabalhador que investiga questões de nomes e datas, facilitando as tarefas dos que vêm depois, e que, só inconscientemente poderão noscar missão tão digna e necessária. Não foi sem razão que ao tomar posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro salientou ele a função tradicional em Portugal, na Espanha e mesmo no Brasil, dos cronistas-mores do Reino, das Índias, do Ultramar e do Império (33), cujas atribuições competem, hoje, a tantos devotados membros dos Institutos Históricos existentes em todo o país.

Já em 1883 preparou Pereira da Costa um trabalho do gênero — *Primeiras Eleições em Pernambuco, e seus Representantes às Constituintes e Assembleia Geral do Brasil — 1821-1882* (34).

Depois, entre 1896 e 1909, também nas páginas da *Revista do Instituto Arqueológico*, levantou anotada e biográfica lista de todos os governantes de Pernambuco, de 1534 a 1889. Donatários, capitães-mores, governadores locais, representantes dos donatários, governadores e capitães-generais, os intrusos governantes da holandesa Companhia das Índias Ocidentais, juntas dos Governos Provisórios e revolucionários, presidentes da província, efetivos e interinos — todos a estão pacientemente arrolados e comentados, para benefício dos consultantes seguintes, muitas vezes desconhecidos e apressados julgadores.

(Continua na pg. 8)

Cia. SIDERURGICA NACIONAL

**FORD**

FORD. MOTOR COMPANY, ESPORTS. INC.

"FORD E MERCURY"

**ARMINDO C. MOURA**

RECIFE

FONES, 7493 e 7494

RUA IMPERIAL, 1669/75

End. Telegr. CHAMPION

INSC. 5280

CAIXA POSTAL, 333

Recife --- Pernambuco



PEREIRA da Costa publicou o FOLK-LORE PERNAMBUCANO no tomo LXX da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, parte II, Rio de Janeiro, 1908.

Deu um volume de 641 páginas. Em 1912 estava difícil conseguir-se um exemplar. Agora é impossível. Inútil foram muitas tentativas de sedução junto aos editores e as cartas sacudidas, como garrafas na hora do naufrágio, pedindo reimpressão do FOLK-LORE PERNAMBUCANO. Mas estou certo que a segunda edição aparecerá, inevitável como um imperativo lógico. Não é homenagem ao autor que dela não precisa. É uma obrigação necessária à nossa bibliografia realmente de informação no plano folclórico.

No sentido humano, atual e ao encontro da curiosidade dos estudiosos do Homem Brasileiro em sua normalidade diária, FOLK-LORE PERNAMBUCANO é o melhor livro de Pereira da Costa. É aquele que interessa maior número de brasileiros e de leitores e alcança uma área muito maior de notícia e de contemporaneidade no plano da demopsicologia.

Quando o reeditarem verão o resultado daquela massa de notícias, de esforço, de notas reunidas penosa e teimosamente, anos e anos, espalhando pelo Brasil uma onda de novidades velhas que muita gente ignora ter sido fixada.

Com o insuperável VOCABULÁRIO PERNAMBUCANO o FOLK-LORE completa a série sem igual e sem semelhança pelo valor e vastidão documental. O único engano do autor é, no amor febril por Pernambuco, não ter dado aos seus trabalhos os títulos reais, ampliando na primeira página o que tão bem existe no texto, o estudo de toda a região, de todos os Estados do Nordeste. Batizando-o "pernambucano" Pereira da Costa limitou, apenas no nome, as águas do seu rio que correram por outras terras, sem nascer e sem morrer onde riscara as fronteiras convencionais. Quarenta e três anos depois de publicado o FOLK-LORE PERNAMBUCANO continua sozinho na sua classe.

Rodolfo Garcia contou-me que Pereira da Costa vivia tomando notas para esses dois livros. E mergulhando nos montões de jornais velhos, pescando raridades que documentava, inflexivelmente, como um velho professor alemão de Tübinge, com os pormenores, como se alguém pusesse em dúvida a veracidade do registro.

Devia muita gente achar graça no historiador e não perdoar ao folclorista a caçada etnográfica. Por mais banal, dispensável e ócio, um livro de História imprime o respeito da tradição. Acima desse tabu só conheço o tabu do volume sobre Economia e Finanças. Seja qual for o texto, com as páginas fervilhantes de esquemas, de algarismos e de diagramas, o autor terá uma auréola de respeito. Não quero dizer que seja lido. Mas é um homem que estuda coisas sérias e necessárias, sizudas, conspícuas, imprimindo a reverência ao leitor. A História consegue o mesmo efeito. O FOLK-LORE está na fase da valorização. É preciso citar-se nome estrangeiro, Universidade longínqua, gente de fala atravessada, para que seja tomado, não digo a sério, mas com um pouco de compostura.

Imagino Pereira da Costa arrumando suas notas sobre as Superstições Populares, perguntando sobre o Lobishomem, sobre os feitiços. As tradições eram apenas motivos literários, para poemas e sonetos, para uma pinelada discreta e fácil de cor local. Ninguém as fixava, em conjunto, demoradamente, passando duma a outra seção, como fez o

# PEREIRA DA COSTA

## folclorista

LUIZ DA CÂMARA CASCUDO

velho e grande mestre pernambucano.

As Superstições Populares, a poesia do povo, o Romancelero, o Cancioneiro, os Pastoris, as Parlendas e Brincos infantis, a miscelânea, as 380 quadrinhas, foram os resultados dessas pesquisas.

Mas essa indicação, que é o índice feito por ele, diz muito pouco do volume. Pereira da Costa não tinha método algum. Ou tinha o seu método que era o não ter. O FOLK-LORE PERNAMBUCANO exige paciência para uma consulta. Lá dentro está quase tudo que o leitor precisa saber. O difícil é atinar onde Pereira da Costa colocou a informação precisa. Pelo índice ninguém terá a idéia do conteúdo. Estão todos os autos tradicionais, as festas religiosas em que o povo participando dava matiz sugestivo, os feitiços, as superstições, as crendices, os mitos, as lendas, observações pessoais, reminiscências, mil aspectos. E ninguém antes de Pereira da Costa cimentou seu trabalho com tamanha segurança pesquisadora. Deu-nos a poesia popular através dos séculos, desde a dominação holandesa, com um poema satírico sobre a inauguração da ponte pelo conde Maurício de Nassau, a história do BOI DE PALHA. Daí vem vindo pelos ilustres Capitães Gerais na verve anônima do povo, evocando as rimas pobres e chistosas que desenhavam a época tão bem ou melhor que um cronista de pena de pato na mão e areeiro na outra.

Sobre cada elemento folclórico o historiador amarra a lembrança do fato histórico. A simples enumeração do culto litolátrico, o respeito supersticioso às pedras, fá-lo arrancar e escrever um estudo magnífico sobre o REINADO DA PEDRA BONITA, ligado ao ciclo do Sebastianismo no Brasil. A parte religiosa é insuperável pela variedade, riqueza de informação, colorido. Pereira da Costa lera os cronistas, os relatórios, também era familiar de todos os arquivos pernambucanos, sabendo onde estava a correspondência oficial, imponente e gostosa. E, antes de outro, ligava a pequenina e simples superstição a um documento histórico, mostrando-lhe antiguidade, importância, seriedade. Daí o Folclore político ter tido um esplendor no seu volume. Esplendor de inopinado e surpreendente efeito para o leitor desprevenido ou ignorante das reservas do velho Pereira da Costa.

Deu, no ROMANCEIRO, vários Romances em forma única, ou com elementos apenas existentes na sua cópia. No DONA ANA DOS CABELOS DE OURO há uma passagem que diz assim:

Dava mais, do pé direito  
O meu bordado chapim.

O Romance é conhecido e reeditado por muito homem sabedor, Garrett, Teófilo Braga, Silvio Romero, etc. Não há outra cópia o tal versinho. E justamente esse versinho denuncia a persistência, em fins do século XV, da cerimônia simbólica da posse pela entrega do sapato. No tempo de Lutero era popularíssimo na Alemanha mas não havia documentação popular portuguesa mesmo anterior, ligada ao povo. Tínhamos a

Maria Borralheira que é escolhida pelo calçar do chapim mas a Maria Borralheira não é portuguesa. Pereira da Costa fixou um elemento que andava na boca do povo pernambucano e que desaparecera em Portugal de onde viera. Deu um número valioso de Romances, anotando-os, como Silvio Romero não tivera tempo de fazer com o seu CANTOS POPULARES DO BRASIL.

Incluiu as xácaras, os romances brasileiros locais, seguindo ao mestre Silvio Romero na pesquisa ao ciclo do vaqueiro, a gesta do gado, que José de Alencar começara com o tão injustamente esquecido NOSSO CANCEIONEIRO em 1874. Inútil é não citar o maranhense Celso de Magalhães cujos estudos deviam voltar aos olhos na glória humilde de ter sido precursor quase isolado, e criador legítimo, estudante de Direito no Recife.

O FOLK-LORE PERNAMBUCANO é o melhor documentário que ainda possuímos sobre o assunto no nordeste e norte do Brasil. Indispensável para o confronto das sobrevivências e "constantes" mais preciosos se torna como fonte de consulta para o estudioso de outros países porque terá uma visão de conjunto de quase todos os aspectos (excepto a Novellística) do Folclore brasileiro.

Quando queríamos estudar o Folclore brasileiro íamos até pouco tempo, aos viajantes estrangeiros. Eles anotavam as curiosidades, as coisas locais, afeitando o pitoresco, como Exilly ao cafuné, Karl von den Steinen às tradições locais de Cuiabá, Charles Frederik Hartt às histórias do jabuti. Depois é que fomos registando, recolhendo, confrontando. Mas perdemos um tempo caríssimo discutindo em que gaveta do fichário deveria ficar a notinha encontrada. Antes de tornar-se pesquisador o brasileiro teima em ser erudito. E essa erudição é mais atrapalhante que uma gagueira em orador de meeting.

Pereira da Costa, sem estímulo e sem sugestão do ambiente, sócio ilustre do Instituto Arqueológico, abriu o caminho que Silvio Romero rasgava anos antes.

O FOLK-LORE PERNAMBUCANO reúne esse material, parte do povo e parte do livro, colhido em fontes difíceis e postas ao alcance da sede contemporânea. Homem de biblioteca e de arquivo, podia ressuscitar os perdidos jornais recifenses e fazer Frei Carapuceiro (brevemente vivo pela mão do ARQUIVO PÚBLICO DE PERNAMBUCO) voltar a conversar e contar o que vira, vira zangado e protestando, no Recife de outrora.

Conservou Pereira da Costa sua simpatia bem pernambucana, vale dizer nordestina, pelo povo, hábitos, costumes, forma de viver, alimentos, crenças populares, mais próximo pelo faro de historiador e pela continuidade de uma predileção psicológica que fatalmente existe no subconsciente do pesquisador pernambucano, a paixão pelo social. Mas o social em Pereira da Costa, depois de haver feito desfilar as datas e os homens maiores e menores da História, empurrou-o para o Homem Normal e Diário, o criador da etnografia, fazendo-o viver a existência banal e miraculosa do trabalhador, do funcionário público, da pequena sociedade ambiental, do mestiço, na limpeza da cotidianidade banal. Porisso seu livro é

um corte vertical no mundo interior da sensibilidade popular, um corte nas raízes e não um exame classificador de flôres e de folhas bonitas.

O VOCABULÁRIO PERNAMBUCANO devemos ao benemérito Instituto Arqueológico (RIAHGH, vol. XXXIV, Recife, 1937), 763 páginas maciças, fixando em verbetes quanto poderíamos esperar de trinta anos de paciente e calma pescaria idiomática. O vocábulo aparece na interpretação local e popular, pernambucana e nordestina em sua maior percentagem. Fiel a sua técnica, reuniu e transcreveu as origens impressas, jornais, revistas, relatórios, livros, lembranças pessoais. Há verbetes que valem estudos inteiros. Problemáticos controversos e escuros pelas discussões, reaparecem lípidos em poucas linhas, dando uma impressão segura de quantos custaram em estudo e pensamento para aquele traje limpo de apresentação em bom estilo. Noutro plano, só Stradelli fizera, com sua bêm crismado em VOCABULÁRIO NHE-ENGATU PORTUGUES e publicado pela revista do Instituto Histórico Brasileiro.

O VOCABULÁRIO PERNAMBUCANO compreende a indicação folclórica, etnográfica, histórica, de centenas e centenas de elementos ricos de presença no dia-a-dia de toda a região. A caçada prolongava-se tenazmente na pista de um vocábulo que já passara da moda mas Pereira da Costa cismava conhecer o caminho certo. Desmanchou dezenas de etimologias e de explicações dadas em jornais, expondo os títulos serenos da verdade, registros antigos, muitíssimos anteriores às datas da pregoadá origem. Bem deduzo que o pagamento de todo esforço estava na alegria íntima da tarefa a que se impusera. Não havia compensação material para uma tarefa absorvente e escuros pelas discussões, reaparecem lípidos em poucas linhas, dando uma impressão segura de quanto custaram em estudo e pensamento para aquele traje limpo de apresentação em bom estilo. E, pedindo dezenas de anos, milhares de verificações, registros de pequeninas frases cujo sabor escapará a quem não conheça o Recife ou desame o Folclore, fixação de palavras mortas e que tiveram vida sonora na boca do povo, soando como moeda de ouro, cunhada pela exatidão da intencionalidade mental. Se o povo é até certo ponto "um clássico que sobrevive" (Cláudio Basto) o VOCABULÁRIO PERNAMBUCANO é o seu melhor e mais longo repositório. São águas dos rios correntes e teimosos, bebida em louça de barro vermelho, enfeitada de branco, conservando o sabor inconfundível e a coloração fiel. Era o plano antigo de Macedo Soares que começou o seu Dicionário, parcialmente publicado nos ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL, interrompido de vez. Mas Pereira da Costa parece não o ter consultado, ausente de pequena bibliografia do VOCABULÁRIO. Mas, desajudado, o pernambucano deixou ao morrer os originais completos do que planejava, e fizera, sozinho, juntando as pedras de todos os recantos da pesquisa e da intuição miraculosa.

O estudo dos regionalismos teve em Pereira da Costa uma superação. O VOCABULÁRIO PERNAMBUCANO deixou para o futuro o vocábulo e também o documentário, a forma captoza e viva do seu uso. O povo ficou no VOCABULÁRIO, num instantâneo fulminante e feliz de sua naturalidade. No FOLK-LORE PERNAMBUCANO é a própria região que se deixou prender, nos cantos, nos contos, nas lendas, na alegria e no sonho, em todas as modalidades da existência normal, trabalhada e sincera no trágico cotidiano.

## NÃO PERCA A SUA OPORTUNIDADE:

## COMPRE, HOJE MESMO, UM BILHETE DA

## LOTERIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO!

(Continuação da pg. 6)

- (6) Conforme as opiniões incluídas na *Revista* cit., fasc. 50 (Recife, 1897), p. 3/38.
- (7) *Artur Muniz* — Discurso cit., p. 346.
- (8) Publicou, a propósito, o folheto intitulado — *Quarto Centenário do Descobrimento de Pernambuco* em 26 de Janeiro de 1500.
- (9) Incluídas na *Revista* cit., fasc. 53, p. 1/74.
- (10) *Revista* cit., fasc. 57, p. 362/383.
- (11) Transcritas na *Revista* cit., vol. XX, fasc. 99, de janeiro a março de 1918.
- (12) Transcritas na *Revista* cit., vol. XXV, de 1923, p. 295/299.
- (13) *Revista* cit., vol. XXVII, de 1925/1926, p. 48/53, de 1930, p. 286.
- (14) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 96, de 1924, vol. 150, p. 473.
- (15) João Fernandes Vieira à luz da História e da Crítica (Recife, 1907), p. 107. Estudos antes incluídos na *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XII, fasc. 57, de março de 1906, p. 169/280.
- (16) Artur Muniz — Discurso cit., p. 351.
- (17) *Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro*, tomo II, de 1888, 1.º boletim, 32.
- (18) *Revista do Instituto Arqueológico*, fasc. 50 (Recife, 1893), p. 21/100, com numerosos anexos documentais.
- (19) Artur Muniz — Discurso cit., p. 352.
- (20) *Revista* cit., fasc. 50 (Recife, 1897), ata da sessão de 10 de junho de 1897, p. 115.
- (21) A Verdadeira Naturalidade de D. Antônio Filipe Camarão (Século XVII), na *Revista* cit., vol. XI, fasc. 60, de dezembro de 1903 (Recife, 1904), p. 115/129. No mesmo fasc. a crítica de D. Antônio de Carvalho à respectiva separata, p. 269/299. A Última Verba na *Revista*, vol. XIII, fasc. 73, de setembro de 1908, p. 464/573, com 23 notas em apêndice, incluindo muitos documentos.
- (22) "Que naturalidade tem Camarão — o Instituto Histórico Brasileiro, estudando a dualidade dos Pólis indígenas, opina que o Camarão herói da Guerra Holandesa era pernambucano". Na *Revista* cit., vol. XXIX, de 1925/1926, p. 283/288.
- (23) *Revista* cit., vol. XX, fasc. 67, de março de 1906, p. 169/280. Separata no ano seguinte, conf. nota 15.
- (24) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 71, parte II, de 1908, vol. 118, cit., p. 512/517.
- (25) *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XIII, fasc. 72, de junho de 1908, p. 272/342 inclusive as anotações documentais, sob o título — *Confederação do Equador. Investigações históricas sobre o dia preciso em que teve lugar a sua proclamação em Pernambuco* no ano de 1824.
- (26) Toda a matéria consta, sob o título — *Confederação do Equador*, do vol. XX, fasc. 99 de janeiro a março de 1918, da *Revista* cit., p. 1/95.
- (27) Publicação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comemorativa do Centenário da Independência, vol. II (Rio de Janeiro, 1922), p. 353/358.
- (28) Op. cit., tomo IV (São Paulo, 1928), p. 332/344.
- (29) *História da Casa da Torre* (Rio de Janeiro, 1928), fasc. VI: *História do Brasil*, vol. II (São Paulo, 1941), p. 288/291.
- (30) Ensaio sobre o Devassamento do Piauí (Rio de Janeiro, 1929), depois transformado em *O Devassamento do Piauí* (São Paulo, 1946). Op. cit., de Francisco de Assis Brasil, em *Viagem ao Porto Seguro*, 2.ª ed., integralmente tomo III (São Paulo, a. d.), p. 297.
- (31) *O Devassamento do Piauí*, cit., p. 190.
- (32) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, cit., p. 501/512.
- (33) *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. IV, fasc. 48, de 2.º semestre de 1883 (Recife, 1884), p. 183/204.
- (34) *Revista* cit., fascículos 48, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 68, 69, 75, do ano de 1896 no de 1906.
- (35) *Revista* cit., fasc. 54 (Recife, 1900), p. 3/45.
- (36) *Revista* cit., vol. XXIII, de 1921, p. 5/70.
- (37) *Revista* cit., fasc. 42 (Recife, 1891), p. 285/299.
- (38) Reproduzida na cit. *Revista*, vol. XXV, de 1923, p. 314/323.
- (39) *Revista* cit., vol. X, fasc. 5 (Recife, 1901), p. 271/288, inclusive 7 anotações documentais.
- (40) *Revista* cit., vol. X, fasc. 56, de março de 1902, p. 53/74 e 171/173 — "Corrigendas e Adições".
- (41) *Revista* cit., vol. X, fasc. 59, de setembro de 1903, p. 526/536.
- (42) *Revista* cit., vol. XXV, de 1923, p. 10/150.
- (43) *Revista* cit., vol. XXX, de 1930, p. 25/280.
- (44) *Revista* cit., fasc. 40 (Recife, 1891), p. 13/29.
- (45) Comentada por Alfredo de Carvalho na cit. *Revista*, vol. XI, fasc. 64, de dezembro de 1904, p. 825/826.
- (46) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 71, parte II, de 1908, vol. 118 (Rio de Janeiro, 1909), p. 1/105.
- (47) *Revista do Instituto Arqueológico*, no vol. XIX, de 1917, os três primeiros trabalhos: no vol. XX, fasc. 99, p. 26/34, o quarto.
- (48) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 70, parte II, de 1907, vol. 116, de 1908, p. 283/288, e tomo 71, p. 2/641.
- (49) *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XIII, fasc. 74, de dezembro de 1908.
- (50) Apareceu, na *Revista do Instituto Arqueológico*, vol. XIII, fasc. 92, de abril a junho de 1916, p. 103/170, a letra A, com o título: *Apontamentos para um Vocabulário Pernambucano de termos e frases populares e de uso corrente*, de 1908, e correções no Estado com accepções diferentes. A letra B, na *Revista* cit., vol. XVIII, de 1916 (Recife, 1917), p. 279/369, com a nota de que a publicação continuaria.
- (51) *Revista* cit., todo o vol. XXXIV, de 1936 (Recife, 1937), p. 7/63.
- (52) *Revista* cit., vol. XXV, de 1923, p. 301.
- (53) *Revista* cit., vol. XX, fasc. 101, de julho a setembro de 1915, p. 185/173; e vol. XXII, de 1917, p. 253/266, respectivamente.
- (54) *Revista* cit., vol. XXXII, de 1932 (Recife, 1934), p. 15/20.
- (55) Artur Muniz — Discurso cit., p. 352.
- (56) *Revista* cit., vol. XIV, fasc. 78, de dezembro de 1909, p. 500/628.
- (57) Conforme nota de Roldelfo Garcia, sobre o folheto Na Conferência Açucareira do Recife (Recife, 1905), 56 p. na *Revista* cit., vol. XI, fasc. 64, de dezembro de 1904, p. 825.
- (58) *Revista* cit., vol. XXXII, de 1932 (Recife, 1934), 89/228, vol. XXXIII, de 1933/1935 (Recife, 1935), p. 201/309.



# O Pesquisador Pereira da Costa

## Aderbal Jurema

— O INSTITUTO foi minha escola. Estas, as palavras de Pereira da Costa quando o elevaram à categoria de sócio benemérito do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Daí a emotiva e profunda significação da presença do Instituto nesta noite em que se inicia a Semana Pereira da Costa, no Recife. No Recife onde aquele homem bonacheirão, manso de espírito e de físico, atarracado e discreto — no retrato pitoresco sugerido pelo cronista Mário Sette — viveu completamente alheio à vida pública, às revoluções, aos movimentos demagógicos, à Campanha da Abolição, à queda do Império, às novidades da República, para se dedicar somente aos seus estudos e às suas pesquisas. Sobre tudo à pesquisa, como assinalou Gilberto Freyre ao escrever que o "seu forte era a investigação, a pesquisa, a informação exata, pura, minuciosa e às vezes decisiva que procurava sempre na própria fonte, tapada por muito mato brabo; ou no quasi impossível MS, papel ou livro velho em que de longe farejasse a nota ou mesmo a simples data apetecida ou em debate".

Pereira da Costa, dentro do Instituto, revolveu tudo. Não se deteve diante de nenhuma tarefa por mais difícil que lhe parecesse, indo da história ao folclore, num trabalho que, hoje, nos causa admiração não só pela segurança de suas informações, como, principalmente, pelo volume dessas anotações que parecem obras de várias equipes e não exclusivamente labor de um só homem. De um só homem e de um homem só, pois, Pereira da Costa nunca se associou à capelas ou igrejinhas, vivendo a sua vida de homem de letras, de infatigável trabalhador, como o chama com muita propriedade o sr. Artur Muniz, na penumbra preocupado somente com os seus alfarrábios e as suas pesquisas.

Enquanto Tobias revolucionava as ciências jurídicas e sociais na tradicional Faculdade de Direito, Castro Alves promovia clubes libertários e compunha hinos de protesto contra a escravidão, Joaquim Nabuco e José Mariano disputavam com eloquência e coragem cívica as preferências do eleitorado, Pereira da Costa, encerrado no seu santo ofício de trapista da pesquisa, ia revolvendo a história brasileira, e em particular a pernambucana, em busca da fonte pura, da informação verídica, quer ao estudar a personalidade muito discutida de um João Fernandes Vieira — sobre quem escreveu uma crítica histórica deveras contundente, ou ao tentar a reabilitação do Conde Maurício de Nassau à luz de documentos até aquela época inéditos para a história do domínio holandês no nordeste brasileiro.

Em meio ao panorama político e social de fins do segundo Império e de começo do novo século, Pereira da Costa foi, na verdade, um intelectual puro no sentido bendaliano, sem jamais cortar o fio de seus estudos por uma atitude imediata de participação na vida e nos acontecimentos do país. A sua inquietação era de outro molde, a sua atuação, mais machadeana do que soroliana, desilava sobre os velhos documentos, as cartas régias, os papéis empoeirados ou sobre os livros de história e literatura das Bibliotecas do Liceu de Artes e Ofícios e do Estado, quasi todos eles, ainda hoje, com as marcas de seu dedo de pesquisador de faro que se não restringiu somente ao papel de anotador passivo da nossa história. Daí as suas incursões pelo folclore pernambucano onde — o mestre de todos nós — na frase consagrada de Oliveira Lima, revelou-se um homem de letras de cultura humanística, auto-didata, ledor de Gil Vicente e Le Sage e captador honesto do que há de mais genuíno, de mais puro e vigoroso em nosso folclore nordestino. Nessa obra, a messe de todos os estudiosos posteriores, Pereira da Costa reuniu, em grosso volume, um material de primeiríssima ordem desde as canções do "Boi Espaço" até às jornadas dos nossos líricos pastores de arraial, hoje quasi desaparecidos ou profundamente deturpados.

Para que se tenha uma idéia da atividade incomum desse historiador provinciano, basta folhear ao acaso, as coleções da revista do Instituto. Nelas, onde o autor dos "Anais Pernambucanos" foi um dos seus mais ilustres diretores e talvez o mais assíduo de seus colaboradores, encontramos não um único Pereira da Costa, mas vários deles sempre investido de autoridade no assunto que esplanava documentalmente, ora num trabalho sobre mineralogia, flora e fauna, ora num estudo da poesia pernambucana na Revolução de 1817, ou, então, historiando a evolução das artes em Pernambuco.

Deante de suas monografias, de obras de vulto como o "Dicionário Biográfico", "Vocabulário Pernambucano", "Cronologia histórica do Piahy", li-



Aderbal Jurema, na tribuna do Liceu de Artes e Ofícios (\*)

vro aliás clássico para o estudo da formação histórica daquele Estado, e dos "Anais Pernambucanos" — desde 4 de maio de 1493, façanhas que dignificariam qualquer homem de letras como grande historiógrafo, a gente se pergunta, hoje: — que melhor exemplo da ação intelectual fecunda poderíamos apontar às gerações universitárias do que a desse pernambucano sem fortuna, a desse escritor sem fardão gracioso, a desse homem sem mancha que em seu testamento lamentou ter deixado somente os escritos para a sua família, ao invés de letras mais lucrativas? Eis como esse autêntico grande homem expressou-se nas suas últimas vontades:

"Infelizmente para mim e para minha família, portanto, não segui os preceitos do velho brocardo latino: *primo vivere deinde philosophare*; e absorvi completamente em estudos literários, sem vantagens remuneradoras, sacrificando tempo, saúde e mesmo alguns recursos, eu me contentava com a parca pensão da minha aposentadoria e, por último, com o subsídio de deputado ao Congresso do Estado, aliás gravado de onus diversos, quando muito bem poderia, e talvez mesmo preferivelmente, ter aplicado a minha atividade em letras lucrativas, e não com essas outras que ainda, infelizmente, não têm cotação nos nossos mercados". Vê-se, através dessa linguagem simples e direta, o desejo de se desculpar, em surdina, pelo nada que deixava em haveres para a sua família, chegando mesmo a dizer mais adiante: "E daí, esse crime de lesa-pátria..."

Que maior exemplo, nestes duros tempos utilitaristas em que vivemos, do que a vida e a obra de Pereira da Costa? Desse Robinson da história pernambucana, isolado no meio de tanta gente que no Recife subia de posição, ganhava dinheiro, morria na praça pública, se metia em negócios e aventuras de toda espécie, enquanto ele, perdido nos MSS se achava a si mesmo e legava à posteridade um patrimônio cultural que não vive das muletas das citações porque bebeu a sua seiva na fonte direta dos arquivos e das obras originais, graças ao bom costume de caminhar com as suas próprias pernas, que, embora curtas no físico, possuíam mobilidade intelectual de botas de sete léguas.

Tem razão Alfredo de Carvalho, quando no prefácio do trabalho de Pereira da Costa sobre "A naturalidade de D. Antônio Felipe Camarão", escreveu: "Neste estudo, no qual mais uma vez revelou a vastidão de seu saber histórico, o seu raro talento de argumentador sutil, a sua pericia no desenvolvimento

duma tese e o seu instinto singular de pesquisador, o sr. Pereira da Costa visou demonstrar duas proposições: ter sido pernambucano o famoso campeão indígena das lutas flamengas e que se não devia identificá-lo com o seu homônimo, já conhecido dos portugueses". E tem duplamente razão, primeiro — a respeito da identidade de Felipe Camarão e, segundo, quando aponta o seu raro talento de argumentador, a sua pericia no desenvolvimento duma tese e o seu instinto singular de pesquisador, porque Pereira da Costa, antes de tudo, foi um *scholar*, um pesquisador dos mais sérios que a cultura pernambucana já possuiu. Se os modernos críticos da sociologia brasileira apontam, com razão, o sr. Gilberto Freyre como o renovador dos métodos de pesquisa sociológica, no Brasil, cabe sem dúvida a Pereira da Costa a primazia de ter sido o pioneiro da história pernambucana no que diz respeito à fonte pura, à pesquisa direta do fato histórico.

Por isso, o Instituto Histórico, hoje nas mãos sábias e operantes de um outro pesquisador probo e inteligente como o dr. Luiz Estêvam de Oliveira, associa-se com toda a força de suas tradições, revigoradas nos seus atuais continuadores, às homenagens que o Estado de Pernambuco, representado na pessoa de seu governador, professor Agamenon Magalhães, presta merecidamente à memória de Francisco Augusto Pereira da Costa. Homenagens que têm o ponto mais alto no aparecimento do primeiro volume dos "Anais Pernambucanos", — obra quasi toda inédita que a vigilância de outro trapista do Instituto, o diretor da Biblioteca Pública do Estado, sr. Olímpio Costa Júnior, soube guardá-la com zelo e dignidade.

Nesta noite, sob o tecto desta casa onde Pereira da Costa iniciou a sua vida de professor e de homem de letras, com a presença da Academia e de tanta gente ilustre, a sua vida resplandece tão forte como o sol do Recife.

(\*) Discurso pronunciado como representante do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, na sessão inaugural da Semana do Centenário de Pereira da Costa, realizada no dia 10 do corrente, no Liceu de Artes e Ofícios.

## LIVROS NOVOS

**ESPELHO MÁGICO** — Mário Quintana — Editora Globo Porto Alegre — O livro "Espelho Mágico", que a Editora Globo acaba de lançar, revela ao nosso público mais outra face do multifacetado talento poético de Mário Quintana. Já conhecido como autor de "Rua dos Cataventos" — o popularíssimo livro de sonetos que conseguiu, por assim dizer, o milagre de reabilitar no Brasil essa forma poética — como o puro lirismo das "Canções", o agudo anotador dos deliciosos fragmentos de "Sapato Florido" e como o notável surrealista de "O Aprendiz de Feiticeiro", Mário Quintana nos surge agora com uma obra inteiramente diversa.

Trata-se de uma coleção de quartetos, muitos dos quais, publicados e reproduzidos que foram na imprensa nacional, já são do conhecimento público.

Nada melhor para recomendar esses Quartetos, do que a opinião de Monteiro Lobato:

"Cada conjunto de quatro Versos seus — escreveu o grande escritor brasileiro — constitui uma perfeita jóia de forma e de filosofia da mais alta qualidade: a que paira no Olimpo do humor. Tanto me têm encantado, que já desperdei a atenção de meus amigos, e muitos andam com cópias a máquina no bolso".

Reunindo-os agora num volume, o autor presta mais uma contribuição à poesia nacional, que tanto lhe deve por suas obras anteriormente publicadas.

**DE NASSAU** — Antônio Acaná — Editora Globo — Porto Alegre

Em sua apreciada Coleção Universo, a Editora Globo acaba de publicar mais um livro de Antônio Acaná: "Uma Aventura no Tempo de Nassau". Situa-se a presente novela em 1640, na cosmopolita Cidade Maurícia, como era então oficialmente chamada

a sede do governo holandês no Brasil. Consolidavam os invasores o seu novo império. A resistência amortecia, a ponto de parecer às vezes que se aproximava a capitulação final. Entretanto, o orgulhoso Nassau demonstrava insatisfação: por detrás das aparências, a conquista não dava nem mais um passo à frente.

Entremeados esta novela com fatos estritamente históricos, mostra o autor, que já nos deu "Capitão de Emboscadas", as misteriosas causas desse emperreamento. Não apresenta ele aqui os lances épicos da luta em campo aberto nem a quase rotina das emboscadas e guerrilhas, mas a guerra surda da intriga, da espionagem, a guerra de bastidores, do desgaste psicológico e político.

João Moreno, lavrador de canas; o cristão-novo Simão Saralva; sua enteada Sara Navarro de Vilheurs; Zé da Rua, um trapazano; o mulato Godinho — são os personagens centrais que atuam neste livro. O leitor, porém, terá oportunidade de travar conhecimento com figuras históricas tais como o príncipe João Maurício, conde de Nassau; o capitão da sua guarda, Charles Tourin; a esposa deste, Ana Paes; o sovina Gaspar Dias Pereira; o imperturbável João Fernandes Vieira e, finalmente, o famoso frei Manuel de Salvador.

Através destas páginas, o leitor ficará capacitado, em suma, a fazer uma idéia das humilhações, lutas e esperanças daquela gente que, durante anos de jugo bávaro, soube manter-se vigilante na defesa da sua terra e da sua liberdade.

# A FAMÍLIA NA POESIA DE CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

JORGE ABRANTES

ASSIM como o cristianismo valorizou o homem, não distinguindo entre hebreu e gentio, livre e escravo romano e bárbaro, a poesia moderna valorizou o assunto, não estabelecendo diferenciação hierárquica entre o sublime e o prosaico e incorporando o cotidiano.

Na poesia moderna brasileira, Carlos Drummond de Andrade é o poeta que melhor operou essa valorização e essa incorporação, o que mais abundantemente se serve do "trivial", na despesa do léxico. Ele próprio disse, no poema **Explicação**:

"Meu verso é minha con-

solução. Meu verso é minha cachacha. Todo mundo tem sua cachacha.

Para beber, copo de cristal, canequinha de folheta, de flandres. Folha de taioba, pouco importa; tudo serve".

Seu lirismo se exprime assim:

"Ponho-me a escrever teu nome Com letras de macarrão".

Sua poesia está cheia de unhas, jornal, sapatos velhos, gilete, bonde, bife, pneu, telefone, fruta, carne, pão, etc. Seu épico e seu trágico, não sendo o caso da "Carta a Stalin-grado", "Visão 944" ou de "Com o russo em Berlim", da "Rosa do Povo" (tratados, entretanto, daquela mesma inconfundível maneira), são os da "Morte do leiteiro", ou da "Morte no avião". E ele tem um longo poema intitulado "Dentaduras postizas"...

Não pode haver maior nem mais numerosa expressão do cotidiano e do prosaico do que na vida caseira. Carlos Drummond de Andrade é dos poetas brasileiros e talvez do mundo que mais e melhor cantaram a casa, em seus mais meados e insignificantes detalhes. Essa transfiguração do prosaico e do cotidiano, essa integração da casa no plano da poesia não é a meu ver gratuita, mas tem uma significação profunda. Quer dizer que a poesia é capaz de brotar do chão raso da vida comum, que cada homem é no íntimo um poeta, que o sublime e até o heróico podem ser encontrados na vida simples e não apenas na vida excepcional. Este aspecto da poesia de Carlos Drummond de Andrade tem assim um acento cristão, porque só o cristianismo, com a exaltação da humildade e a humilhação da exaltação, com a valorização suprema das coisas pequenas e obscuras (ver o episódio do Natal e a simplicidade da moldura evan-

gêlica) é capaz de enxergar no homem comum a gloriosa figura de um filho de Deus e na vida por vezes miserável dos seres humanos o prefácio do fulgurante Reino dos Céus.

Sempre me chamou a atenção o papel que ocupa o espaço poético da casa e da família na obra de Carlos Drummond de Andrade. Nas suas poesias completas, publicadas em 1948 sob o título **Poesia até agora**, (e já neste momento incompletas...), pode-se ver bem a influência desse tema. Três dos seus poemas têm a palavra família no título: **Família**, **Viagem na Família** e **Retrato de família**.

Vamos transcrever **Família**, que é pequeno:

"Três meninos e duas meninas, sendo uma ainda de colo. A cozinheira preta, a coqueira mulata, o papagaio, o gato, o cachorro, as galinhas gordas no palheiro de horta e a mulher que trata de tudo.

A espreguiçadeira, a cama, a gangorra, o cigarro, o trabalho, a reza, a goiabada na sobremesa de domingo, o palito nos dentes contantes, o gramofone rouco toda noite e a mulher que trata de tudo.

O agiota, o leiteiro, o turco, o médico uma vez por mês, o bilhete todas as semanas branco! mas a esperança sempre verde. A mulher que trata de tudo E a felicidade".

Chamo a atenção para o efeito poético daquele refrão prosaico: "E a mulher que trata de tudo" e para a exaltação final da poderosa virtude da esperança, e da felicidade obscura.

Mas esse poema é dos que descem à exploração do mais rasteiro prosaísmo pequeno — burguês e cotidiano, como em "Sociedade", em que um casal, saindo da casa de outeiro, vai falando mal do que lá viu. "E (no entanto) todas as quintas feiras eles voltam à casa do amigo."

Em **Viagem na Família**, o poeta se transporta à sua cidade mineira de Itabira e ao seu passado familiar, ouvindo

"...um abrir de baús e de lembranças violentas".

E diz:

"Pisando livros e cartas, viajavamos na família. Casamentos; hipotecas; os primos tuberculosos; a tia louca; minha avó traida com as escravas, rangendo sêda na alcova".

Em **Retrato de família**, vemos o olhar evocador do poeta reconstituir, com a ajuda da imaginação, a ausência toda do que jaz por trás de uma velha fotografia:

"Este retrato de família está um tanto empoeirado. Já não se vê no rosto do pai quanto dinheiro ele ganhava."

Nas mãos dos tios não se percebem as viagens que ambos fizeram. A avó ficou lisa e amarela sem memórias da monarquia.

Os meninos como estão mudados. O rosto de Pedro é tranqüilo, usou os melhores sonhos. E João não é mais mentiroso.

O jardim tornou-se fantástico. As flores são placas cinzentas. E a areia, sob pés extintos, é um oceano de névoa.

No semi-círculo das cadeiras nota-se certo movimento. As crianças trocam de lugar, mas sem barulho: é um retrato."

Nesse poema, volta o tema particular da casa:

"A casa tem muitas gavetas, muitos papeis, escadas compridas. Quem sabe a malícia das coisas, quando a matéria se absorve?"

Tema que dá motivo e novas variações, mais intensamente carregadas de mistério poético, em **Indicações**, onde o poeta define:

"A família é pois uma arumação de móveis, uma soma de linhas, formas, superfícies. São portas, chaves, pratos, camas, emburlosos, também um corredor, e o espaço entre o armário e a parede onde se deposita certa porção de silêncio, traças e poeira que de longe em longe se remove... e insiste.

Certamente faltam muitas explicações, seria difícil compreender, mesmo ao cabo de longo tempo,

a barba cresce, cá, os dentes caem, os braços caem, caem partículas de comida de um garfo hesitante, as coisas caem, caem, e o chão está limpo, é liso. As pessoas deitam-se, são transportadas, desaparecem, e tudo é liso, salvo teu rosto sobre a mesa curvado; e tudo imóvel".

O final do poema, como vemos, já mergulha no mistério do Tempo e da Morte. Do tempo irreversível e da morte irremediável.

Mas os temas da Casa, da Família, do Tempo e da Morte encontram a sua mais alta e bela expressão em **Onde há pouco falávamos**, construído sobre a contemplação de um velho piano:

"É um antigo piano, foi de alguma avó, morta em outro século.

E ele toca e ele chora. e sozinho, mas recusa raivoso filtrar o mínimo acorde, se o fere mão de moça presente.

Ai piano enquiçado, Jesus!"

O plano sugere a casa:

"Uma parede marca a rua e a casa. É toda proteção, docilidade, afago. Uma parede se encosta em nós, e ao [vacilante ajuda, ao tonto, ao cego. Do outro lado é a noite, é o medo imemorial, são os inspetores

da penitenciária, os caçadores, os vulpinos".

Sim,

"Mas a casa é um amor. [Que paz nos móveis. Uma cadeira se renova ao meu desejo. A lá, o tapete, é liso. As coisas plácidas e confiantes. A casa vive. Confio em cada tábu."

E de novo a teoria do lar:

"Uma família, como explicar? Pessoas, animais, objetos, o modo de dobrar os linhos, o gosto de usar este raio de sol, e não aquele, certo corpo e não outro a coleção de retratos, também alguns livros, cartas, costumes, jeito de olhar, formato de cabeça, antipatias e inclinações... [salveis: uma família..."

Há, portanto, poderosa influência da casa na poesia de Carlos Drummond de Andrade, que, segundo revelou Homero Homem em interessantíssima reportagem para o **Jornal de Letras**, mora, não num apartamento, como milhares de cariocas adventícios, mas numa pequena casa própria em Copacabana, de cujo interior aquele repórter literário nos ofereceu uma nítida e quase impertinente visão de conjunto. E para onde o poeta transportou os seus hábitos de funcionário público eficiente e arrumado. Possui Carlos Drummond de Andrade um imenso arquivo doméstico, em perfeita ordem, com seus documentos, papeis, originais, cartas, etc. como se quisesse prender o tempo, que escorre entre os seus poemas e transforma em fantasmas as casas de que eles falam.

## CENTENARIO DE PEREIRA DA COSTA

(Continuação da pg. 2)

ta da obra de Pereira da Costa é "Anais Pernambucanos" — em que empregou o melhor da sua vida e das suas pesquisas.

Os "Anais Pernambucanos" compreendem o período de 1493 a 1850. São 357 anos de história narrada dia após dia. Nos "Anais" estão não só os nomes de grandes heróis como de obscuros e silenciosos homens que fizeram alguma coisa pela sua terra. Está registrado desde o fato histórico importante e bem composto até o incidente jocoso mas colorido e humano. E não só a história oficial, grave e solene, como a história social da vida pernambucana nos seus

múltiplos aspectos econômicos, políticos e religiosos. As informações sobre o açúcar, o café, o algodão ocupam nos "Anais" a posição de verdadeiras monografias. E' o melhor repositório de dados e informações sobre a nossa província. Numa palavra: é o retrato vivo e humano de Pernambuco em corpo inteiro. Os "Anais" são na verdade uma enciclopédia pernambucana.

O mais impressionante é que uma obra desse porte e desse volume — a edição do Arquivo Público irá a mais de 10 tomos de 600 páginas — foi realizado por um só homem desajustado e pobre. Um homem que não

dispunha nem dos recursos nem dos processos da moderna pesquisa histórica. Força é reconhecer que semelhante empresa deve ter tido os seus momentos de desespero, melancolia e desânimo. Nada, porém, abateu aquele velho mirrado e gasto pelo trabalho. Nada abateu a coragem daquele homem modesto, mas profundamente dedicado ao estudo do passado pernambucano. Sua dedicação, sua coragem, seu nobre e silencioso heroísmo, resultou nessa obra que é o maior monumento histórico e literário, construído dia a dia, para exaltar o esforço povoador, o trabalho e a energia, o heroísmo, o espírito e a tradição de Pernambuco.

Pereira da Costa conseguiu esse admirável milagre de realizar, sozinho e pobre, uma obra que pelo vulto, pela importância e pela extensão transcendente do esforço de um indivíduo para assemlhar-se ao de toda uma corporação. Esse milagre ele conseguiu pelas suas qualidades pessoais de tenacidade, resistência, dedicação, capacidade de trabalho e, sobretudo, pelo muito amor que votava a Pernambuco. Sua obra é o milagre do amor. De amor à sua terra e à sua gente.

### J. VELÔSO & CAVALCANTI

CAIXA POSTAL, 369  
INSCRIÇÃO, 230

Telegramas  
TENOR e JOTAVELOSO  
Telefones: 9157-9289

COMISSÕES, REPRESENTAÇÕES E CONTA PRÓPRIA

Exportação de Algodão, Sub-Produtos, Estôpas Linters, Resíduos de Fábricas.

RUA DO BOM JESUS, 227-2.º — S/10  
RECIFE — PERNAMBUCO — BRASIL



# Poemas de Nerton Macedo de Alcântara

## SINFONIA N. 5 DE BEETHOVEN



### CANÇÃO DA ANGUSTIA NO CAIS

Peixes do mar enorme  
afugentai os maus sonhos.  
Levai-os pra muito longe,  
para o mundo submerso,  
onde não chega a visão.

Ai, que faço, minha amada,  
toda noite neste cais?  
Meus cabelos, minha angústia,  
meus olhos submarinos,  
ô peixes do mar enorme,  
afugentai os maus sonhos.

Amada, deixai-me ir,  
embora pra muito longe,  
não molhei mais o meu peito  
com o suor da vossa testa,  
amada, deixai-me ir,  
embora pra muito longe.

Vede o Navio, amada,  
repousai os olhos nêle,  
deixai-me partir, amada.

O suor da minha amada  
(orvalho da noite-angústia)  
molhou-me o peito e não posso  
partir com os meus cabelos,  
dançando no vento triste,  
meus olhos submarinos  
bailando na escuridão.

(1947)



### LLEWELLYN

Richard Llewellyn,  
Como é bom a gente  
recordar êsses mortos,  
Estigmatizados,  
No nosso amor,  
No fundo da nossa alma,  
Em nossa própria carne.

Richard Llewellyn,  
Que gosto amargo de saudade  
A gente traz na alma,  
Quando se recorda  
A vida dêsses mortos,  
Que nunca, nunca  
Morreram para nós...

(1948)

"E" o destino que bate à porta..."



Quatro gritos lancinantes de horror... A tempestade  
Ruge como os demônios no Inferno  
Desaba o medo e atormenta saber que o amor não redime e a vida se esvai  
Quatro gritos lancinantes de horror... Que ouvidos escutaram?  
As pálpebras descidas e a expressão monstruosa da face-máscara, parada.  
Rumores tocam a terra — coração bárbaro do músico insone.  
O' dor purificadora do sofrimento sem li  
O' mensagens que a Deus apavoram, e aos homens paralisam!  
Quatro gritos de ódio nascidos, quando o dilúvio arrastou a desgraça dos tempos,  
Gerados do sangue e da mão milagrosa do espírito-sôpro, vagueante,  
Da soma alucinada e uníssona das torrentes — assombração dos demônios.  
(Não há lugar para anjos)  
Amanhã,  
Os rebanhos serão mansos, flores crescerão nos campos da Europa,  
Cantarão os moinhos de vento e a voz das primaveras será a voz das matinas.  
E os pássaros saudarão a alegria do mundo.

(1948)



### PEQUENA ELEGIA DA MORTE

Meu Deus, secam de vez,  
No coração temeroso  
As alegrias abundantes.  
As flores e os frutos  
Se debruçam  
Nas árvores negras  
Que adormecem na sombra.  
Estancam as lágrimas tranquilas,  
As fontes,  
De puro olhar liquefeito,  
Nestas coisas estranhas.  
Sepultei o meu corpo em tua terra.  
Oh, os nossos corpos,  
Oh, os nossos corpos se transformam,  
Ah, se transformam!  
Somos esguios ciprestes,  
Somos escuros fantasmas.

Como fios gotejantes,  
Súbitos rolados,  
Lanço minha face carnal  
Ao teu escuro rio.  
Águas subterrâneas,  
A correr, a correr,

Sob selvagens palmeiras,  
Nascidas sobre a infância.

O coração desce às profundezas  
Do teu reino, morte.  
Com um pressentimento de pouso  
E segurança nunca tido.  
Morte, és um rio.  
Filéte luminoso de sono  
Sob as brumas  
Num país de palmeiras.  
Morte, és fonte.  
Nascente submersa que eu escutei  
Ainda menino  
Nas alturas do Crato.  
Morte, cerquem-me  
Teus murmúrios renitentes,  
Agora ou nunca mais.  
Morto, sou tua ilha rasa.  
Sempre estive sozinho  
Na tua líquida solidão —  
Pobre pássaro pousado  
Em teu esquite de pedra.

(1951)



### NOITE MOLHADA DE CHUVA

Porque chove a noite toda,  
O canteiro está molhado.  
Trarei flores do canteiro  
Para cobrir o teu sono.  
Dorme, dorme, a chuva desce,  
Molha as flores do canteiro.  
Noite molhada de chuva,  
Sem vento, nem ventania,  
Noite de mar e lembranças  
De Vera Lúcia e Ana Maria.  
Chove, chove, leve brisa  
Afaga minha voz perdida.  
Noite molhada de chuva,  
Noite de flores molhadas,  
De Vera Lúcia e Ana Maria.  
Noite de tédio e saudade,  
Se eu pudesse ia buscar,  
Ia ofender a castidade,  
Ia tramar contra a pureza,  
De Vera Lúcia e Ana Maria.  
O mar é longe, mas chove agora,  
Tenras florzinhas escutam tudo —  
Só não escutam passos distantes,  
Também sem vento, nem ventania,  
E' impossível reconhecer  
Se a que passa é Vera Lúcia  
Se a que morre — Ana Maria.

(1949)



### SONETO A UMA JOVEM SUICIDA

"Destruir, dir-se-á de ti até o fim  
dos tempos" — Rilke.

Fundem-se os sonhos agora  
às mansas sombras distantes  
onde, comovido, escuto  
o teu canto de morte.

Adormecida, fulge sobre ti  
na escuridão sem termo  
a lâmina de ouro  
suspensa como em outros tempos.

Tocastes o que não se extingue.  
O misterioso alfange  
que sobre ti brilhava.  
Morta, por que roubaste da vida  
o seu maior mistério,  
que fizeste da morte?

(1951)



# PEREIRA DA COSTA NA ASSEMBLÉIA

(Continuação da pg. 5)

tivas, pelo menos, não constituem novidade na vida parlamentar brasileira. Há sempre um pretexto, um argumento, uma causa. Mas, naquele caso, em que João Ellis pretendia condicionar aquele curioso "bem estar com a nossa consciência" ao silêncio e à unanimidade da Casa, justo, pelo menos, deve ter sido o motivo que levou Pereira da Costa a subscrever o pedido. Homem pobre, de proclamações desambigües materiais e de desamor reconhecido ao dinheiro, o que o impelia, sem dúvida, era o cumprimento do dever. E ali estava, para ele, o dever a cumprir: a lei de meios, que era preciso discutir e votar com a atenção necessária.

Mas, seja como for, aquela prorrogação, que passaria à história, teve o seu preço: custou um mandato.

Outro acontecimento, que também não constituiu uma inovação destes nossos tumultuosos tempos, como diria Van Passen, vamos registrar, sem mais intenções, na época parlamentar de Pereira da Costa: o aumento de subsídio. E, embora sob forma indireta, a coisa vem de longe. Encontro, a esse respeito, nos Anais que andei buscando, uma notícia capaz de pôr água na boca de muito contemporâneo...

Na elaboração do orçamento de 1923, sob o governo de Sérgio Loreto, a Câmara aumentou a verba de representação do governador. Surgem acusações. Para rebatê-las, vai à tribuna Eurico Chaves. E diz que "efetivamente, a Constituição do Estado estabelece, no art. 63, que, em remuneração dos serviços do governador, a lei fixará uma quantia anual que não pode ser aumentada ou diminuída durante o período do seu governo, assim como dispõe, nos artigos 19 e 20, que "o subsídio dos senadores e deputados somente poderá ser alterado para vigorar na legislatura seguinte". Mas, acrescenta, "nenhum preceito constitucional impede o aumento da verba de representação." Agamenon Magalhães, em aparte, apoiando o orador, afirma que "a lei distingue". E Eurico Chaves, reconfortado, continua, dizendo que "tanto considero sempre assim o Congresso Legislativo de Pernambuco que, sem nenhuma transgressão do dispositivo constitucional, pela lei ordinária n.º 761, de 25 de abril de 1900, mantendo o subsídio de 300.000 dólares, estabeleceu a ajuda de custo máxima de 300.000 para os seus membros, e pelas leis ordinárias n.º 1098, de 1 de julho de 1911, elevou a representação dos deputados e senadores para 500.000, pagos no começo das sessões ordinárias e extraordinárias e n.º 1485, de 28 de abril de 1922, aumentou-a para 2.000.000 nas sessões ordinárias".

O processo, como se vê, era indireto. Aumentava-se em causa própria, não há dúvida, mas aumentava-se apenas a ajuda de custo. Contudo, acrescenta-se, o método que "não transgredia o dispositivo constitucional", era usado com muita parcimônia: de onze em onze anos. Estou a ouvir, entretanto, o sr. deputado Elpidio Branco dizer, com os seus botões: "Ganhava-se muito pouco!" Mas, naquele tempo, em que o Estado dispendia 81 contos anuais com a Câmara e 40 contos e quinhentos com o Senado, isto é, com trinta deputados e quinze senadores, o quilo de carne custava aproximadamente um mil réis e o peru não ia muito além dos dez.

Naquele tempo, o deputado Constância Maranhão não era ainda o dono do mercado da carne verde. Nem o velho Chico Heráclio interventor no Matadouro...

## IMAGENS DO TEMPO

**D**ILIGENTE no trabalho, exato na execução das tarefas, assíduo às sessões, Pereira da Costa não tolerava aquilo que hoje se chama, por aqui, de "reposu remunerado". Era uma prova de caráter. E a ata da sessão de 23 de abril de 1912 dá, a esse respeito, uma notícia definitiva. O marrotilismo se esfacelara com a ascensão de Dantas. A Câmara, dividida, já não funcionava como uma máquina. Surgia o desinteresse e a oposição, em vez de arregimentar-se, fugia às sessões, não dando número. Era a debacle.

Indignado com essa desídia dos companheiros, Pereira da Costa vai à tribuna para lavar um protesto. "A criminoso abstenção", diz ele — de alguns colegas ilustres no comparecimento às sessões da Câmara, interrompendo assim a marcha regular dos trabalhos desta Casa, concorrendo para que nada se tenha feito aqui até agora e que absolutamente nada se possa fazer até o fim da atual sessão legislativa, tem levantado geral indignação da parte senata desta cidade." E terminava requerendo a inserção, nos Anais, de um artigo de Teotônio Freire, que era uma candente crítica àquela continuada falta de "quorum".

## ELOGIO DE PEREIRA DA COSTA

(Continuação da pg. 14)

destino dos gramofones, passivamente dispostos a repetir o que se acha nos discos... Muito folgou, assim, em ver ressaltados por vós alguns aspectos do meu pensamento. Sintu que é bem árduo pensar-se nesta terra e decidir-se alguém a superar as contingências do seu tempo. O que tenho feito até hoje é fruto da tenacidade e o seu caráter fragmentário testemunha as condições adversas que me cercam. Não de censurar que as minhas idéias não tenham alcançado uma fase de maturidade. Receto, todavia, esta fase, pois se é o sistema que ela exprime, não se acha a contradição a coisas em mim características. Não são fecundas as idéias quando as limita o sistema; são-no, entretanto, quando geram aporias. Ela por que, se convém pesquisar algum rútilo à minha orientação intelectual, poderia chamá-la de "perspectivismo crítico". Ela se funda, originariamente, numa análise do conhe-

Mas, sob esse aspecto, se o passado e o presente por vezes se confundem, já o mesmo não se poderá dizer quanto à composição da Assembleia. No tempo de Pereira da Costa, notava-se aqui a presença de muitos intelectuais, ao lado de alguns homens que o sertão e a mata nos mandavam. Eram professores da Faculdade de Direito, mestres do Ginásio Pernambucano, membros do Instituto Arqueológico, jornalistas e bacharéis. Homens como Artur Muniz, Biano de Medeiros, Mário Rodrigues, Faria Neves Sobrinho, Souto Filho, Trajano Chacon, Gonçalves Rego, Agamenon Magalhães, Otávio Tavares, Raio Barros, Ovelado Machado, entre outros muitos, aqui tersavam as armas da retórica e debatiam os problemas do Estado.

O dinheiro não ganhara ainda seus foros de hegemonia na área do voto popular. Os partidos, por seu turno, a despeito da estreita mentalidade caudillesca que os dominava, tinham mais cuidado na composição das chapas. E o caso, hoje quase impossível, senão mesmo impossível, das eleições sucessivas de um intelectual como Pereira da Costa, homem sem eira nem beira, é uma prova disso, desse respeito aos valores do espírito, hoje cada vez mais desdenhados, quando não traídos. Todavia, o processo eleito da época ajudava. Era o sistema do "bico de pena", mercê do qual o "governo não podia eleger". E se, por descuido, perda, restava o recurso insuperável: a "dego".

Os candidatos, de um determinado distrito, recebiam, via de regra, o mesmo número de sufrágios, ai se incluindo, numa homenagem muito ao gosto da época, os dos defuntos. Quando havia diferença, essa era mínima. Na terceira sessão preparatória, em 3 de março de 1910, Pereira da Costa, por exemplo, apareceu na lista dos "líquidados e não contestados", como eleito pelo 1.º Distrito, com 7.822 votos. O mais votado, Joaquim Carneiro Nobre de Lacerda, obteve 7.878 sufrágios, isto é, 56 mais do que Pereira da Costa. Era, por assim dizer, uma espécie de democracia dirigida. E, não só dirigida, como muito bem escriturada, no Diário do regime, pelos exímios contabilistas dos sufrágios, autores da famosas "atas falsas".

As discussões parlamentares, àquela tempo, eram vivas e, não raro, brilhantes, marcadas quase sempre pelo gongorismo das imagens, pelo vistoso da frase. Um misero projeto de isenção de impostos para uma fábrica de moer trigo do sr. Lundgreen, desses que Faria Neves Sobrinho chamaria "catita no tamanho e na intenção", provocou, por exemplo, aciosos debates, agitando o plenário e as galerias.

Foi em 1902, Artur Muniz, aquele mesmo que judiara atrocemente do leão de Pereira da Costa, vai à tribuna para combater o privilégio. As galerias aplaudem-no ruidosamente. Inflama-se o orador. E cita, a propósito do modesto moinho de trigo, Vergniaud, Robespierre e, na peroração, a batalha do Salamina. Diante do moinho do "comerciante Lundgreen", Muniz assemelhava-se a um Quixote arremetendo contra moinhos de vento. E quarenta e oito anos mais tarde, como vimos aqui há meses, o deputado Fernando Lacerda imita-lo, esgrimindo contra o industrial João Santos por causa de uma isenção semelhante. Só tem que não foi à Salamina: ficou na ilha de Itapessoca...

De não menor interesse, por idéntico pitoresco, é o caso de um certo projeto de criação

de um Serviço Agrônomo. Seu autor, Samuel Hardman faz também suas citações. Lembra a "Canaan", de Graça Aranha, e invoca o exemplo do Jacinto, em sua fazenda de Tormes. Um crítico diria que a crise da agricultura vinha, já naquele tempo, das belas letras. Mas o velho Samuel, indiferente a isso, termina pondo o seu projeto sob a proteção do romano Marcus Tulio Cícero: "nihil est agricultura molius, nihil uberius, nihil dulcius, nihil homine tibera dignius".

A coisa era, realmente, séria. Mais séria, porém, foi a estréia de Lima Cavalcanti na sessão de 17 de março de 1922. E que o artigo 165 do Regulamento Interno da época proibia, terminantemente, o discurso escrito. E o orador, que queria falar sobre a já momentosa questão das caldas das usinas, confessando-se "desabitado às improvisações e aos arroubos da oratória", pediu licença para infringir o dispositivo. E leu um discurso.

Um ano mais tarde, a queixa desse estreiteiro deu resultado. Foi declarada guerra ao artigo 165, através dum indicação de Gomes Porto que pedia a abolição da exigência regimental. Tudo muito rápido. A Comissão de Política, em parecer assinado por Otávio Tavares, Agamenon Magalhães e Antônio Valença, concluiu pela modificação do artigo. Isso porque, dizia a Comissão, "não devemos pretender que os debates, no seio dos Congressos Legislativos, venham a revestir a feição exclusiva de renhidos prontos, oratórios, em que mais brilho e mais videntes louros possa conquistar quem mais conheça e melhor partido saiba tirar dos preceitos da velha retórica". E lembrava, a propósito, o exemplo da Inglaterra, citado por Oliveira Lima, de que não há, nos Comuns, "os palavreados tão nossos conhecidos, nem as exhibições quase pueris, às vezes de um sabor colegial, ou de uma cultura feita à tesoura".

José Bezerra Filho, autor de um discurso em que falava na "clareza lúida de um luar branco estendido sobre a terra", não deve ter gostado daquela referência aos estilos de "sabor colegial". Mas o fato é que venceu Lima Cavalcanti. O problema das caldas não foi resolvido, é certo, mas o artigo 165 saiu derrotado da refrega...

Diziam os antigos, meus senhores, que "nada há de novo sobre o solo. Nem sempre. As vezes, conforme o conceito de Lavaisier, de que nada se cria, nada se perde e tudo se transforma, acontece que as coisas se modificam e até os homens se apresentam, em épocas distintas, de maneira diversa.

Esse é o caso, por exemplo, o estranho caso de um deputado também chamado Luís de França, como o de hoje, e que vamos encontrar, nos tempos de Pereira da Costa, como um autêntico modelo de síntese, senão mesmo de abstenção oratória. No ano da graça de 1916, pelo menos, o homem falou apenas duas vezes. E, numa delas, quando se discutia a alienação, pelo Estado, da Usina 13 de Maio, depois de um breve discurso de quatro frases, concluiu com este tópicos que faria inveja a um filho da Laocônia: "Quando chegar a ocasião, apresentarei uma emenda ao projeto que ora se discute. Tenho dito".

Hoje, como sabeis, é diferente. O atual Luís de França é o polo oposto, o antípoda do outro: são 172 discursos por ano e cinco mil apertes, segundo rezam as crônicas...

Nesse passeio, que nos permitimos, através do pitoresco da época parlamentar de Pereira da Costa, estamos agora na sessão do dia 4 de abril de 1913, aliás presidida por meu tio-avô José de Barros de Andrade Lima — o velho José de Barros da Vitória que era, quanto ao cargo, o Tórres Galvão daquele tempo. Falava Souza Filho, irmão do atual deputado Nestor de Souza, mais tarde assassinado, na Câmara Federal, pelo gaúcho Símbes Lopes. Mas que

dizia o ardoroso tribuno, dos mais famosos sem dúvida, que esta Câmara já possuía? Nada nos espantava. Era, senhores, uma calíndria tremenda, furibunda, descomunal, contra o direito de Petrolina, bacharel Antônio Augusto Pereira da Silva, cujas carnes Rozas macerava sem piedade. E eis que a história se repete. Porque, senhores, pelo que hoje temos ouvido por aqui, quando fala o Nestor ou os juizes de Petrolina não vão com a fachada dos irmãos Souza ou os irmãos Souza não vão com a dos juizes de Petrolina...

## O MASTIM MAGNÍFICO

**F**IGURA marcante de parlamentar daqui tempos foi Souto Filho. Era o diabo. Não foi sem razão que a sátira política contemporânea batizou-o com o apelido de "fraquinha de veneno". Mas não lhe ficava atrás em manhas e astúcias, o então deputado Agamenon Magalhães, que já enchia também o seu fraquinho. De sua passagem por esta Casa no tempo de Pereira da Costa, há coisas bastantes curiosas. Vê-se, por exemplo, da resenha respondente à sessão de 3 de abril de 1922, que muito grande foi o entusiasmo do atual governador pelo feito de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. A moção, que enviou à Mesa, estava assim concebida:

"A Câmara dos Deputados do Estado, representante legítima do povo pernambucano exulta e cobre de aplausos o arrojo dos intrépidos portugueses que, no momento atual, cortando os ares nunca dantes devastados, nos mostram que descendem dos que sulcaram os mares nunca dantes navegados".

Entusiasmado, porém, maior, incomparavelmente maior, o pôs numa certa consulta à ta à Câmara e de que nos dá notícia a resenha da sessão de 12 de maio do mesmo ano. Ai ele voava também, com a vantagem de não arrostar perigos, "por ares nunca dantes devastados". Nomeado professor da cadeira de Geografia do Ginásio Pernambucano, mas desejoso de conservar o mandato de deputado, Agamenon Magalhães fazia, aos seus pares, esta consulta que, em homenagem à Minerva, como dizia o general Góis, aqui vai na íntegra:

"Exmo. Sr. Dr. Presidente da Câmara. Tendo sido classificado em primeiro lugar "no concurso para professor catedrático, a cadeira de Geografia do Ginásio Pernambucano, e de acordo com o Regulamento, "Colégio Pedro II, adotado naquele Instituto de Ensino, indicado ao Poder Executivo "para ser provido na referida cadeira, o "suíte à Câmara se posso aceitar a nomeação "em face do artigo 24 da Constituição do Estado, sem perda do mandato. A disposição "constitucional citada, vedando ao deputado "ceitar emprego enquanto durar o mandato "tem evidentemente por fim evitar que "congressista fique na contingência de re "ber favores do Poder Executivo, o que a "laria a sua independência. As nomeações "portanto, que fiquem ao arbítrio do Poder "Executivo, que dêste dependam, não põem "ser aceitas pelo Deputado sem a renúncia "mandato. Os cargos providos por concurso "portm, não dependem do Poder Executivo "quando este fica adstrito, como na hipótese "a nomear o candidato que for indicado por "Congregação. Pelo Regulamento do Colégio "Pedro II, adotado no Ginásio, somente o "candidato é classificado em primeiro lugar "indicado para o provimento da cadeira, "classificação e indicação são uninominais. "Poder Executivo não pode, sem infringir "lei, nomear outro candidato senão o indicado "pelo Conselho de Professores do Ginásio, "qual, na hipótese, foi o requerente. O "vereador apenas sanciona, reconhece o "reito que o candidato conquistou nas provas "amplas do concurso. O Poder Executivo se "faz, portanto, em favor provendo no "go o candidato classificado e indicado. E, "não é um favor, se o Poder Executivo se "dispõe do cargo, não pode para este nome "senão o indicado pela Congregação, é inconstitucional que o requerente pode ser provido "cadeira de Geografia do Ginásio sem per "do mandato. Assim, espera que, ovidu "Comissão de Constituição, Legislação e "tica, seja resolvida a matéria pela Câmara "Em 11 de maio de 1922. (a) Agamenon M. "galhães".

Régo Barros, relator, deu parecer favorável que foi aceito pelos demais membros da Comissão e aprovado, afinal, pela Câmara. Os argumentos desse parecer eram os mesmos do requerimento. E Agamenon Magalhães, sem perder a cadeira, conservou, bem seguro, o seu mandato. Mas será que os nossos atuais colegas nobres deputados Nilo Pereira e Edison Moraes voltas com um caso análogo junto à Faculdade de Filosofia, poderão navegar, hoje, nestas mesmas águas?

(Continua no próximo número)

## O CAMPONES E A NOVA CIVILIZAÇÃO RURAL

(Continuação da pg. 17)

A previsão dos acontecimentos, o milagre ideológico e o roteiro dos párias estavam nos livros dos profetas de uma sociedade sem classes. As idéias de Marx Engels e Lenin exprimiam naquele momento crepuscular da burguesia, os sentimentos das mãos proletárias, estimulavam a revolta dos que só conheciam a miséria, a nudez e a sujeira das habitações, pareciam traduzir os anseios da nação desorganizada e fraca. Efetuou-se a confissão das terras em nome do socialismo marxista e leninista, surgiu as fazendas coletivas e do Estado. Se estas constituem empresas públicas, aquelas têm o caráter cooperativista, são granjas coletivas onde, além de outras atividades, a agricultura e a pecuária são praticadas em proporções regulares.

Então, surgiu para a Rússia a nova civilização rural e diferente da que triunfou no México. Na União Soviética, o monopólio estatal, o coletivismo de produção, as estações de má-

quinas, a racionalização das culturas e outros elementos passaram a constituir a infra-estrutura ou a base material dessa nova civilização. Como país telúrico, a Rússia não pôde fugir a esse imperativo, porém as idéias adotadas, os métodos e os fins estabelecidos não se ajustam bem ao espírito democrático e cristão dos povos ocidentais. Isso não quer dizer que permanecemos de braços cruzados em face dos problemas nacionais. Os nossos males aumentam nos últimos anos, a desorganização da sociedade camponesa é incalçável, de modo que não há outro recurso senão uma reforma nas estruturas fundamentais da vida rural brasileira.

(1) — A. Carneiro Leão — A Sociedade Rural — seus problemas e sua educação — Editora A Noite S/ — Rio — pags. 229 e segs. tributação "Progresso e Pobreza — São Paulo — pag. 269).

cimento que, vendo no conhecer um processo vital, uma estrutura de relações, se mantém equidistante ao dogmatismo e ao ceticismo. A perspectiva condicional do conhecimento, tanto da parte do objeto, como da parte do sujeito. Todas as nossas verdades, portanto, são "verdades incompletas", o que não se deve confundir com "verdades relativas". Por isso, as tentativas da inteligência humana na busca do saber representam uma aventura que persiste através dos tempos, sem que se "esgote" ou "realize".

E coloca-se, diante de nós, o problema do homem. Fêz-se o homem, outra vez, o centro do pensamento filosófico. A observação de Soloviev, em 1874, sobre pertencer ao mundo do passado uma filosofia exclusivamente teórica, está hoje confirmada. A vida vale mais do que a teoria. Na oposição destes termos, já expressa em Nietzsche, encontra-se a crise da modernidade. Como aceitar o homem esta condição de permanente aventura que descobre como sendo inerente ao seu destino? Camus, em Le Mythe de Sisyphé, tenta uma veemente explicação para o tema. Tudo se resolve no or-

gulho deste "homem absurdo" e no seu "vivre sans appel". Mas, estará neste "vivre sans appel" a essência da nossa nostalgia? Acho que não. Se assim o fôsse, não teria ela sentido. Isto que em nós existe, como se fora o óleo da ângela, feito bálsamo da nossa essência, é a presença do Mistério em nossa vida. Estamos colocados diante dele. E em nós dele que nos movemos, conscientes da fragilidade da nossa grandeza, as mãos sempre vazias, mas sempre cheias de criação de aspirações fecundas. Falamos, uns aos outros, esta mesma linguagem de insatisfação, de procura, de renúncia. E aceitamos heroicamente semelhante condição, porque nos anima a solicitação de um regresso, o sentido do Mistério a empolgar-nos a vida. De mãos vazias, de coração nostálgico, temos de seguir esta aventura até que, transpostas as fronteiras da temporalidade, mergulhe o nosso ser nos abismos do Eterno.

Será esta, de resto, a significação do AD LUCEM que se acena aos que ingressam nesta casa.

(\*) Discurso de posse na Academia Pernambucana de Letras.



# Pereira Da Costa No Instituto

MARIO MELO

Fez parte da solenização com que foi celebrado o centenário de Pereira da Costa a aposição duma placa de bronze na casa em que nasceu, na antiga rua Bela, hoje rua Ulhoa Cintra.

Foi orador o dr. Mário Melo, secretário perpétuo do Instituto, que pronunciou as seguintes palavras:

Aqui, nesta casa humilde, nasceu um menino que fez de sua humildade pedestal para a glorificação que lhe prestamos nesta semana de sua vinda ao mundo.

O menino Francisco tinha vontade de estudar porém lhe faltavam recursos. Justamente por isso teve que procurar emprego para sua manutenção. E entrou para uma livraria, da rua do Imperador. Estava, em parte, realizado seu sonho. Lá convívio com os livros.

Por isso mesmo, foi mau empregado e o patrão condenou-o ao suplício de Tântalo: no meio dos livros, mas proibido de abri-los, matar a sede do saber.

Lucrou a amizade dos homens de letras que frequentavam a livraria e mercê desta conseguiu o lugar de amanuense do Instituto Arqueológico.

Tinha o ordenado de cinquenta mil réis mensais e podia ler à vontade.

Aconteceu que os sócios do Instituto começaram a observar o valor do amanuense e deliberaram elevá-lo à dignidade de associado. Mas havia impedimento.

Não podia ao mesmo tempo ser sócio efetivo e ser amanuense; dar e receber ordens. Além disso, todas as despesas do Instituto eram feitas pelos próprios sócios e o amanuense não estava em condições de desembolsar a mensalidade.

Resolveram, então, uma fórmula. Ele-lo sócio correspondente.

E assim, na sessão de 20 de abril de 1876 foi apresentada a proposta e na de 14 de maio foi feita a eleição.

Deu-se, porém, o que ninguém esperava. O sócio correspondente estava dispensado de posse e de discurso, mas o sr. Augusto Costa — era esse, no início, o escolhido nome literário — entendeu apresentar um discurso para posse,

discurso que, considerado revolucionário, foi remetido a uma comissão e, embora não proferido, provocou debate durante certo tempo.

O sr. Augusto Costa entendia que mais teríamos lucrado como colônia da Holanda que como de Portugal, depois da luta de nove anos para a conquista de nossa Independência.

*...o sr. Augusto Costa entendia que mais teríamos lucrado como colônia da Holanda que como de Portugal, depois da luta de nove anos para a conquista de nossa Independência.*

*...o sr. Augusto Costa entendia que mais teríamos lucrado como colônia da Holanda que como de Portugal, depois da luta de nove anos para a conquista de nossa Independência.*

Última lauda do Ms. "ANAIIS PERNAMBUCANOS" — (ano de 1836).

Foi nomeada uma comissão para dar parecer sobre o discurso, composta dos sócios José Domingues Codeceira, Esequiel Franco de Sá e Cícero Peregrino.

Logo se inscreveu para ler uma dissertação sobre o assunto o dr. Maximiliano Lopes Machado, motivo por que a comissão pediu prazo, para manifestar-se depois dessa dissertação.

Na sessão de 20 de julho foi lida a dissertação.

Na seguinte houve réplica.

Finalmente, a 17 de agosto de 1876 foi lido o esperado parecer.

Louvava o trabalho, como digno de apreço, porém discordava do ponto principal, especialmente porque, fundado na data da expulsão dos holandeses, o Instituto Arqueológico-soleniza anualmente o feito. Contudo, o discurso dava ensejo ao estudo de vários problemas, entre outros, o balanço da população portuguesa e da holandesa em toda a colônia holandesa; se o domínio holandês se limitaria ao terreno ocupado; se dispunham os invasores de melhores elementos de civilização e progresso do que os portugueses; se, continuando o domínio holandês, continuaria a corrente de imigração portuguesa; se as Províncias ocupadas continuariam sob o domínio da Holanda, ou se teriam libertado da nova metrópole.

A 12 de outubro foi o parecer aprovado, designando o presidente uma comissão composta dos srs. Cícero Peregrino, Soares Brandão e Maximiliano Machado, para dar solução aos problemas apresentados.

Como se vê, ao ter assento entre os doutores, o modesto amanuense provocou uma espécie de revolução no Instituto.

E daí por diante a cada passo, encontramos sua iniciativa a bem da associação. Por ela, obtivemos uma das bandeiras que os Voluntários da Pátria levaram ao Paraguai e dali trouxeram com a coroa do triunfo; por ela, pode hoje o Instituto apresentar aos visitantes uma das grandes peças de artilharia da esquadra holandesa invasora, fundida em Amsterdão em 1629; por ela não foram demoli-

das as velhas paredes do Senado da Câmara de Olinda, retentoras da voz dos republicanos de 1710, isto sem falar nos trabalhos de investigação histórica, serviços que foram reconhecidos e determinaram a proposta de 21 de outubro de 1897, de Sebastião de Vasconcelos Galvão, subscrita por Alfredo de Carvalho, Augusto César da Cunha, José Domingues Codeceira, Francisco Luiz Corrêa de Andrade e Adelino Antônio de Luna Freire, elevando-o ao quadro dos sócios beneméritos.

Assim, o modesto amanuense, que entrara para o Instituto como sócio correspondente por não poder ser efetivo, alcançava o mais alto grau da escala de sócios.

Pouco tempo depois de minha entrada no Instituto — já lá se vão quarenta e tantos anos — houve grande cisão e, tendo-se intrometido na desinteligência a política partidária, por milagre não se afundou o velho sodalício. Destelharam seu edifício, removeram o museu para um salão do Ginásio Pernambucano, onde entulharam os objetos como em depósito de ferro velho, e demoliram-no.

Fiquei no grupo de Regueira Costa e de Sebastião Galvão, que era o adverso em que ficara Pereira da Costa.

Passaram-se os anos, o Instituto refez-se, amorteceram-se as paixões e coube-me, talvez por ser das mais moços dos sócios, a entrega do ramo de oliveira aos arriedos que, por meu intermédio, entre os quais estava Pereira da Costa, voltaram à antiga casa que tanto dignificaram.

Pereira da Costa:

Você escreveu muito sobre Pernambuco, foi, de certo, quem mais escreveu sobre nosso passado. O Instituto Arqueológico escreve pouco sobre você, mas escreve no bronze. Dora em diante, quem por aqui passar ficará sabendo onde você, pela primeira vez, abriu os olhos, para ver o que poucos tinham visto sobre nossa evolução histórica, e o que não de ver os que nasceram depois que seus olhos para sempre se fecharam.

## Elogio de Pereira da Costa

(Continuação da pg. 20)

por mais pessoal que o seja, sempre se conservará estranha aos anseios coletivos, se dissolverá no vago e no impreciso de um puro estetismo. Em vão se buscará o seu impulso configurante. Ora, snrs. académicos, isto pôsto, o em que mais importa refletir é na complexidade dos aspectos que se devem englobar na objetividade de um estilo nacional. Não procuremos, no caso, mera forma de expressão; pretendamos, também, um conteúdo da expressão. Forma e conteúdo, ou antes, conteúdo e forma, resumem os elementos definidores deste estilo nacional. Aquêl presuppõe o artista o sentimento do pathos loci, assim compreendido o seu poder de penetração na alma da terra. Esta lhe exige o trabalho, a paciência, a pesquisa e a técnica, aptos a assegurar a comunicabilidade e a permanência da sua obra. Sem estes dois elementos, não haverá estilo nacional, nem obras nacionais. E, por estranho que pareça, desprovido deste estilo nacional, nenhum autor conseguiu, até hoje, isto em que todos vêem a manifestação suprema do gênio: — a universalidade. Homero e Dante, Tasso e Camões, Cervantes e Shakespeare, Grimm e Khayyam, Dostoiévsky e Proust, foram nacionais, antes de serem universais. Ou melhor: — foram universais, porque souberam manter-se nacionais.

As novas tendências estéticas, a que me referi, parecem marcadas por este nacionalismo, aí compreendido o regionalismo, dentro do universalismo. E vêm impulsionadas, além disso, por um ideal de conteúdo e de forma, de impressão e expressão. Ligado a este ideal, o gênio do artista é o átman configurador, a esplêndida síntese da revelação estética. Digamos, pois, aos que trazem na alma a alegria de criar, da seriedade desta alegria. Da sua importância. Do seu significado. Só assim teremos conseguido colocar o problema do estilo nacional, em termos justos e sóbrios. Acautelemo-nos, então, dos extremos que nunca exprimem a verdade. O estetismo da forma é tão espúrio quanto o estetismo do conteúdo. Se a forma é expressão, o conteúdo é significação. Dirão os modernos, por certo, que a significação é tudo. Alguns de vós replicarão que só a expressão comunica. Mas, por que tão ociosas querelas? Por que tanta literatura? A forma não mata, pereniza. Nós é que dela fazemos às vezes um cadáver, de certo. Então, busquemos, em primeiro lugar, o conteúdo vivo da intuição estética, o plasma germinal do descobrimento do Belo, e unido a ele a forma, na hipó-

tase configuradora, realizamos o milagre da comunicação. E é este o supremo objetivo da Arte: — comunicação. Toda arte que comunica é, esteticamente, valiosa. Sómente os que realizam tal objetivo, revelam-se fiéis à Arte. E sem esta fidelidade à Arte, nenhum povo, snrs. académicos, criou um estilo nacional.

Eis, em síntese, como aprecio o problema de que me venho ocupando. Assim apreciado, justo se enquadra ele na missão das academias, de que antes tratei, como resultado se percebe o papel que um provincialismo equilibrado pode desempenhar na sua solução.

MUNIZ TAVARES E PEREIRA

DA COSTA

Se, com tais considerações, a alguns de vós decepcionel pela pobreza do meu espírito académico, não me queira mal por isso... Persisti generoso, como dantes o fostes na minha eleição. O que acabo de dizer-vos conta, todavia, com o estímulo do exemplo daquele que será o meu patrono nesta Casa, o doutor Muniz Tavares, e daquele a quem, por circunstâncias especiais, devo substituir — o historiador Pereira da Costa. Um e outro viveram animados de um profundo sentimento nacional, forrado de não menos profundo sentimento regional, como o atestam as suas obras.

Do primeiro, pouco deverei falar. Foi mais do que o cronista da revolução de 17, o cronista "imparcial e verdadeiro", como lhe chama Oliveira Lima. Foi a expressão do espírito liberal do século XVIII, que empolgou as elites brasileiras do novecentos e que tanta grandeza lhes deu no desempenho do seu papel histórico. Como tal, participou na mocidade das reuniões do hospital do Paraíso, aonde iam também Arruda Câmara e João Ribeiro e onde se discutia Voltaire ou Rousseau e se comentava a Enciclopédia. A sua História da Revolução de Pernambuco de 1817, impressa em 1840, na Tipografia Imparcial de L. F. R. Roma — de onde saíram, também, não poucas obras de escritores pernambucanos, do século XIX — é trabalho em que a fidelidade aos fatos se percebe mais nitida do que o ardor revolucionário de quem participara dos acontecimentos. O monsenhor compreendia a história como a "experiência das nações" e a "conselheira dos reis". Por isso mesmo, só no limiar do segundo reinado, vem falar de acontecimentos anteriores à Independência. E fá-lo com "religioso escrupulo". Afóra o primeiro capítulo de seu livro, em que nos oferece uma descrição sucinta das condições culturais, políticas e económicas de Pernambuco, na época dos

(Continua na pg. 14)

pacidade de sentir, intimamente, a ingenuidade das coisas, a alegria da terra, a ternura das gentes. E, colhidos os temas, dar-se generosamente à arte: — à arte que fixa, que exprime, que eterniza as emoções estéticas.

### O PATHOS LOCI

A propósito, snrs. académicos, muito se tem falado num pathos loci que vincula o homem à região. E, se não vos parece imprópria a imagem, a alma da terra comunicando-se à alma do homem. Euclides da Cunha, ao descrever o regresso do sertanejo à sua gleba, mal caídas as primeiras chuvas, dá-nos um quadro admirável desta força de atração que o lugar exerce sobre os que néle habitam. Além, entretanto, deste pathos loci, há o que chamarei de um pathos loci, apesar do hibridismo pouco gramatical. Exprime-se ele numa comunhão, numa empatia: — a alma do homem vive a alma da terra.

Posso dizer-vos agora, esclarecendo e completando observações anteriores, que a ausência deste pathos loci tem permitido a objetividade de um estilo nacional. E' a causa, ademais, de não possuírmos, ainda hoje, uma obra literária que não desmereça do designativo de nacional e, até, de regional. Com efeito, não basta pintar, é preciso sentir. O documentário, o flagrante, o episódio e o próprio drama não "configuram". São eles como a argila que urge trabalhar, mas trabalhar com sentimento, para que se realize o milagre da gênese, da configuração.

### IDEAL DE CONTEÚDO E DE FORMA

A inspiração de novas tendências estéticas, achemos, pois, para esta nossa alegria de criar a sua expressão configuradora. Alcanço, então, o momento em que devo recopiar alguns conceitos que se me afiguram fundamentais para tal objetivo. Um estilo nacional se baseia numa cultura nacional. No Brasil, como já vos disse, o sentido desta cultura reside, originariamente, na teia policrômica das características regionais. Somos um povo em que o dom da unidade se obtém sem quebra das fisionomias locais. O novo e o tradicional, a região e a nação, aqui se ajustam maravilhosamente. Mas, a obtenção deste estilo pressupõe, além disso, a presença da arte. Arte é criação. Criação subentende criador. E eis, assim, o papel do artista desenhando-se nitido aos nossos olhos: — o artista há de ser um criador, um configurador. Se este se distancia das condições culturais que o envolvem, para tornar-se um eco de tendências alheias às suas, a sua obra,

# ELOGIO DE PEREIRA DA COSTA

(Continuação da pg. 13)

acontecimentos, tudo mais ali é a crônica dos fatos. Crônica desamparada das graças de um bom estilo, mas fiel. O que demonstra ter sido o nosso padre-mestre um historiador à moda do seu tempo: — apegado ao pormenor, com um sentido mais cronológico do que social da História, por vezes tocado daquelas reflexões da filosofia liberal, em que se percebem uns traços de Fénelon.

Passemos, então, ao elogio de Pereira da Costa, como cumpre, e é grato, que o faça.

## RECIFE, 1867

Nascido a 16 de dezembro de 1851, nesta cidade do Recife, Francisco Augusto Pereira da Costa, ia aqui iniciar a sua carreira literária pelo ano de 1867. Assim considero, como preâmbulo desta sua atividade intelectual tão extensa e fecunda, não a publicação do seu primeiro artigo, em 1872, mas o seu ingresso como caixeiro de uma livraria, sita à rua 15 de Novembro. Parecerá, de certo, paradoxal a escolha de tal critério. Mas, na verdade, para aquele jovem de 16 anos, obrigado a ir ganhar a vida com os poucos estudos que fizera no Colégio de N. S. do Bom Conselho, foi esta casa de livros, em que se juntavam para discurrir intelectuais e estudantes de Direito, o berço de sua vocação literária.

Não é tão difícil restaurar o ambiente em que Francisco Augusto, no vigor da sua mocidade, achou estímulo para os seus sonhos de rapaz pobre. O Recife daquela época vivia o que mais tarde seriam as evocações do seu grande cronista, Mário Sette. Recordá-lo é pôr os olhos numa litografia de Caris ou de Schlapitz e deixar que a imaginação se alongue por aquelas ruas estreitas, de chão batido e de calçadas de tijolo, por onde ia e vinha uma população negra e em cujas esquinas conversavam senhores de roupas pretas. Ver passarem canoas no rio ou escravos a carregar cadeirinhas. Espiar, no interior das casas e dos sobrados, à hora da madorna, mucamas que davam cafunés nas sinhasinhas sentimentais. Era o tempo das "píldas amantes dos meus sonhos" que Castro Alves, mal saído da nossa cidade, iria continuar cantando sob a garoa da Paulicéia. E nas pensões lia-se Hugo, entusiasmado que se fez a nossa juventude desse "iluminismo hugoano" que lhe acentuava com a generosa utopia de uma "république universelle". Tínhamos, não há negar, uma vida intelectual muito intensa. A Academia, fazendo convergir para aqui a maior parte dos estudantes do país, mesmo aqueles que depois concluíam o curso em São Paulo, tornou a nossa capital, entre os anos de 1840 e o fim do Império, o centro de maior vibração espiritual do Brasil. Pode não ter correspondido a esta vibração uma obra literária que a resguardasse do olvido. Mas o que existe esparsos pelos jornais da época — por esta quase mania pernambucana, quã brasileira, das folhas de qualquer formato e feição — assegura a Pernambuco uma receptividade muito árdua às inovações intelectuais e políticas do século XIX. O contacto com técnicos franceses, que Francisco do Rêgo Barros promoveu, muito ajudou a vulgarização dessas "idéias modernas" em nossa Província. Vauthier, aqui chegado em fins de 40, pôs-se a irradiar socialismo, como antes o Seminário de Olinda espalhara liberalismo. Ficamos, assim, marcados por um sentimento de "busca", por um tom quixotesco, muito pernambucano e brasileiro, de aventura progressista. Viamos no liberalismo, roseado alguns de um socialismo utópico, no postulado romântico da melhoria constante do homem, a marca dos "filhos do século" — a que tão lírica e prazerosamente nos incorporamos. Expressivos deste estado de ânimo são o *Diário Novo* e o *Progresso*, para a fase anterior a 48, o *Futuro*, que balisa a agitação intelectual da Academia entre 64 e 70, a *Crença*, o *Americano*, a *América Ilustrada* ou o *Correio Pernambucano*, que assinalam as atividades dos escritores de 1870 em diante, pertencem ou não à chamada *Escola do Recife*. A estes últimos deve-se incorporar, não obstante a sua singularidade, o *Deutscher Kampfer*, editado por Tobias Barreto em 1878, "fuér die Ausbreitung des Deutschthums in Norden Brasilien". O que nele há de mais curioso é constituir uma tentativa de oposição à influência francesa, que sucedera à coimbrã, e tão intensa se fez sentir no Brasil e em Pernambuco durante o século XIX.

Retornemos, todavia, àquele ano de 1867. O apanhado das principais tendências espirituais do século, em nosso Estado, situam-no naquela fase da "mais expressiva idealidade intelectual", a que se refere o sr. Odilon Nestor, ao fixar alguns traços históricos da nossa Faculdade de Direito. E o jovem Pereira da Costa — apesar de caixeiro e da animosidade entre caixeiros e estudantes — encontrou, senão no dono, nos frequentadores da livraria da rua 15 de Novembro, um estímulo para os sonhos de literatura. Ali costumavam aparecer o cônego Roçal, a quem o *Conservador*, certamente como jornal de oposição, chamava de "bicho turbulento". Via-se, também, Franklin Távora, então diretor geral da Instrução, "homem cabalischo e humilde até no seu trajaz", como ironizava a referida folha. Encontravam-se, ainda, Vitoriano Palhares, que celebrava, em versos condoreiros, os sucessos do Paraguai, Antônio Joaquim de Melo, o mais dedicado cultor do nosso passado literário, Carneiro Vilela, Afonso Olinde, Francino Clementino, com tradição de grande humanista, e o velho Abreu e Lima. Este último, já bem próximo da morte, ainda tinha energias para uma polémica com o cônego Pinto de Campos, conservador do Grémio Pernambucano, em torno das chamadas bíblias falsificadas. O interesse, com que o jovem Pereira da Costa acompanhou o ruído debate, grangeou-lhe as simpatias do *Cristão Velho*, que, no lado do cônego Roçal, procurou incentivá-lo e estimulá-lo o gosto, já bem forte, pela leitura. Assim animado, adquiriu ele, em 68, a *Sinopse*, de Abreu e Lima, e a *Galeria pitoresca dos homens célebres*. Estas duas obras, arranjadas certamente com o sacrifício de algumas economias, traziam, consigo, um vigoroso estímulo ao futuro historiador.

## O HISTORIADOR

Não irei acompanhar, passo por passo, a vida de Pereira da Costa. Não há nela rasgos de grandeza exterior. Foi-se tecendo, pelo contrário, de modestia, de perseverança e de sacrifício. Uma vida silenciosa. Em 1871, inicia a sua carreira de funcionário público, na qual ascenderia aos postos de secretário do Governo e da Câmara. Mas, só vinte anos de-

pois, em maio de 91, realizaria o seu desejo de bacharel-se em Direito. Percebe-se, por aí, que a vida, neste decurso, não lhe foi fácil, já que lhe faltou o tempo para os estudos académicos. Entretanto, se perdura na vida e na obra de Pereira da Costa esta quase ausência de estudos académicos, em toda ela se nota, desde o verbor do vinte e um anos, um senso muito arejado da pesquisa e um apêgo indefesso ao passado. Em 5 de agosto de 1872, ao publicar o seu primeiro artigo no *Diário de Pernambuco*, sobre o *Número Sete*, já se lhe notam tais características. E em 1876, quando tomou posse, como sócio correspondente, no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, então funcionando no Convento do Carmo, faz um discurso deveras corajoso, ao censurar a ociosidade dos seus membros e ao criticá-los pelo fato de terem no *Valeroso Lucideno* a única fonte de informação. Para um jovem que, no seu próprio dizer, começava então a vida, a circunstância de magoar suscetibilidades e, mais ainda, a de procurar uma reabilitação para o conde de Nassau, não eram de todo lionfias. O seu trabalho provocou uma crítica do sr. Augusto Ferreira, em que é ele chamado de "apaixonado holandês". Não havia motivos para o qualificativo, embora se perceba neste discurso um anti-lusismo que, não raro, reponta em sua obra. Pereira da Costa redarguiu, pelas mesmas colunas do *Jornal do Recife*, ao seu opositor, e tanto no discurso como na polémica o que parece constituir preocupação primordial é afastar os estudos históricos dos cânones lusitanos, de que o livro de frei Manuel Calado, sempre visto por ele com certo desdém, se tornara padrão.

Embora contasse já com ensaios publicados desde o ano de 73, tais como o estudo histórico e biográfico do padre Roma ou o que se ocupa do estabelecimento da tipografia em Pernambuco, é a partir do seu ingresso no Instituto que a produção do historiador se desenvolve e amplia. Mais tarde reconhecerá ele, agradecendo uma homenagem de que foi intérprete Artur Muniz, ter encontrado ali a sua "tenda de trabalho".

## O DICCIONARIO BIOGRAFICO

A primeira obra de fôlego, que publicou, vem seis anos depois deste ingresso. É o *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*, editado no Recife, em 1882. Enquadra-se no gênero das biografias encomiásticas, que Plutarco e Cornélio Nepote cultivaram, e de que é modelo, entre nós, Pereira da Silva, com os seus *Varões Ilustres*. Pereira da Costa pertenceu a uma geração que, muito mais do que a atual, considerou a celebridade. O ser homem célebre, e pernambucano, há de ter feito dos seus biografados figuras ímpares da política ou das letras, padrões da virtude moral ou cívica, levando-o a considerá-los, todos e cada um, figuras de exceção. Eis o que prejudica o aspecto crítico, que se quisesse buscar nesta obra, embora continue ali a ser o que temos de melhor no assunto e, mais ainda, a fonte a que indefectivelmente se recorre.

Dois anos depois, está Pereira da Costa no Piauí, como secretário da Província. Os que se referem a sua estada naquele pósto, louvam-lhe o poder de fazer amizade, pois, conviveu, indistintamente, com liberais e conservadores. Ali o historiador prosseguiu na sua tarefa, publicando, em 85, a *Notícia sobre as comarcas do Piauí*, que mais tarde, em 1909, ampliará na *Cronologia histórica do Estado do Piauí desde os seus primeiros tempos até a proclamação da República* — trabalho ainda hoje fundamental para o conhecimento do passado piauiense.

## O FOLCLORE PERNAMBUCANO

Estudar, nos limites de um discurso, toda a obra de quem muito produziu — e produziu sem plano, aceitando a sugestão dos assuntos, com acentuado gosto pela monografia — é, de certo, impossível. O meu intento, portanto, cinge-se a focalizar alguns trabalhos mais importantes de Pereira da Costa. Entre estes, está o *Folclore Pernambucano*. Publicado em 1908, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — o lapso que medeia entre esta publicação e 1885 não subentende ociosidade para o historiador. Nele se encontram, afora artigos de jornal, muitos daqueles opúsculos de feição tão modesto e de conteúdo tão denso, em que se fragmentou a sua obra. É de 1907 o ensaio *João Fernandes Vieira à luz da Verdade e da Crítica*, em que retoma, com vivacidade, a posição adversa ao autor do *Valeroso Lucideno*, para uma análise fria e profunda do ilustre madeirense. Contrastando, porém, com o porte esguio daqueles opúsculos, o *Folclore Pernambucano* é volume de quase seiscentas páginas. Nele se evidencia aquele senso muito arejado de pesquisa, a que antes me referi, e se vê o quanto o seu autor era sensível à sugestão dos temas populares. Não se pareceu, assim, com estes historiadores para quem só a heróicidade merece atenção. Tudo quanto é popular ali se acha. Das superstições às quadras, dos ditos aos brinquedos infantis. Nem sempre o qualificativo "pernambucano" se ajusta ao material colhido. Neste particular, faltou a Pereira da Costa o rigor da adjectivação, embora não lhe fosse estranho que muitas das superstições e credências registadas "o povo herdou dos seus ancestrais", "sem um certo cunho de originalidade". Ele próprio, aliás, estabelece a mútuo cotêjo com outras fontes. Mas isto apenas evidencia ser injustificável esta delimitação da área, falsa em que incide também o seu *Vocabulário Pernambucano*. O interesse e o valor do *Folclore*, porém, tanto quanto do *Mosaleco* e da *Enciclopedia*, está na fixação do pitoresco. Para a sua época foi uma grande coisa. Vencer os preconceitos de quantos não atinavam com a importância destas pesquisas e dedicar-se a elas, com tão intensa simpatia, constitui um alto mérito. O mérito, pelo menos, de registar, em cores vivas, o passado pernambucano, sem as limitações cronológicas e com este poder de presença que atesta a continuidade do povo. Ali ficaram as jornadas das pastoria, a folgança do bumba-meu-boi ou o romance da Nau Catarineta que a mania dos shows, destes shows monótonos e inexpressivos, banhi atualmente das festas populares. Conservam-se os lundus, os balanos, as chulas, cheios daquela verdade social que comumente se esconde nos códigos e nos documentos oficiais. E, na variedade das quadras, percebe-se desde o aze-dume que fere a própria terra:

Quem vier a Pernambuco  
Traga contas pra rezar;  
Pernambuco é purgatório  
Onde as almas vêm penar

até estes arroubos líricos de miscigenação racial:

Manjerição de Lisboa  
Tem a folha verde-escura  
Nos braços de uma mulata  
Tenho a minha sepultura

## OS ANAIS

A obra prima de Pereira da Costa, porém, continua quase inteiramente inédita. São os *Anais Pernambucanos*. Escreveu-os em tiras de papel almasso, numa letra pequena e regular, de talhe nervoso, que hoje estão confiadas à guarda da Biblioteca Pública e conservadas, dentro de um cofre, em caixas de charuto. Representam, segundo cálculos feitos, nada menos de sete volumes de quinhentas páginas, cada um. Concebidos dentro de um plano arrojado os *Anais* se ocupam da história pernambucana desde 1493 a 1850. Nos apontamentos para o seu prólogo, divulgados na *Revista de História de Pernambuco*, em dezembro de 1927, faz o autor a crônica do livro. São notas que representam uma espécie de testamento literário, porquanto as escreveu em outubro de 1923, dois meses antes de sua morte. E o que ali se conta parece, em muitas passagens, não a história de um livro, mas a história de uma vida. Da sua vida de escritor. Ainda moço, o *Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão*, do dr. César Augusto Marques, aguçou-lhe o desejo de fazer obra igual em Pernambuco. No gênero, tínhamos Costa Honorato, um tanto inatual por ser de 1863. E, já nos primórdios de sua carreira literária, pelo ano de 1873, tanto o empolgara este propósito que o externou publicamente. Dentro do plano concebido, a sua obra de 84, *Comarcas da Província de Pernambuco*, escrita com o auxílio de questionários que dirigira às câmaras municipais, era então uma parte da tarefa. Frustraram-se-lhe, porém, os sonhos, quando, em 1897, Sebastião Galvão publicou o primeiro volume do seu *Dicionário*, servindo-se, em muitas siglas, de trabalhos de Pereira da Costa, que mal citava e, se citava, recorria a artifícios que antes encobriam o autor. Abandonou ele a idéia do *Dicionário* e deu-se à tarefa dos *Anais*. Um plano, certamente, mais grandioso. Sua execução regista a própria vida intelectual de Pereira da Costa. Um catálogo, que ele mesmo organizou, dá-nos uma visão panorâmica dos *Anais*. Da cultura do anis do trigo ao dez reis xuxen, da história civil à eclesiástica, da irmandade religiosa ao grêmio recreativo, da rua ao sítio, o econômico, o social, o histórico e o pitoresco, tudo se contém naquelas tiras amareladas, dignas de melhor sorte, como pateticamente não-lo diz ele, que continuam "esperando, esperando, desaperando mesmo, pela sua impressão". O malogro da primeira tentativa, em 1922, atirou ao indomito uma obra em que Pernambuco tem um retrato de corpo inteiro, onde o carinho do artista tudo viu, tudo realçou. Quem desfará este sortilégio, quem curará este mau olhar, trazendo ao aconchego do Presente tanta vida e tantas glórias do nosso Passado?

## UM DEVOTO DA PESQUISA

Sinto que me hei alongado demais neste discurso. Há de ter limite a vossa paciência... Devo, agora, encerrar o elogio do meu antecessor. Nada pode mais realçar-lhe a sinceridade do que proclamar-vos eu que muito pouco me custou fazê-lo. Na sua carreira de historiador, que se estendeu além de meio século, foi Pereira da Costa um devoto fiel da pesquisa histórica. É este traço que me parece mais sugestivo e marcante da sua personalidade. Fez particularmente da História de Pernambuco uma espécie de Trapa, em que circunscreveu as aspirações, a que ofereceu o entusiasmo, nela ficando tão embevecidamente situado que se tornou estranho aos acontecimentos do seu tempo. Com efeito, snrs. académicos, é curioso notar este alheamento do nosso historiador à sua época. Quem, como ele, foi tão familiar aos manuscritos e aos arquivos, quem marcou a sua convivência com velhos jornais pelos traços de lapiz que permaneceram nas coleções da Biblioteca Pública, quem tão zeloso se fez do passado pernambucano que não permitiu alguém o tratasse com mais desenvolvimento, poderia não ser insensível às vibrações dos contempórâneos. E, nada obstante, Pereira da Costa se nos afigura um homem que passou ao largo da vida. No seu todo de modestia, sumido no frágil com seu andar mudo e rápido, modelo da perseverança e da paciência, vêm-lo sempre nesta sua Trapa, sem preocupações académicas, sem cuidados de sistematização, sem intenções literárias ou filosóficas, franciscamente entregue à devoção da pesquisa. É esta devoção que assegura a obra tão acentuadamente monográfica, como a sua, um certo cunho de unidade e um sentido de grandeza que poucas vezes se achará na literatura nacional. Foi o meu antecessor, snrs. académicos, tão fiel à sua vocação e à sua Trapa, que de um só crime se acusava no testamento de 1909: — o de "lesa-família". Este crime, todavia, é hoje a sua glória, como é a glória dos seus, desta Casa e de Pernambuco, porquanto o redimiu e enalteceu aquele "culto santo" à sua terra, pela qual, empenhada e desinteressadamente, como ele não-lo confessava, tudo esqueceu e sacrificou.

## PALAVRAS FINAIS

Se não violo o protocolo, consenti, snrs. académicos, que me sirva do ensaio para expressar ao sr. cônego Xavier Pedroza o profundo reconhecimento de que me fez ainda mais credor o seu empenho, generosamente movido, para trazer-me ao vosso meio. Agradecendo ao mestre, de cujos lábios recolhi, no querido Seminário de Olinda, as mais belas lições de Humanidades, em cujo exemplo portio para ver-me refletido, traduzo, também, um muito obrigado a todos que me acolheram fidalgamente. E que dizer-vos a vós, sr. Gilberto Odório de Andrade, que vos dignastes de receber-me, dando a sessão, que ora se realiza, não apenas o brilho de vossa palavra, mas o calor da vossa simpatia? Habitado a uma longa convivência convoco, no magistério e no jornalismo, aproximei-me sempre uma natural curiosidade de pesquisas e uma certa volúpia dos problemas. Jamais nos acomodamos a-

(Continua na pg. 16)



# PRIMEIRO ANIVERSARIO DO GOVERNO AGAMENON MAGALHÃES

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE  
ADMINISTRAÇÃO DO PREFEITO ANTONIO PEREIRA

## A PREFEITURA DO RECIFE TRABALHA:

Pavimentação realizada . . . . .	140.752 m <sup>2</sup>
Máximo já realizado anteriormen- te em igual período . . . . .	108.019 m <sup>2</sup>
Diferença para mais a favor da atual administração . . . . .	32.733 m <sup>2</sup>



Rua Imperial

Reposição do calçamento . . . . .	71.604 m <sup>2</sup>
Máximo já realizado anteriormen- te em igual período . . . . .	48.284 m <sup>2</sup>
Diferença para mais a favor da atual administração . . . . .	23.320 m <sup>2</sup>

### VISTO

Edgar Gonçalves D'Amorim

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Técnicos  
Municipais

Antônio Pereira

Prefeito

RELAÇÃO DE ALGUNS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA PREFEITURA DO RECIFE, NO PERÍODO DE 1.º DE NOVEMBRO DE 1951 A JANEIRO DE 1952

### PAVIMENTAÇÃO

Rua Quarenta e Oito (parte final)  
Estrada para o Engenho do Meio  
Rua General José Simião (parte final)  
Ponte Santa Isabel  
Rua São Miguel  
Estrada de Belém (parte lateral)  
Aeroporto  
Aero Clube  
Av. Dantas Barreto (trecho)  
Av. Rui Barbosa (Ponte d'Uchoa a Parnamirim)  
Rua Imperial  
Rua Bernardo Guimarães



Aeroporto

Rua Lopes de Carvalho  
Rua Angustura (parte final)  
Rua do Jasmim  
Rua João Coimbra (trecho)  
Rua Henrique Dias  
Rua Paula Batista (trecho)  
Mercado de Tejipiô (ruas laterais e pátio)  
Rua Visconde de Maranguape  
Rua Lauro Montenegro  
Rua José de Alencar (segundo trecho)  
Rua de São Jorge (trecho)  
Rua Carlos Mavignier  
Rua Nereu Guerra  
Rua Gouveia de Barros  
Estrada do Encanamento  
Rua José Austregésilo  
Travessa da Baixa Verde  
Av. Norte (primeiro trecho)  
Travessa do Jasmim  
Rua Padre Silvino Guedes  
Rua Pedro Henrique  
Rua Eduardo de Carvalho  
Av. Beberibe (Arruda)  
Rua Leão Coroado  
Rua do Veiga (trecho)  
Rua dos Palmares  
Cemitério de Santo Amaro  
Travessa D. Manuel Pereira  
Praça da Convenção



Estrada do Aeroporto

### OUTROS SERVIÇOS

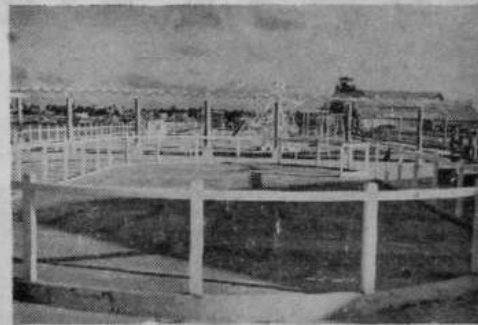
Meio-fio . . . . .	31.986,50 m
Linha d'água . . . . .	19.983,20 m
Galerias . . . . .	6.732,20 m
Terraplanagem . . . . .	1.765.641,80 m <sup>2</sup>
Atérro . . . . .	12.277,00 m <sup>2</sup>
Passaios . . . . .	21.136,60 m <sup>2</sup>

### PONTE, PONTILHÕES E BOEIRAS

Concluídos:

Ponte dos Afogados (serviços de reparo na balaus-  
trada e enrocamento dos pilares)  
Ponte Maurício de Nassau (substituição de par-  
te da balaustrada)  
Ponte de Santa Isabel  
Ponte de Santa Clara (reconstrução da balaus-  
trada)  
Boeira da Estrada do Brejo (serviços de reparo  
em duas boeiras)  
Boeira da Estrada de João de Barros (reconstru-  
ção das fundações e elevações dos postes que se  
achavam em ruína)  
Ponte do Sítio do Céu  
Ponte do Rio Morno

Pontilhão da Praça do Trabalho  
1.º, 2.º e 3.º Pontilhões da rua João Elísio  
Boeira da Estrada de Dois Unidos  
Boeira da Avenida Norte  
Pontilhão da Rua das Moças



Parque Infantil do Aero Clube

Em construção:

Ponte do Brejo  
Ponte do Bode  
Boeira do Jardim São Paulo  
Pontilhão da Rua Guimarães Peixoto

### OUTRAS OBRAS:

Canal da Bela Vista, trecho entre as ruas Bento  
de Loyola e Harmonia  
Construção de duzentas (200) catacumbas e tre-  
zentos (300) ossários no Cemitério de Santo  
Amaro

### PARQUES INFANTIS

Praça das Cinco Pontas  
Praça da Feb  
Praça da Convenção  
Av. Beira Mar (4 pequenos parques)  
Jardim 13 de Maio  
Derby (restauração)  
Aero Clube

Edgar Gonçalves D'Amorim

Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Técnicos  
Municipais

### VISTO

Antônio Pereira

Prefeito



Parque Infantil da Pina

Homenagem do Diretório Municipal do Recife, do P. S. D.

*Vencendo como sempre de ponta a ponta!*

# STUDEBAKER

# 1952



*Starliner 1952*

**Já no Recife, confirmando as "performances" STUDEBAKER e se apresentando mais belos, mais confortáveis, mais desejados!**

★ Novo encanto e nova economia no popular **Champion 1952**

★ Mais elegância e conforto no encantador **LANDCRUISER 1952**

★ E agora, cores, linhas e beleza inquietantes em mais um modelo revolucionário:

**o ultra moderno Starliner**

APERFEIÇOAMENTO CONTINUO, VISANDO SEMPRE O MÁXIMO EM TÉCNICA, BELEZA, CONFORTO E ECONOMIA NOS TRANSPORTES.

Veja-os, hoje, mesmo em exposição á Rua Imperial, Edifício IBRAHIM.

DISTRIBUIDOR:

# IBRAHIM NEJAIM

REVENDEDORES NAS PRINCIPAIS CIDADES DO BRASIL

**1852 - 1952**

CENTENARIO DA FABRICA

**STUDEBAKER**

"A Studebaker surgiu em South Bend, Estado de Indiana, como fabricante de carruagens, em 1852. 50 anos mais tarde, a Companhia começou a produzir carros que já não mais utilizavam tração animal. Da produção de 3 carruagens, verificada em seu primeiro ano de vida, o movimento da Companhia expandiu-se enormemente, atingindo a um volume superior a 285,000 veículos — mais de 500 milhões de dólares — ao finalizar o seu primeiro século de negócios."



Homenagem do Diretório Municipal do Recife, do P. S. D.

# AGAMENON MAGALHÃES

## TRABALHA POR PERNAMBUCO

**NO PRIMEIRO ANO DE SEU GOVERNO, AGAMENON MAGALHÃES APRESENTA AO POVO UM ACERVO DE SERVIÇOS QUE VALE POR UM ATESTADO INCONTESTE DA SUA CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO**

PONTOS BÁSICOS DA POLÍTICA FINANCEIRA DO ATUAL GOVERNO DE PERNAMBUCO: 1) — OBTENÇÃO LEGALMENTE TODA RIQUEZA, NÃO PERMITINDO QUE SE EVADA A RECEITA POR DESIDIA OU FAVORITISMO; 2) — COMPRIMIR A DESPESA EVITANDO O DESTEMPÊRO DE GASTOS EXCESSIVOS — O QUE SIGNIFICA A CHAMADA "BATALHA DA ARRECADAÇÃO" — REAPARELHAMENTO DOS ÓRGÃOS ARRECADADORES DOS MUNICÍPIOS



Professor Agamenon Magalhães

Além de restaurar as finanças estaduais, foram construídos na administração Agamenon Magalhães, neste primeiro ano de trabalho: 10 Postos de Puericultura — 700 Casas Populares — Distribuição de máquinas de costura — 1 Centro Educativo Modelo — Grupos Escolares em Canhotinho, São Bento do Una, Bonito, Nazaré da Mata e Ibura, nesta Capital — Metros de estradas pavimentadas — Conclusão de serviços de abastecimento d'água em Limoeiro, Pesqueira, Arcoverde e Timbaúba — Incentivo à produção — Assistência à lavoura com distribuição de sementes, tratores, adubos, inseticidas e polvilhadeiras.

### Mensagem do Governador Agamenon Magalhães à Assembléia Legislativa

(Continuação da pg. 19)

peração do Departamento Nacional de Saneamento, procurando recuperar extensas áreas na Imbiribeira e no Jiquiá.

Teremos, destarte, áreas novas para construir casas populares, destinando-as aos que não podem adquirir habitação condigna. Precisamos construir atualmente mil casas, em substituição aos mocosos, e oportunamente, senhores legisladores, pediremos à Assembléia os créditos necessários àquele fim.

Senhores legisladores: Vencemos o primeiro degrau da nossa administração, graças ao apoio da Assembléia Legislativa, da opinião pública, da imprensa e da harmonia dos poderes.

A política econômico-financeira que seguimos, não teria alcançado bom êxito sem o vos-

so concurso tão patriótico, quanto esclarecido, tão independente, quanto eficaz. Nada vos pedimos que não fosse de interesse público e cremos que, em nenhum período legislativo, houve sessão mais profícua e mais construtiva do que a do primeiro ano da legislatura atual.

Somos essencialmente político e como tal homem de sistema. Foi no regime democrático que o novo nos reconduziu ao poder, e temos de ser fiéis ao povo, sendo fiéis ao sistema democrático.

A Constituição tem sido o nosso roteiro, o nosso instrumento da governação e de ação política. Dela jamais nos afastaremos, cumprindo os seus postulados e exercendo o governo eleito, dentro das limitações constitucionais. Confiamos, por is-

so, na vossa compreensão, confiamos na coordenação dos poderes, que se devem exercer em harmonia, — harmonia que supõe entendimento, — entendimento que, com independência, elimina o perigo do arbítrio e da força.

Somos um Estado de direito, com poderes definidos e limitados. São esses os princípios que têm informado a nossa cultura, as nossas convicções e as nossas atitudes. Dentro de sistema assim, sistema de opinião e de partidos, com prerrogativas e responsabilidades escritas na Constituição, é indispensável uma direção, que afaste as preocupações de ordem pessoal, condicionando a ação política aos nobres deveres de bem servir ao Estado e à República.

### TRABALHA EFICIENTEMENTE A SECRETARIA DA FAZENDA

Ao assumir o governo do Estado o sr. Agamenon Magalhães encontrou o erário a braços com grave crise financeira, principalmente porque ao findar o exercício de 1950, o governo, atendendo às necessidades do funcionalismo, concedeu-lhe amplo aumento de vencimentos, calculado em cerca de 100 milhões de cruzeiros, sem se levar em conta ainda a elevação das verbas de abono familiar e gratificações decenais que elevavam aquele ônus em mais de vinte e cinco por cento. Não poderia, pois, o atual governo, fugir de um imperativo natural qual fosse o de dar providências imediatas para habilitar o Tesouro a fazer face de pronto a esses compromissos, que por sua própria natureza não poderiam ser protelados.

E graças a um trabalho intenso e orientado do dr. Irineu de Pontes Vieira, Secretário da Fazenda, foi o exercício de 1951 findo em situação promissora.

Encerrou a administração Agamenon Magalhães o ano de 1951 com depósitos em Bancos acima de Cr\$ 30.000.000,00. A arrecadação de 588 milhões do ano passado representou um grande esforço coletivo da Fazenda e foi a maior arrecadação do Estado em todos os tempos, nada obstante 1951 ter sido batido por secas prolongadas e chuvas irregulares e abundantes em época imprópria. Quase não houve produção de cereais e grande foi a redução nas safras de café e algodão.

## LIVROS NOVOS

LIVROS BRASILEIROS PARA 1952

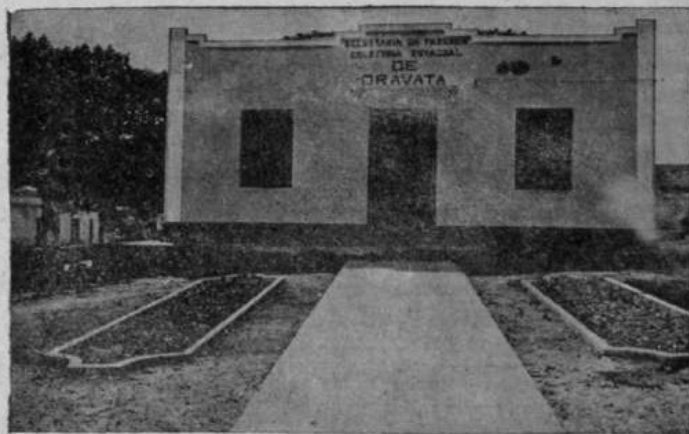
A Livraria José Olympio Editora, continuando a sua tradicional orientação nacionalista em relação a autores e livros, de que tão justamente se orgulha nos seus já cumpridos vinte anos de fecunda existência, publicará no decorrer do ano que se inicia, entre outras, as seguintes obras de escritores brasileiros: A Vida de D. Pedro I, biografia do fundador da Independência brasileira, por Otávio Tarquínio de Sousa, em 3 vols.; Roteiro da Campanha Presidencial e O Governo Trabalhista do Brasil, do presidente Getúlio Vargas; Os Loucos, romance de Otávio de Faria, em prosa e verso; A Tragédia Burguesa; O Deputado Santos Lima, romance de Amado Fontes; Polêmicas Brasileiras, por Silvio Romero (Cantos e Contos Populares do Brasil), 3 vols.; Ilustrações de Santa Rosa, introd. e notas de Luis da Câmara Cascudo; O Labirinto da Espelha, romance de José Montello; Geografia do Brasil Ho-

landês, por Luis da Câmara Cascudo; Os Cangaceiros, romance de José Lima do Rêgo; ... a seara de Calm, romance de Rosalina Coelho Lisboa; Literatura Brasileira; História da Literatura Brasileira, por José Veríssimo; América Espanhola, por Oliveira Lima. Obra inédita. Introd. de Gilberto Freyre; Populações Meridionais do Brasil, por Oliveira Vianna, 1.º vol.; 2.ª edição; 2.º vol. inédito; A Vida de Lima Barreto, por Francisco de Assis Barbosa; Águas Passadas, crônicas de Costa Régio; Casa Grande & Senzala, por Gilberto Freyre, 7.ª ed.; Aparência do Rio de Janeiro, por Gastão Cruz, 2.ª ed.; 2 vols., além de romances de Lúcia Miguel Pereira, Rachel de Queiroz, etc. Como se verifica, é numerosa e de alta qualidade a programação de livros brasileiros da grande editora, cujos vinte anos de trabalhos e realizações tanto vêm honrando a cultura e a inteligência brasileira, através dos seus maiores homens de pensamento.

A SOMBRA DAS RAPARIGAS EM FLOR — (2.º volume de "Em Busca do Tempo Perdido") — Marcel Proust — Tradução de Mário Quintana — Editora Globo — Porto Alegre — A Editora Globo acaba de publicar o segundo volume do romance cíclico de Marcel Proust "Em Busca do Tempo Perdido". Este novo tema intitula-se "A Sombra das Raparigas em Flor" e possibilita o prosseguimento da leitura dessa obra monumental.

Com a originalidade do gênio, Marcel Proust foi um desses espíritos que produzem coisas absolutamente novas. Opiniões as mais diversas são expandidas a respeito de sua categoria como romancista — desde as que o colocam acima de Balzac, dando-o como o gênio do romance francês e o maior escritor da moderna literatura europeia, até as que mais o têm por psicólogo que romancista. Mas nenhuma lhe nega uma visão de tal modo nova que

(Continua na pg. 4)



COLETEORIA DE GRAVATA — Custo Cr\$ 120.000,00

# VALIOSA TELA DE MANET PARA O MUSEU DE ARTE DE SÃO PAULO

O industrial conterrâneo, comendador Arthur Lundgren, faz a dotação de um milhão e quinhentos mil cruzeiros para ser aplicada na aquisição de notável quadro para a pinacoteca do Museu de Arte daquele Estado

O grande e progressista Estado de São Paulo concentra, no momento, as atividades comerciais das empresas Lundgren. Basta frisar que aquele adiantado centro econômico-financeiro do país possui, atualmente, mais de um terço das seiscentas e tantas lojas pertencentes à firma Lundgren.

Apesar de ser grande produtor têxtil, aquele Estado é o maior consumidor dos produtos das fábricas de tecidos de Paulista, neste Estado, e de Rio Tinto, no Estado da Parahyba.

No louvável intuito de retribuir as iniciativas de industriais paulistanos em doar centros de puericultura ao Nordeste Brasileiro, e, ainda mais, desejando mais aproximar os homens de Pernambuco aos de São Paulo, o comendador Arthur Lundgren acaba de fazer a doação de um milhão e quinhentos mil cruzeiros ao Museu de Arte da Paulista, a fim de que fosse adquirida a notável tela de Manet, denominada "Baigues", desejo antigo mantido pelos diretores daquele importante instituto de arte.

A respeito desse donativo, o sr. comendador Arthur Lundgren transmitiu, há dias, os seguintes telegramas:

"Recife, 7-2-1952 — Ministro Horácio Lafer — Ministério Fazenda — Rio — Desejando colaborar Museu Artes São Paulo aquisição obras grandes artistas renome universal, comunico eminente amigo minha deliberação doar aquela instituição que tanto eleva nível cultural nosso país um milhão quinhentos mil cruzeiros para aquele fim, devendo citada importância ser empregada sentido enriquecer ainda mais galeria obras célebres já representa atualmente grande patrimônio artístico iniciativa nacional. Este gesto espontâneo corresponde esforços aqueles que, como vossência, tudo fazem elevar cultura artística brasileira. Autorizei nosso amigo José Miranda juntamente meu filho Milton Lundgren entrega cheque pessoalmente vossência. Cordiais saudações. (a.) — Arthur Lundgren".

"Recife, 7-2-1952 — Doutor Assis Chateaubriand — Diários Associados — Rio — Tenho satisfação comunicar prezado amigo acabo telegrafar ministro Lafer minha resolução doar Museu Arte São Paulo importância um milhão quinhentos mil cruzeiros destinada enriquecer ainda mais galeria obras célebres aquela instituição caráter eminentemente nacional. Com este meu gesto espontâneo correspondo ao esforço dos bons brasileiros, como prezado amigo, que tudo enviam no sentido de elevar o nível de nossa cultura artística. Cordial abraço. (a.) — Arthur Lundgren".

Em resposta, o comendador Arthur Lundgren recebeu, ontem, os seguintes despachos:

"RIO, 11 — Comendador Arthur Lundgren — Recife. — Agradeço seu telegrama comunicando me será entregue sua generosa doação feita Museu Arte São Paulo. Esse magnífico donativo que irá contribuir para enriquecimento nosso patrimônio artístico demonstra seu alto espírito de cooperação. Cordiais saudações. (a.) — Horácio Lafer".

"SÃO PAULO, 11 — Arthur Lundgren — Paulista — Pernambuco — Sua grande doação constitui o mais alto testemunho de unidade nacional que identifica pernambucanos com paulistas. (a.) — Fulvio Morganti, diretor tesoureiro do Museu de Arte de São Paulo".

"SÃO PAULO, 8 — Arthur Lundgren — Paulista — Pernambuco — Queira distinto patricio receber os mais vivos agradecimentos pela sua generosa oferta. (a.) — Angelina Audra, vice-presidente Museu de Arte São Paulo".

\*\*\*\*\*

## ASSIS CHATEAUBRIAND NA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DA PARAIBA

O ILUSTRE JORNALISTA BRASILEIRO, NO SEU DISCURSO, RELEMBRA A FIGURA DO SAUDOSO INDUSTRIA PERNAMBUCANO FREDERICO LUNDGREN

Revestiu-se de invulgar brilhantismo a homenagem ao jornalista Assis Chateaubriand, por ocasião de sua

recente viagem àquele Estado, onde foi participar da Convenção Política do P. S. D. que homologou a escolha de seu nome a uma vaga de senador pela Parahyba.

A reunião decorreu animadíssima com a presença de altas autoridades, industriais, comerciantes, jornalistas e outras pessoas gradas.

Saudando o dr. Chateaubriand, falou, primeiramente, o dr. Martins Ribeiro, realçando as atividades daquele jornalista em todos os setores da vida nacional.

Seguiu-se o jornalista Chateaubriand, abordando diretamente os assuntos de sua especialidade que são os incentivos ao fomento das riquezas, para o bem estar coletivo. Mostrou-se entusiasmado com as nossas perspectivas econômicas e confessou a sua satisfação quando lhe fosse dada a oportunidade de constatar a Parahyba retendo grande parte de sua produção de matéria prima, na industrialização interna.

Fez um apelo veemente, aos ricos para que não mandem riquezas para o Rio de Janeiro e que precisamos reter os nossos capi-

tais, no próprio local em que vivemos.

Relembrou a figura extraordinária de Frederico Lundgren, e enalteceu sua capacidade em prol do desenvolvimento paraibano. Afirmou que esta região precisa de duzentos Frederico Lundgren, um homem que deixou na grandeza de sua obra um pouco de renolução do Nordeste.

Disse o vibrante orador que "só há igreja grande quando as paróquias são ricas". Passou depois a discorrer sobre o socialismo avançado, quando afirmou que nós precisamos ter a coragem de incentivar a criação e o progresso das classes médias, porque essas classes são as que detêm o comunismo, a exemplo da Itália, França e da própria Inglaterra. Concluiu aos ricos, para ajudarem aos que sabem trabalhar e tenham capacidade de trabalhar. Citou vários exemplos dos resultados surpreendentes da cooperação econômica em diversos setores, inclusive o de sua propriedade particular, onde há trabalhadores que lhes emprestam dinheiro. Terminou com muita eloquência declarando que os ricos devem diminuir seus capitais, no emprego de iniciativas populares, para finalmente confessar que não é socialista avançado, mas conservador...

É certo que muita gente não esperava que o eminente conterrâneo estivesse tão evoluído, mas, a sua oração calhou muito bem no espírito de todos e foi uma declaração palpitante de sua perfeita compreensão social, com as necessidades reais dos problemas brasileiros.

Falaram, ainda, vários oradores, que foram grandemente aplaudidos.



O comendador Arthur Lundgren palestrando com o jornalista Assis Chateaubriand, no dia de sua chegada ao Recife.

### Moura, Perez & Cia. Ltda.

Av. Marquês de Olinda, 290 — Recife

Distribuidores exclusivos:

AUTO-UNION (DKW)

TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS "MINNEAPOLISMOLINE"

ENCERADEIRAS, ASPIRADORES E

REFRIGERADORES "ELECTROLUX"

#### TELEGRAMA DO SNR. ARTHUR LUNDGREN PARA ASSIS CHATEAUBRIAND

RIO — Taba Rio Tinto exulta de alegria pela sua grande vitória em Mamanguape. Terminou a votação com o seguinte resultado: Assis 3.575 Dault 2.358 outros poucos votados. Votos dos Caixas, mamanguapinos escolheram brilhantemente cacique Chateaubriand, homenageando grão-cavaleiro da ordem gíbio de couro Jiquê. Afetuoso abraço. (as.) — ARTHUR LUNDGREN.

#### DE ASSIS CHATEAUBRIAND A ARTHUR LUNDGREN

RECIFE — Seu gesto vindo das malocas dos ba tupiniquins final vitória viva Cacique Arthur e suas tribus gloriosas. (as.) — ASSIS CHATEAUBRIAND.



# MENSAGEM DO GOVERNADOR AGAMENON MAGALHÃES À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**Reajustamento das despesas públicas — Cento e dezenove milhões, a economia feita — Melhoramento do aparelho fiscal — "Superavit" de cento e oito milhões de cruzeiros — Pavimentação rodoviária — Regularização do curso dos rios — Incentivo à produção — Casas populares — "Temos de ser fiel ao povo, sendo fiel ao sistema democrático"**

Daremos, abaixo, na íntegra, a introdução à mensagem que o governador Agamenon Magalhães apresentou, ontem, à Assembleia Legislativa do Estado: "Senhores membros da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco."

Na primeira Mensagem, que vos dirigimos, fizemos exposição bem clara da situação econômica e financeira do Estado, mostrando as dificuldades que tínhamos de vencer, para resgatar a despesa à receita, e assim alcançar o equilíbrio orçamentário, sem o qual não seria possível pensar em qualquer plano de governo.

Apelamos, então, para o vosso patriotismo, pedindo ajuda eficaz, procurando aproximar o Poder Executivo e o Poder Legislativo, no alto plano do interesse público, cuja compreensão era necessária pelos encargos e responsabilidades comuns, decorrentes das nossas funções constitucionais. Por outro lado, o entendimento entre os dois poderes políticos só poderia concorrer para elevar o exercício dos nossos mandatos, oriundos da mesma origem popular.

Não nos faltaram, nem a vossa colaboração, nem a confiança pública. Graças a esses dois fatores, sem os quais nada o Governo poderia ter feito, logramos enfrentar o nosso tão árduo e tão difícil primeiro ano de administração.

O reajustamento das despesas públicas foi esforço penoso, agravado pela seca, que exigiu providências e planos que atenuassem os efeitos de graves perturbações econômicas. A seca reduziu a nossa produção de mais de 30%, fato este que se refletiria na arrecadação, obrigando o Governo a adotar rigorosa compressão nas despesas orçamentárias.

Havia, entretanto, uma que não podia ser adiada, nem reduzida — era a despesa com o funcionalismo, onerada com o aumento decretado em dezembro de 1950 para vigorar no exercício de 1951. Esse aumento foi de Cr\$ 185.715.000,00 (cento e noventa e cinco milhões, setecentos e dezesseis mil cruzeiros) para Cr\$ 348.425.000,00 (trezentos e quarenta e oito milhões, quatrocentos e vinte e oito mil cruzeiros) ou seja de quase cento por cento. Para fazer face a este aumento, foi dada a majoração de 25% dos impostos, estimada em Cr\$ 103.000.000,00 (cento e três milhões de cruzeiros).

A impressão, entretanto, era que o aumento do funcionalismo se elevaria a muito mais do que o previsto, tendo-se em conta o onus progressivo das gratificações adicionais, do abono familiar e das contribuições para o Ipeap.

Realmente, o aumento do funcionalismo custou ao Tesouro, no ano findo, a vultosa quantia de Cr\$ 137.900.000,00 (cento e trinta e sete milhões, novecentos e mil cruzeiros). Para manter em dia o pagamento do funcionalismo e os compromissos do Estado, só tínhamos um caminho: comprimir o máximo possível as despesas e melhorar o aparelho fiscal para contar a evasão dos impostos. Foi o que fizemos.

A receita para 1951 foi estimada em Cr\$ 482.420.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões e quatrocentos e vinte mil cruzeiros) e a despesa fixada em Cr\$ 619.683.871,50 (seiscentos e dezoito milhões, quatrocentos e trinta e sete mil e oitocentos e cinquenta centavos), havendo, portanto, um déficit de Cr\$ 137.263.871,50 (cento e trinta e sete milhões, sessenta e três mil, oitocentos e setenta e cinco centavos), e oitocentos e cinquenta centavos). Era evidente que esse déficit seria agravado com o aumento e as vantagens concedidas ao funcionalismo.

Acompañados, senhores legisladores, a progressão das despesas com o pessoal fixo e variável, votando no segundo semestre do exercício de 1951 elevados créditos suplementares, pedidos pelo Governo.

Temos a satisfação de comunicar à Assembleia Legislativa, que a economia feita na despesa fixada para as secretarias, e órgãos administrativos do Estado, no exercício de 1951, foi de Cr\$ 119.732.000,00 (cento e dezoito milhões, setecentos e trinta e dois mil cruzeiros). Vamos, portanto, a economia feita na despesa orçamentária foi de cento e dezoito milhões, setecentos e trinta e dois mil cruzeiros.

Foi essa compressão de despesas, que nos permitiu, senhores legisladores, fazer face à majoração dos vencimentos e vantagens dadas ao funcionalismo do Estado.

Enquanto adotávamos medidas de emergência para restringir as despesas, o aparelho fiscal era melhorado, reforçando-se os postos de fiscalização, para diminuir a evasão das rendas que era verdadeiramente alarmante. Os resultados não se fizeram esperar e tivemos imediata repercussão na receita arrecadada.

A receita para 1951 foi orçada em Cr\$ 482.420.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois milhões quatrocentos e vinte mil cruzeiros) e a arrecadação atingiu a Cr\$ 590.855.456,00 (quinhentos e noventa milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros), obtendo-se, assim, um superavit de Cr\$ 108.435.456,00 (cento e oito milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e cinquenta e seis cruzeiros).

Conseguimos, a queda de nossa produção em mais de 30%, pela seca e pelas dificuldades, para bem julgar a oportunidade e o bom êxito das medidas adotadas na fiscalização das rendas, sem as quais não teríamos alcançado aquele superavit.

Senhores legisladores, as economias resultantes da compressão das despesas e o superavit entre a receita orçada e a efetivamente arrecadada, permitiram-nos encerrar o exercício de 1951, sem déficit. Todos os duodécimos orçamentários e contas do exercício foram pagos em dia.

Conseguimos, destarte, restabelecer o crédito e a confiança no Estado.

Quanto à dívida flutuante, oriunda de obrigações contradas pela administração anterior, já organizamos o plano de resgate, começando pelas contas de fornecimento, das quais já pagamos Cr\$ 4.774.120,90 (quatro milhões, setecentos e setenta e quatro mil cento e vinte cruzeiros e noventa centavos).

Mercê da política orçamentária e financeira, que adotamos, com o vosso apoio, senhores legisladores, foi possível elaborar e dar início aos planos de pavimentação das nossas rodovias troncos e aos estudos para modificação do regime dos rios secos do sertão.

## PAVIMENTAÇÃO DAS ESTRADAS

A pavimentação das nossas rodovias troncos era iniciativa, que não podia mais ser protelada, diante do nosso desenvolvimento econômico, a exigir transportes mais rápidos e mais baratos.

Em nossa primeira administração, no período de 1937 a 1945, verificamos que o Estado, após o inverno, dependia de soma anual vultosa, no reparo e conservação das nossas rodovias.

O desgaste, por outro lado, dos veículos e o consumo de combustível concorriam para a elevação do custo dos transportes, encarecendo cada vez mais o preço dos gêneros de primeira necessidade. Em face desta observação é que iniciamos, naquela época, a pavimentação das estradas, nos trechos de maior tráfego, e que davam acesso à capital. Assim é que foi feita a pavimentação, em paralelepípedos, do Sobrado Grande da Madalena até S. Lourenço da Mata, de Moreno rumo a Jaboatão, e de Olinda a Paulista.

O que estes trechos pavimentados representaram em economia de tempo, desgaste de material e combustível é fácil calcular.

Recomendamos aos técnicos do DER a organização imediata de um plano de pavimentação das nossas quatro principais rodovias: Tronco central, de Moreno a Caruaru, numa extensão de 110 quilômetros; Tronco sul, do Iburá a Palmares, atingindo as margens do Jacuipi, limite com o Estado das Alagoas, numa extensão de 128 quilômetros; Litoral norte, de Paulista aos limites com o Estado da Paraíba, numa extensão de 55 quilômetros, e Tronco norte de S.

Lourenço a Carpina, numa extensão de 33 quilômetros.

Fizemos atacar imediatamente, dentro dos duodécimos do DER, a pavimentação, em concreto, de S. Lourenço a Tluma, trecho já inaugurado e em tráfego, e de Prazeres ao Cabo, em asfalto, já estando em tráfego cerca de seis quilômetros da nova pavimentação.

O plano para a pavimentação das quatro principais rodovias do Estado, numa extensão programada de 339 quilômetros, não podia ser financiado com os recursos ordinários da receita.

Exigia operação de crédito, por meio de empréstimo interno ou externo. Esta operação, entretanto, não poderia ser realizada sem recursos especiais, sem taxas e impostos, cuja receita fosse aplicada naquele fim.

Dos nossos estudos e conversas com banqueiros e grupos que se propunham a fazer empréstimo ao Estado, chegamos à conclusão de que, com a receita dos impostos e taxas destinadas à garantia da operação, mais aconselhável seria atacar o plano e levá-lo, dentro do nosso período de governo, aonde fosse possível.

O Estado poderia dispor do fundo rodoviário nacional de cerca de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) anualmente. Desde que fossem criadas outras contribuições, como um adicional sobre o imposto de vendas mercantis, o pedágio e a contribuição de melhoria, o financiamento do plano estaria assegurado. Foi o que fizemos, foi o que vos pedimos, senhores legisladores, em mensagens bem acolhidas na Assembleia Legislativa, nas reuniões das associações de classe, com o apoio da imprensa e da opinião pública, além de aplausos e animadores estímulos. E, assim, senhores legisladores, graças ao vosso concurso, está concluído em lei o adicional de 0,4% com feição recuperável, que incidirá sobre o movimento comercial ou industrial sujeito ao imposto de vendas e consignações, bem como a taxa de pedágio e a contribuição de melhoria.

Pode o Estado de Pernambuco, ao usar-se dessa iniciativa, que está sendo seguida por outras unidades da Federação. As leis que, a nosso pedido, votastes, por significativa maioria, senhores legisladores, devem ser classificadas como pioneiras da pavimentação das rodovias em nosso país.

As leis n.º 1.227, de 4 de outubro de 1951 — adicional de quatro décimos por cento sobre o imposto de vendas e consignações — n.º 1.234, de 16 de outubro de 1951 — a taxa de pedágio — n.º 1.237, de 20 de outubro de 1951 — a contribuição de melhoria — devem ser inscritas na Tábua das Leis que marcam o início da batalha de pavimentação das estradas troncos de Pernambuco, na Tábua das Leis que marcam época de renovação e trabalho.

A prova da confiança no plano de pavimentação, traçado com segurança técnica e com os recursos necessários ao seu financiamento, está no número de firmas, as mais idôneas do país, que tomaram parte na concorrência. Sobre esta, bem como sobre a execução progressiva do plano trienal, encontraremos, senhores legisladores, informações completas, na parte da Mensagem, referente à Secretaria de Viação e Obras Públicas.

REGULARIZAÇÃO DO REGIME E CURSO DOS RIOS MOXOTÓ, PAJEÚ E BRIGIDA E ESTUDO DOS SEUS VALES

Em 4 de maio do ano de 1951, baixamos o ato n.º 1.666, autorizando, de acordo com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, técnico de reputado valor, a proceder aos estudos e organizar os projetos de regularização do curso dos rios Moxotó, Pajeú e Brigida, e aproveitamento dos seus vales, correndo as despesas, que couberem ao Estado, pela quota constitucional destinada à assistência econômica das populações da área assolada pela seca.

Furam tomadas imediatas providências para a organização da equipe de técnicos, que começou os estudos pelo rio Pajeú. Os trabalhos desenvolveram-se com ritmo acelerado, bastando acentuar que, no período de julho a dezembro de 1951, foram estudados 104 quilômetros da área rio, a partir da extremidade da junção da bacia da irrigação do açude Cajazeiras, até o fim da bacia hidrográfica do açude "Brota".

Estes estudos abrangem o levantamento do boqueirão, sanatório e bacia hidrográfica de seis açudes, e levantamento da bacia de irrigação do Pajeú. No plano das obras do Pajeú estão previstas cinco barragens, sendo 3 de acumulação para irrigar várzea e terrenos marginais, e 2 destinadas à produção de energia hidro-elétrica.

As três barragens de acumulação ficam situadas entre a cidade das Flores e a vila de Tuparetama, e as de produção de energia e suprimento para irrigação ficam situadas entre a cidade da Serra Talhada, a montante, e a cidade da Floresta, a jusante.

O vale do Pajeú foi dividido, para os fins de irrigação, em cinco regiões principais, calculando-se a área irrigável em 14.000 hectares.

Senhores legisladores, na parte da Mensagem relativa à Secretaria da Agricultura, há um capítulo sob o título — "Estudo dos vales do Moxotó, Pajeú e Brigida, onde encontraremos dados completos sobre os estudos da Comissão, despesas realizadas e o plano das barragens sucessivas dos rios secos do sertão."

Iniciam-se, assim, como prometemos em nossa primeira Mensagem, os estudos para a solução de um dos problemas básicos da nossa economia, — a recuperação do sertão, que representa dois terços do nosso território. No sertão, temos 6.747.900 hectares, e apenas cultivados 204.676, ou seja 3,03%.

A recuperação dessa área imensa, toda ela encravada na região semi-árida do Nordeste, somente pode ser dada pela técnica, que modifica os regimes dos rios e armazena a água, para distribuí-la por meio de barragens sucessivas.

Só depois de projetadas e orçadas as barragens é que podemos apresentar o plano de execução e o respectivo financiamento.

O plano será realizado pelo Estado com a cooperação das Obras Contra as Secas e da Comissão do Vale do São Francisco.

Falta de produção quer dizer celeiro vazio. E isto significa o duro dilema: vida cara para um povo pobre, sem meios, obrigado a adquirir lá fora o que não conseguiu tirar de sua terra, do solo onde nasceu. Se tal ocorre diretamente com a grande coletividade, não é me-

nor a grave consequência dessa situação contra o Estado. Este, sem dinheiro, sem fontes certas de receita, não progride, não tem forças para ir à frente na realização de iniciativas indispensáveis a um amanhã melhor.

Conseguir ou continuar, que é a mais justa e acertada expressão, a percorrer o círculo vicioso de receber o produto da impostos e taxas, para aplicá-lo no pagamento, no fim de cada mês, de um funcionalismo, sempre mais numeroso, mais absorvente das rendas públicas, pois é o emprego público a salvação que encontram os desajustados, vítimas do drama da seca, da lavoura ou da pecuária empobrecidas e que antes de procurar os caminhos do sul, tentam o amparo do Estado. Como continuar-se o Governo diante dessa triste paisagem?

Voltando as vistas para a agricultura, para a pecuária, para a eletrificação rural, dando assistência maior e mais adequada às regiões do litoral-matã, do agreste e do sertão.

Era preciso, quanto antes, partir para a lavoura mecanizada, cujo marco, em Pernambuco, foi, podemos dizer, fixado em 1951.

Isto tanto ocorre no domínio da iniciativa privada, quanto na do Estado.

Enquanto, no ano findo, as usinas e as principais fazendas multiplicaram os tratores, o Estado, que dispunha apenas de 30 máquinas dessas autônomas, passou a contar com 94 unidades modernas, triplicando, assim, seu potencial a esse respeito.

Está, destarte, aberto o caminho para uma lavoura de trato racional, esperando-se dela os melhores resultados.

Dentro desse programa, através das zonas agrícolas em que se acha dividido o Estado e com o concurso das prefeituras e das Cooperativas, tem podido a Secretaria da Agricultura realizar mais eficiente assistência técnica.

Alargando a área de produção e libertando, em parte, o lavrador do hábito da enxada, o Governo aumentou o volume da distribuição da semente, o que atingiu, em 1951, limite jamais alcançado.

Na aquisição e distribuição de sementes, foi despendida a importância de Cr\$ 1.243.584,10.

Infelizmente a irrigação, ou escassez das chuvas e a falta de material adequado para a defesa contra as pragas, sobretudo as lagartas, impediram, no entanto, o que deveria ser, o resultado obtido daquele esforço. Ainda assim, conseguimos colher safra relativamente compensadora, pois, sem aquelas providências, nada teríamos obtido, como ocorreu em outras áreas do Nordeste.

Neste ano de 1952, forrado com a experiência de quanto é indispensável estar a Secretaria da Agricultura aparelhada dos meios de defesa sanitária vegetal, foram importadas 3.000 polvilhadoras e pulverizadores, acompanhados do inseticida necessário.

Esperamos, assim, não passar pela dura provação de ver como ocorreu o exterminio de grandes culturas, sobretudo a do algodão.

Outro ponto de apoio para a campanha de aumento da produção têm sido os postos de venda de material agrícola, no Interior, pelo Serviço de Fomento.

Em janeiro de 1951, esses postos eram em número de 29 e atualmente contamos com 64. Inclusive enxada, foice, machado, arado, arame farpado, ci-

mento e, já hoje tralhoes, o material agrícola é vendido, com apreciável vantagem sobre os preços do comércio. É oportuno mencionar, dentro desse programa, que a Secretaria da Agricultura espera, nesta noventa dias, receber grande partida de jeeps, de importação direta, para os agricultores, de custo inferior a Cr\$ 38.000,00, quando na praça é vendido a mais de Cr\$ 60.000,00.

FEQUENA ACUDAGEM E IRRIGAÇÃO

Criamos, em 1939, o Serviço de Acudagem, Poços e Irrigação. Tem sido o mais proveitoso e não sofreu solução de continuidade até esta data.

No setor açude, de então até hoje, foram feitos 893 estudos, para um orçamento global de Cr\$ 40.432.850,00, correspondendo o armazenamento de água a 130.778.896 m³. Com referência ao ano de 1951, temos a notar 34 estudos, no valor de Cr\$ 5.490.000,00, para o armazenamento de 9.942.904 m³ de água. Esses estudos abrangem 23 municípios, sendo 14 do sertão, 6 do agreste e 3 da zona da mata. Achar-se-ão concluídos 23 açudes, iniciados em 1951, no valor de Cr\$ 2.011.261,90, para armazenar 5.045.468 m³, estando em andamento mais 36, com a capacidade de 10.866.064 m³.

O problema da irrigação dos municípios ribeirinhos do S.º Francisco, continua a ser objeto de especial atenção da Secretaria da Agricultura, do que se infere a instalação de 30 rodas d'água e 25 conjuntos de bombas-motora. A Serra do Araripe, também outro ponto alto da política agrícola, vem sendo objeto de assistência com a perfuração duma série de poços.

Senhores legisladores — É preciso evitar o desequilíbrio entre a população agrícola e a industrial. O fenômeno que observamos é o seguinte: a fuga dos braços do Interior para as Capitais, atraídos pelo salário das indústrias, a assistência social e as condições de vida melhor, cuja consequência é a queda da produção agrícola e a elevação dos preços dos gêneros alimentícios.

Com a próxima energia de Paulo Afonso, a industrialização em Pernambuco tomará grande impulso. Quer isso dizer que teremos grandes massas obreras a exigirem consumo, cada vez maior, de produtos agrícolas. A conquista, pois, de áreas de produção é problema inadiável.

Pavimentar estradas, fazer a grande e a pequena acudagem, para irrigar a maior área possível, mecanizar a lavoura, assistir tecnicamente o lavrador, dar segurança e bem estar ao homem do campo, para eliminar a migração das grandes concentrações urbanas, deve continuar a ser nosso pensamento de todas as horas e nosso programa de ação.

AAÇÃO SOCIAL

Não compreendemos governo, principalmente num Estado em que o pauperismo é cada vez mais alarmante, como o nosso, sem ação social.

Estamos, por isso, construindo casas para os que não podem ter casas, e estendendo a assistência através dos centros educativos e postos de pericul-tura.

Dentro das verbas orçamentárias do Serviço Social Central e Mocambo, iniciamos a construção de 905 casas, no Engenho do Meio, das quais inauguramos, em 31 de jan. ir, 300, que estão sendo habitadas, dando-se preferência às famílias mais numerosas que residam nos mocambos, casas de cômodos ou que estejam desabrigadas.

O número de mulheres com prole numerosa, viúvas ou abandonadas, é cada vez maior em nossa Capital. Além de casa, para essas chefes de família, que se encontram em condições tão afiladas, temos dado máquinas de costura para que se sustentem com o próprio trabalho.

Atacamos, por outro lado, o atêrro dos alagados com a co-

(Continua na pg. 4)

# Elogio de Pereira da Costa

FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA

Considere a minha eleição para a Academia Pernambucana de Letras, não apenas como uma honra a mim conferida pelos seus ilustres membros, mas, e sobretudo, como um convite que se me fazia, como um incentivo que se me dava, para prosseguir nessas tarefas do espírito que, muito cedo encetadas, só bem tarde prodigalizam legítimas consolações. Considerei-a assim, sem rasgos de vaidade nem pretensões de falsa modestia, para que não me acreditasse tão indigno da honraria ou tão desmerecedor do apelo e do estímulo. Na verdade, snrs. acadêmicos, não chego à vossa casa tal o que aro largamente a messe da Arte e da Ciência e, recolhidos os frutos, traz consigo a satisfação do trabalho cumprido. Pelo contrário. Aqui estou, pobre de conquistas, desprovido de glórias, como quem busca arrimo para avançar na sua faina e, vendo o sol já levantado, se arreceia da lonjura dos caminhos, embora convencido de que é mister prosseguir andando. Não conduzo laureis com que possa aumentar os que vos galardão. Não possuo sequer o que se chama, com pouca ou muita ironia, de "espírito acadêmico". E careço, particularmente, daquele "esprit de suite", cuja ausência em Pierre Corneille amargas exprobrações lhe acarretou do cardeal Richelieu. Não obstante, avizinhei-me de vós tranqüilo com a minha consciência e tranqüilo do vosso convívio. Não precisei de refazer conceitos, não me urgiu a instância de reformar opiniões, não me aciatou o afã de remodelar pontos de vista, para que assim procedesse. Antes, roborei-os, confirmei-os. E, se tais coisas exalto, faço-o menos como justificativa de uma atitude pessoal, do que como apelo àquilo que me parece o verdadeiro papel das academias.

## MISSÃO DAS ACADEMIAS

Ingênuo, pelo menos, seria desconhecer o descaço com que as novas gerações se referem aos grêmios literários do nosso país. Vêm nas academias de letras inutilidades pomposas que, ao invés de colaborar para o progresso intelectual, antes o entavam. O perfil, de se lhes traça, não refoge jamais às linhas da caricatura. E isto, em parte, se explica, porquanto o conceito que se elaborou de tais instituições procede de um erro de visão: — habituamo-nos a olhá-las como elementos estáticos da cultura. Delas fazemos, por isso, menos reclusos do passado, fantasmas de respeitáveis matronas que se aderem de ouropéis, algo que nos recorde "sebentas" e simbolize a permanência, o bolor, o tacinho de valores estéticos superados. Se o zelo de alguns dos seus membros em manter posições bem ou mal conquistadas não raro acode à confirmação de tal julgamento, nem isto mesmo, todavia, nos deve obstar uma apreciação mais exata da missão acadêmica. Não, meus senhores, as academias não são, em si e por si, simples elementos estáticos da cultura. São-no, pelo contrário, elementos dinâmicos. Assim o foram na Grécia ou em Alexandria, em períodos áureos de suas letras, e assim o foram, ainda, na fase do Renascimento. Nesses momentos, atuaram como fatores de incentivo à criação estética, como núcleos de vocações, como centros mais de "renovação" do que de "permanência". Mesmo no Brasil, aquelas mais modernas academias que se fundaram em Salvador, com o beneplácito do conde de Sabugosa, e no Rio, com o apelo de dom Luiz de Vasconcelos, tiveram o seu mérito no congregar os letrados da terra, neles estimulando, mais do que o sentimento nativista, a consciência da nacionalidade. O autor do *Peregrino da América* se refere, nesta época, ao estado do Brasil como se aqui estivesse "aquêle decantado monte Parnaso", acrescentando que entre em filhos do país, dados aos estudos, noventa faziam versos latinos e vulgares. De tal pleiade de letrados raríssimos sobreviveram. A maioria estava constituída por aqueles "poetas, artistas, cientistas ou filósofos, de grenha hirsuta e poucas idéias", a que se refere Ronald de Carvalho. Mas, ainda assim, a apreciação do papel de tais academias não nos leva a considerá-las como elementos estáticos da nossa formação literária. Os sobejos defeitos, que nelas se apontam, resultam mais dos valores estéticos que as informaram, do que, rigorosamente, de sua missão. Foram valores estéticos oriundos de uma concepção verbosa e ornamental da arte, de um espírito barroco, de uma predominância da forma sobre o fundo, gerando aquêle abuso dos "concetti" de que Marini, Góngora ou John Lily se tornaram modelos. Tais valores, hoje superados e postos à margem, devem ser, entretanto, visualizados dentro das perspectivas históricas em

que se situam e nunca como os únicos valores que possam inspirar as academias. Tanto isto é exato que existem e existiram grêmios de tal natureza, de aspirações estéticas diversas.

Parece-me, portanto, que, ao apreciar a missão das academias, se torna imprescindível distinguir entre a situação histórica destes institutos e a natureza mesma desta missão. A primeira aparecerá forçosamente configurada pelos valores predominantes em determinada época, por aquêle *Zeitgeist*, a que se referem os alemães. A outra, pelo contrário, antes configura: — torna-se, a bem dizer, a expressão de uma tendência natural do espírito humano no sentido de harmonizar os fatores dinâmicos e estáticos da cultura, fixando-os em instituições. E é assim, como instituição social, de índole literária, artística ou científica, que encaro nesta hora, como sempre encarei, as academias.

Sinto-me, pois, à vontade para não desdenhar do seu papel no que se refere à vida intelectual do nosso país. Aceito-as como fator de congraçamento, coordenador de energias, incentivo ao trabalho de *équipe*, traço de união entre o tradicional e o novo, assegurando, na história das culturas nacionais, aquela continuidade que é a marca mesma da continuidade de um espírito nacional ou regional. A possível objeção de que não tem sido esta a missão das nossas academias não contradiz, quero crer, o fato de ser esta a missão das academias. Restaurar, pois, o sentido desta missão, dentro das suas situações históricas, somente contribuirá para dar-lhes esta vitalidade que, não raro, lhes falece. Se devo ressaltar algum propósito, ao ingressar em vosso grêmio, snrs. acadêmicos, este é, de certo, o que exige maior relevo: — aqui venho ter, pobre de conquistas e desprovido de glórias, como vó-lo proclamei, para convosco trabalhar pela vitalidade desta instituição, como outros têm trabalhado, no sentido de manter, de firmar, de realçar, dentro da unidade nacional, a continuidade de um espírito regional, do espírito de Pernambuco.

## UNIDADE NACIONAL E ESPÍRITO

### REGIONAL

No caso de caber a algum Estado da Federação o enaltecimento dos favores, com que Deus nos brindou, da unidade nacional, este Estado é Pernambuco. Foi aqui que se lançaram as bases desta magnífica unidade, quando, mal alvorecendo o Brasil, os aventureiros da Companhia das Índias Ocidentais tentavam arrebatrar a Portugal o monopólio mundial do açúcar. Tivemos igualmente a missão, mal alvorecendo o Brasil, de atalaia da costa. Daqui perlongaram o litoral os povoadores do Norte e, fletindo para o São Francisco, unidos aos baianos ou em sortidas próprias, realizaram o povoamento do sertão, chegando ao Cariri. Entre nós, nasceu a aliança das três raças que, juntas, derramaram o sangue pela sobrevivência do Brasil. E, mais do que isso, meus senhores, neste solo pernambucano se formou a família brasileira, a gente brasileira, o elemento integrador, por excelência, da comunidade nacional. Trazemos conosco, portanto, o destino histórico de artífices da unidade da Pátria. Mas esta unidade nacional, tecida de sofrimentos e de esperanças comuns, é uma teia polirômica, em cuja trama o resalto das cores regionais mais colabora para a sua beleza e para a sua integridade. Eis por que, em sendo fiéis ao nosso destino, somos nós, os pernambucanos, bastante ciosos das nossas peculiaridades. Alimentamos, de longe, um espírito regional, idiomático. Sua gênese, o esmiuçador da História talvez vá desvendando nas rixas do bom donatário Duarte Coelho com Tomé de Sousa e até como o rei, em defesa de suas prerrogativas que eram, aquêle tempo, prerrogativas da capitania florentine. A tais desinteligências se refere, com simpatia, o autor da *Prosopéia*.

Unidade nacional e espírito regional não são consequentemente termos que se opõem, que se repilam. São termos que se supõem, que se completam. E, particularizando no que se refere à vida literária brasileira, o revigoramento deste espírito regional, enquadrado nos moldes de um provincialismo equilibrado, sempre me pareceu o meio mais indicado, quicá o mais eficiente, de darmos às letras do país um estilo, uma peculiaridade.

Esta busca, aliás, de um estilo nacional se vem fazendo desde os românticos. Os recursos, porém, por eles utilizados



FRANCISCO AUGUSTO PEREIRA DA COSTA — Bico de pena de M. Bandeira.

para a sua objetivação não escaparam a excessos ou exageros. Deformou-os, também, o desamparo de padrões estéticos definidos. Retomaram-na, em 22, os modernistas, conquanto não menos isentos dos vícios românticos. E hoje, favorecidos pela perspectiva histórica, tão necessária ao julgamento dos homens e das idéias, podemos verificar que, se o romantismo e o modernismo passaram, persiste, todavia, aquêle impulso configurador que em um e outro se percebe. Permite, então, servir-me desta oportunidade para apreciar, ainda que num relance, a significação de tal impulso.

## ESCOLAS LITERÁRIAS

No que toca particularmente à história literária, costumamos fixar as tendências ocorrentes em "escolas" que são expressões de valores estéticos aceitos e praticados por um grupo de escritores. O seu papel, em nossas letras, não se reveste das características que encontramos nas literaturas europeias. A existência de uma autonomia intelectual, que o tempo favoreceu, torna-lhes a repercussão ali mais intensa e extensa. Entre nós, só a partir do Romantismo podemos falar, e ainda sem muito rigor de interpretação e análise, em escolas literárias. O que fica para trás de 1836 se dilui no vago das aspirações de poetas, que são doutores em cânones e pelos cânones de Coimbra, ainda quando neles repontam, como brotos de lirismo nativista, aqueles tons de paisagem brasileira que se percebem em Basílio da Gama ou em Silva Alvarenga. E os movimentos que se sucedem a 1836, mesmo o romântico, apresentam um caráter "fragmentário", se cotejados com os da Europa. As escolas literárias surgem ali como "reações cíclicas", coordenadas por fatores que traduzem não apenas uma Estética mas uma Filosofia de Vida, que exteriorizam uma técnica diversificadora de padrões e que se exprimem numa linguagem peculiar. Temos, destarte, de visualizá-las como "complexos", como "constelações". E, assim considerado, o nosso Romantismo foi mais e menos do que uma "escola". Se há nele, depassando a contingência de uma situação histórica, o reflexo da nossa alma, a expressão de anseios, de ideais e de tendências coletivas, falta-lhe, todavia, aquela significação cultural de que se reveste, por exemplo, o romantismo alemão. Suas repercussões foram, por isso mesmo, antes psicológicas do que culturais.

Este seu caráter fragmentário, entretanto, não impede que os seus representantes tenham buscado ardentemente um estilo nacional. E esta procura, passados o Parnasianismo e o Simbolismo, seria retomada pelos modernistas. Ronald de Carvalho exprime-a admiravelmente, quando escreve em *Toda a América*:

Europeu!  
Nessa maré de massas informes, onde as raças e línguas se dissolvem  
o nosso espírito áspere e ingênuo flutua sobre as coisas,  
sobre todas as coisas divinamente rudes, onde bola  
luz  
selvagem do dia americano!

## ALEGRIA DE CRIAR

"Alegria de criar o caminho com o próprio pé!" Eis meus senhores, como o esteta admirável dos Epigramas Iônicos e sentimentais sintetiza a significação desta procura. Ela vem como um vagido da Pátria criança, ecoando nas mensagens de Castro Alves, de Alencar, de Gonçalves Dias, de Carlos Gomes. Ela repercute na Canaan, de Graça Aranha, na música, de Vila-Lobos, na prosa, de Mário de Andrade. Mas o que há nela de impreciso e de vago, apenas refletindo aspirações e tendências, já deve de ser superado para que encontremos a sua expressão. Expressão, que se consubstancia num estilo nacional. Cabe-me, agora, melhor situar o problema do estilo nacional. Parece-me acertado dizer que só alcançaremos tal objetivo, quando os nossos intelectuais se capacitarem de que é preciso buscar no povo a sua inspiração. Buscar na sua cultura, nos seus sentimentos, nas suas tradições, na sua alma, enfim, os temas renovadores e configuradores da arte nacional. Mas, buscá-los naturalmente, sem exageros e preconceitos. Como quem vai descer a se no olho d'água do brejo. Como quem segue pelos caminhos, olhando o muçambé e colhendo os frutos do camarã. Com esta ca-

(Continua na pg. 13)

## Exposição Carlos Estêvão

Durante a Semana Pereira da Costa, como parte integrante das comemorações oficiais, foi inaugurada, no Museu do Estado, a exposição da Coleção Etnográfica Carlos Estêvão, doada a Pernambuco por aquêle ilustre conterrâneo.

A Coleção Carlos Estêvão é uma das mais ricas e completas que temos notícia sobre a arte e os costumes de nossas selvícolas. No ato da inauguração, falou a sua filha, Lígia Estêvão de Oliveira. E em nome do Governador do Estado, o dr. Arruda Marinho, secretário de Educação.



Aspecto da cerimônia de entrega ao governador Agamenon Magalhães do 1.º exemplar do 1.º volume dos "Anais Pernambucanos".